



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE -FMDCA



RELATÓRIO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

Balneário Camboriú/SC
Dezembro 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
METODOLOGIA.....	12
DIAGNÓSTICO DA REALIDADE: ANÁLISE E POSSIBILIDADES.....	15
Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens.....	15
Acolhimento de Crianças - Lar Maternal Bom Pastor	15
Acolhimento de Adolescentes - Lar do Adolescente.....	16
Acolhimento de Adolescentes - Casa de Passagem	16
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	17
ADOÇÃO DE BEBÊS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES	19
Adoção de Crianças e Adolescentes	19
Gestantes e Bebês para Adoção	21
Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida de Balneário Camboriú	22
Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	22
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	23
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	24
Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	24
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	26
Programa de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social / Oficinas Terapêuticas e de Geração de Renda - PAIS.....	32
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	33
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIAS DE ÁLCOOL E DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	35
Tratamento Ambulatorial - Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC	35
Internação Voluntária - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE	36
Internação Compulsória – Clínicas Particulares	37
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	37
CONSELHO TUTELAR - CT.....	38
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	43
JOVEM APRENDIZ	45
Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).....	45
Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional - GERAR.....	47
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI	48
Jovem Aprendiz – Pessoas com Deficiência	48

Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	50
ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA	51
Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação Amor pra Down	53
Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos - AFADEFI.....	53
Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação de Pais e Amigos dos Autistas - AMA LITORAL.....	53
Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	53
Equoterapia	55
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	55
SAÚDE E SANEAMENTO.....	57
Unidades Básicas de Saúde	57
Departamento de Vigilância Epidemiológica	59
Departamento de Ações Especializadas.....	61
Posto de Atenção Infantil – PAI.....	61
Centro Integrado Solidariedade e Saúde (CISS) - Programa Municipal DST/AIDS	63
Núcleo de Atenção a Mulher – NAM.....	64
Centro de Fisioterapia e Reabilitação – CEFIR.....	66
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	66
ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PUERICULTURA	68
Hospital Municipal Ruth Cardoso – HMRC.....	68
Unidades Básicas de Saúde	68
Bebê Essencial – APAE de BC.....	68
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	69
ATENDIMENTO NO CONTATURNO ESCOLAR	70
Atendimento no Contaturno Escolar – Projetos e Ações desenvolvidas pelo poder municipal.....	70
Secretaria Municipal de Educação - SME	70
Núcleo de Atendimento no Contraturno: Projeto Oficinas – Secretaria Municipal de Educação	71
Centro de Treinamento Comunitário – CTC / Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social	72
Atendimento no Contraturno Escolar – Projetos e Ações desenvolvidas por Entidades Não Governamentais	73
Biblioteca Comunitária Bem Viver do Bairro Das Nações	73
Associação Beneficente Cristã Real Esperança – Pepe Vida	74
Associação Dragão Negro de Taekondo JTF	74
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	75

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO.....	76
Secretaria de Gestão Em Segurança e Incolumidade Pública	76
12º Batalhão de Polícia Militar	77
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	78
CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	79
Fundação Cultural.....	79
Fundação Municipal de Esportes.....	79
Possibilidade de Atuação e Investimento Público.....	80
TRANSPORTE PÚBLICO	81
Viação Praiana	81
Expressul - Londpart S/A Transportes Urbanos.....	81
Passe Livre Interestadual.....	81
Passe Livre Intermunicipal.....	82
Passe Livre Municipal	82
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	85
ANEXOS.....	86
ANEXO I.....	87
COMPOSIÇÃO DO CMDCA (BIÊNIO 2015/2017) QUE DELIBEROU SOBRE A NECESSIDADE DA PESQUISA .	87
ANEXO II.....	89
MINI CURRÍCULO DOS CONSELHEIROS QUE COMPÕE A COMISSÃO DO DIAGNÓSTICO	89
ANEXO III.....	92
GERAIS	92
Possibilidades de atuação e investimento	92

INTRODUÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão ou instância colegiada de caráter deliberativo, formulador e normatizador das políticas públicas, controlador das ações, gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, legítimo, de composição paritária e articulador das iniciativas de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA – artigos 88, 214 e 260). Integra a estrutura básica do poder executivo, da secretaria ou órgão da área social e tem composição e organização fixadas em Lei.

Quanto a sua constituição, o Conselho deve, necessariamente, respeitar o princípio da paridade e da representatividade, ou seja, ser composto por igual número de representantes do poder público e da sociedade civil e que estes representantes tenham plenas condições para serem os legítimos defensores dos segmentos que representam respectivamente.

Conforme a Lei Nº 1033/1993 que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú – CMDCA, é composto de 16 (dezesesseis) membros efetivos e 16 (dezesesseis) membros suplentes. Os Conselheiros representantes das Secretarias Governamentais - 08 membros efetivos e 08 membros suplentes - são indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva Secretaria. Os representantes de entidades não governamentais de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente e de organizações representativas de participação popular - 08 membros efetivos e 08 membros suplentes - são eleitos através de fórum próprio

Segundo o Regimento Interno do CMDCA, Decreto nº5735, de 23 de junho de 2010, capítulo III que trata das competências, cabe ao CMDCA:

I - Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução;

II - Opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente;

III - Promover anualmente audiências públicas para subsidiar a formulação das políticas a que se refere o inciso anterior;

VIII - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e concedendo auxílios e ou subvenções para as entidades não governamentais que desenvolvam programas de atendimento a crianças e adolescentes, regularmente inscritas e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No exercício de 2015, o CMDCA formou uma Comissão de Diagnóstico a fim de realizar um levantamento sobre a rede de apoio e de atendimento à criança e ao adolescente no município do Balneário Camboriú (SC), e a partir deste levantamento ou desse diagnóstico definir prioridades, formular políticas, conceder auxílios e/ou subvenções provenientes do FMDCA, gerindo-o de forma a contemplar as necessidades identificadas.

Para tal, fez-se necessário, contextualizar o município de Balneário Camboriú no seu território, população, número de crianças e adolescentes, para posteriormente, analisar os dados advindos da rede de atendimentos e de apoio à mesma. Com área total de 46,244 km², o município está dividido em bairros e praias, com população aproximada e percentual em relação à população total de BC:

1. Ariribá – 3.114 habitantes¹ (2,88%)
2. Barra – 6.867 (6,35)
3. Centro – 47.743 (44,17%)
4. Estados – 1.708 (1,58%)
5. Jardim Iate Clube – 2.147 (1,99%)
6. Municípios – 10.570 (9,78%)
7. Nações – 17.051 (15,77%)
8. Nova Esperança – 5.087 (4,70%)
9. Pioneiros – 3.459 (3,20%)
10. São Judas Tadeu – 780 (0,72%)
11. Vila Real – 6.741 (6,24%)
12. Várzea do Ranchinho - 87 habitantes (0,08%)²

Praias:

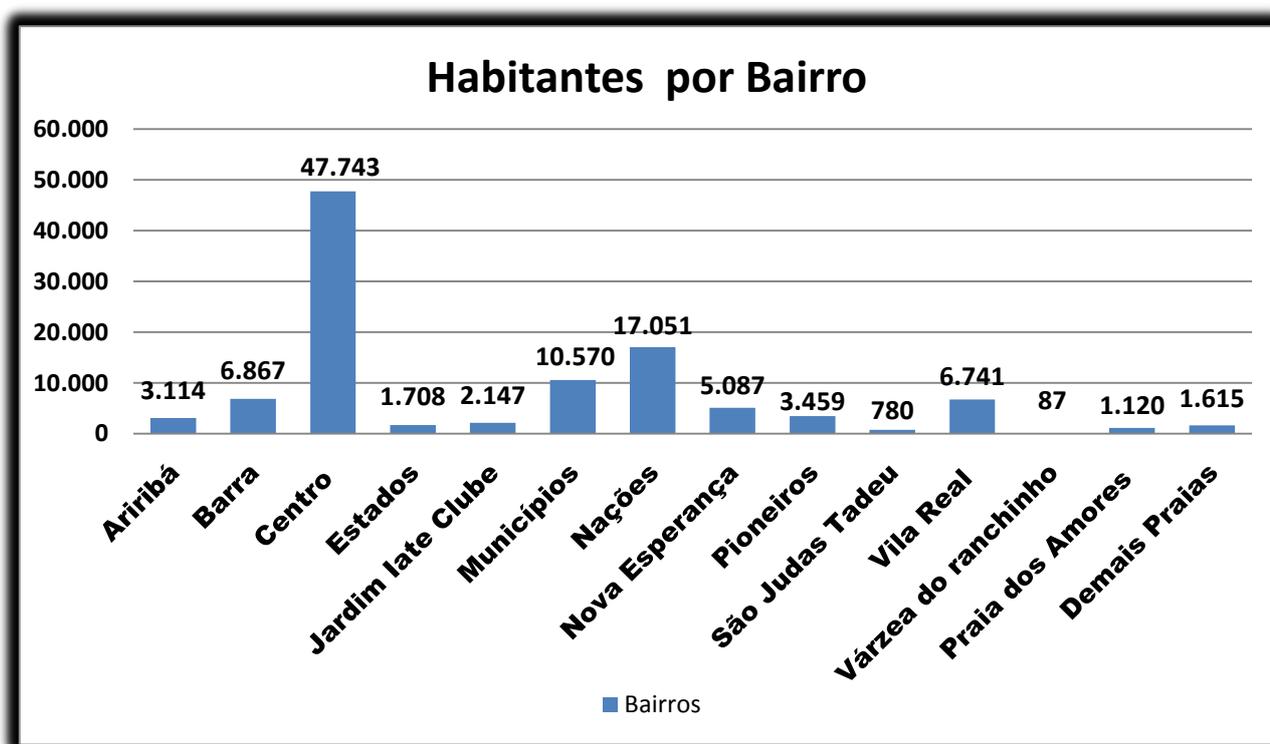
1. Laranjeiras
2. Taquarinhas
3. Taquaras
4. Estaleiro
5. Estaleirinho
6. Praia do Pinho
7. Praia os Amores

¹ Disponível em: <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/balneario-camboriu-sc/aririba-3703.html> . Acesso em 10 de setembro de 2016, às 20:08.

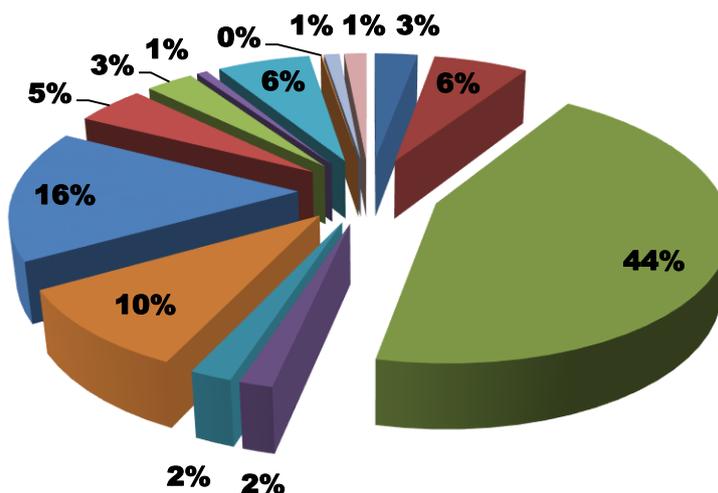
² Disponível em: <http://www.brasilsabido.com.br/populacao/balneario-camboriu-sc/varzea-de-ranchinho-3693.html>. Acesso em 9 de setembro, às 16:00.

A Praia dos Amores, em 2010, possuía 1.120 habitantes, correspondendo a 1,04% da população total do município e nas demais praias havia 1.615 habitantes, 1,49% da população, totalizando 2.735 habitantes (2,53%).

Abaixo, as figuras ilustram a distribuição de habitantes por bairros. A primeira delas, em coluna, permite visualizar a diferença do número de habitantes por bairros. A figura a seguir mostra o percentual dos habitantes de cada bairro. Os percentuais que seguem nesta figura estão arredondados e apresentam ligeira diferença se comparados com a relação acima, onde foram computados em calculadora, sem arredondamentos.



Número de Habitantes por Bairro



Balneário Camboriú é um município da Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí, no litoral norte do estado de Santa Catarina, no Brasil. Possui, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2014, uma população de 124.557 habitantes, sendo o 11º município mais populoso do estado e o 2º menor em área total. Destaca-se como o município com maior densidade demográfica de Santa Catarina, com mais de 2.350 habitantes por quilômetro quadrado. Balneário Camboriú possui uma das maiores densidades de prédios do país. [...] é o segundo município em qualidade de vida de Santa Catarina e quarto no Brasil³.

Seguindo a caracterização dos municípios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE faz o detalhamento a partir do Censo de 2010, quando a população de Balneário Camboriú era de 108.089 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, de Balneário Camboriú de 2010 era de 0,845 acima da média de Santa Catarina que era de 0,774 e do Brasil que era de 0,727.

No que se refere à faixa etária, Balneário Camboriú apresentava os seguintes dados:

³ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Balne%C3%A1rio_Cambori%C3%BA

Pirâmide Etária⁴			
Idade	Homens	Mulheres	Total
0 a 4 anos	3.074	2.855	5.929
5 a 9 anos	3.059	2.967	6.026
10 a 14 anos	3.849	3.647	7.496
15 a 19 anos	4.249	4.358	8.607
20 a 24 anos	5.287	5.578	10.865
25 a 29 anos	5.363	5.572	10.935
30 a 34 anos	4.627	4.970	9.597
35 a 39 anos	3.894	4.337	8.231
40 a 44 anos	3.628	4.054	7.682
45 a 49 anos	3.438	4.054	7.492
50 a 54 anos	2.956	3.743	6.699
55 a 59 anos	2.515	3.252	5.767
60 a 64 anos	1.921	2.462	4.383
65 a 69 anos	1.381	1.654	3.035
70 a 74 anos	979	1.278	2.257
75 a 79 anos	580	897	1.477
80 a 84 anos	390	590	980
85 a 89 anos	157	298	455
90 a 94 anos	31	97	128
95 a 99 anos	11	30	41
Mais de 100 anos	4	3	7
			108.089

A partir desse levantamento, Balneário Camboriú tinha 28.058 crianças e adolescentes de 0 a 19 anos e 11 meses, ou seja, 26% da população total.

⁴ Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=420200&search=santa-catarina|balneario-camboriu|infor%EFBFB3o-populacional-e-pir%EFBFB2mide-et%EFBFB1ria> . Acesso em 10 de setembro de 2016, às 20:34



No que se refere à distribuição de Renda Domiciliar *per capita*, o município apresentava os seguintes dados:

Rendimento Domiciliar <i>per capita</i> - 2010 ⁵	
Até 1/2 salário mínimo	1226
De 1/2 a 1 salário mínimo	5407
De 1 a 2 salários mínimos	11523
De 2 a 5 salários mínimos	12717
Mais de 5 salários mínimos	7506

Segundo o IBGE, havia em 2010, 39.286 domicílios na cidade e 3% dos munícipes viviam com até ½ salário mínimo, que em 2010 era de R\$ 510,00⁶, 14% recebiam entre ½ e 01 salário mínimo e 30% recebiam entre 01 e 02 salários mínimos. Assim, 47% dos munícipes vivam com menos de 02 salários mínimos, conforme evidencia a figura abaixo.

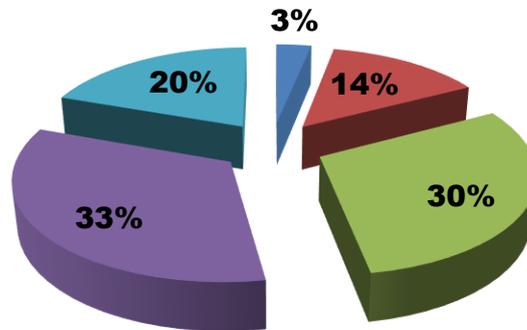
⁵ Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=420200&search=santa-catarina|balneario-camboriu|infogr%E1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria> . Acesso em 10 de setembro de 2016, às 20:46.

⁶ Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm . Acesso em 10 de setembro de 2016, às 20:56.

Renda Per Capita

- Até 1/2 salário mínimo
- De 1/2 a 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos



Quanto ao gênero, a população residente, em 2010, era 51.393 homens (48%) e 56.696 mulheres (52%).

Habitantes por Gênero

- Mulheres
- Homens



METODOLOGIA

A necessidade de um diagnóstico sobre a situação da criança e do adolescente de Balneário Camboriú, foi evidenciada nas discussões em reuniões ordinárias no CMDCA e a comissão designada para o trabalho, constituiu-se efetivamente em setembro de 2015, tendo como principal objetivo, pela obtenção desses dados, identificar quais ações, projetos e pesquisas necessitam de investimento público para garantir os direitos dessa parcela da população. Integraram a **Comissão de Diagnóstico** as conselheiras Karina Dias Heil, Noemí Maria Löser, Patrícia Debrassi e o conselheiro Clóvis Nunes Ribeiro.

Os dados relativos ao exercício de 2015, informados pela rede de atendimento do município, foram inseridos em Tabela Excel, categorizados pelas seguintes áreas: Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Esporte, Segurança e Judiciário.

Houve atraso na finalização deste Relatório devido às respostas aos ofícios encaminhados à rede de atendimento, nem sempre recebidas no prazo solicitado e, alguns ofícios, não respondidos.

A rede de atendimento contatada foi:

1. 12º Batalhão da Polícia Militar
2. Associação de Apoio aos Deficientes Físicos – AFADEFI
3. Associação de Pais e Amigos dos Autistas - AMA Litoral
4. Associação Amor Pra Down
5. Associação Cristã Real Esperança
6. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
7. Biblioteca Comunitária Bem Viver
8. Câmara de Vereadores
9. Casa de Passagem e Lar do Adolescente
10. Centro de Fisioterapia e Reabilitação - CEFIR
11. Centro de Referência em Assistência Social - CRAS
12. Centro de Treinamento e Cultura - CTC
13. Chefe de Tráfego da Expressul - Londpart S/A Transportes Urbanos
14. Conselho Tutelar - CT
15. Coordenadora do Programa Vida
16. Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS
17. Delegacia de Proteção à Crianças, Adolescente, Mulher e Idoso
18. Departamento de Administração Socioeducativa
19. Departamento de Resgate Social / Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social -

SDIS

20. Departamento de Vigilância Epidemiológica - DEVE
21. Associação Dragão Negro
22. Equipe de Gestão da Assistência Social
23. Fundação Cultural
24. Fundação Municipal de Esportes
25. Secretaria de Estado de Educação – Gerência Regional de Educação - GERED
26. Hospital Municipal Ruth Cardoso - HMRC
27. Juiz da Vara da Infância e Juventude
28. Núcleo de Atenção a Mulher e ao Idoso
29. Posto de Atenção Infantil - PAI
30. Programa Anjos da Vida
31. Programa de Atendimento e Inclusão Social – PAIS
32. Programa Jovem Aprendiz - Secretaria e Desenvolvimento e Inclusão Social
33. Projeto Oficinas
34. Promotor de Justiça
35. Secretaria Municipal de Saúde
36. Secretaria Municipal de Educação
37. Secretário de Segurança
38. Unidades de Saúde Especializada
39. Viação Praiana

Os dados referentes às Unidades Básicas de Saúde que foram solicitados à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento foram entregues pela coordenadoria da Estratégia Saúde da Família.

Dos 39 ofícios enviados, 34 foram respondidos (87%) e apenas 05 não foram respondidos (13%), o que está evidenciado na figura abaixo.



Não responderam ao ofício enviado pelo CMDCA os seguintes segmentos:

1. Departamento de Administração Socioeducativa
2. Chefe de Tráfego da Expressul - Londpart S/A Transportes
3. Secretaria Municipal de Saúde
4. Delegacia de Proteção à Crianças, Adolescente, Mulher e Idoso
5. Câmara de Vereadores

No processo de análise dos dados, a Comissão buscou estabelecer um diálogo entre as políticas públicas e estatísticas existentes e as possíveis intervenções na realidade. Estes apontamentos, sinalizam sugestões para políticas públicas necessárias, projetos para financiamento e otimização do potencial das entidades conveniadas, o que qualifica o atendimento das demandas por estas organizações. As “Possibilidades de Atuação e Investimento Público” estão descritos em subitens ao final do relato de cada Organização.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE: ANÁLISE E POSSIBILIDADES

Podemos pensar, parafraseando Helder Pacheco, que a cidade é feita de lugares e pensamentos, feita de gente e de emoções. Ou seja, é o produto da gente que a usufrui. “Gente concreta, nas situações do cotidiano que constrói o ministério de viver”. Um personagem muito especial vive nas cidades: a criança. Personagem que as cidades, pouco sabem sobre ele. Muitas vezes, mal se organizam para ser sua casa, seu ambiente, seu território.

Em Balneário Camboriú, a rede de atendimento à criança e ao adolescente articula-se de forma efetiva e apresenta resultados positivos em várias áreas, porém sinaliza a falta de políticas em outras. Uma delas é a institucionalização das crianças e dos adolescentes em ambientes que fortaleçam os valores familiares.

Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens

Os serviços de proteção social especial estão na gestão de alta Complexidade (SUAS) e nos serviços de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes. Estes acolhimentos tem o objetivo de garantir a proteção integral quando os vínculos familiares foram rompidos ou fragilizados.

Em Balneário Camboriú as crianças são acolhidas em uma instituição não governamental conveniada ao CMDCA com sede no município de Camboriú e os adolescentes são acolhidos na instituição Lar do Adolescente que está sob a gestão municipal.

Acolhimento de Crianças - Lar Maternal Bom Pastor

Nem sempre é possível que as crianças e/ou adolescentes permaneçam com suas famílias de origem. Garantir a proteção da criança em acolhimento e respeitar o seu direito à convivência familiar e comunitária devem ser as prioridades desse tipo de atendimento.

De acordo com as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, todos os esforços para preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários devem ser cultivados. É importante enfatizar que estes vínculos familiares são as bases e a condição necessária para o desenvolvimento saudável na formação de identidade e na constituição de sujeito e cidadão.

Os Planos Individuais de Atendimento – PIAs, sobre cada criança e/ou adolescente institucionalizada devem garantir ela não sofra mais.

Segundo o Poder Judiciário, no exercício de 2015, 10 crianças foram acolhidas no Lar Maternal Bom Pastor e desacolhidas 08 crianças. Dessas, duas retornaram a família de origem, uma colocada sob guarda e uma transferida para o Lar do Adolescente.

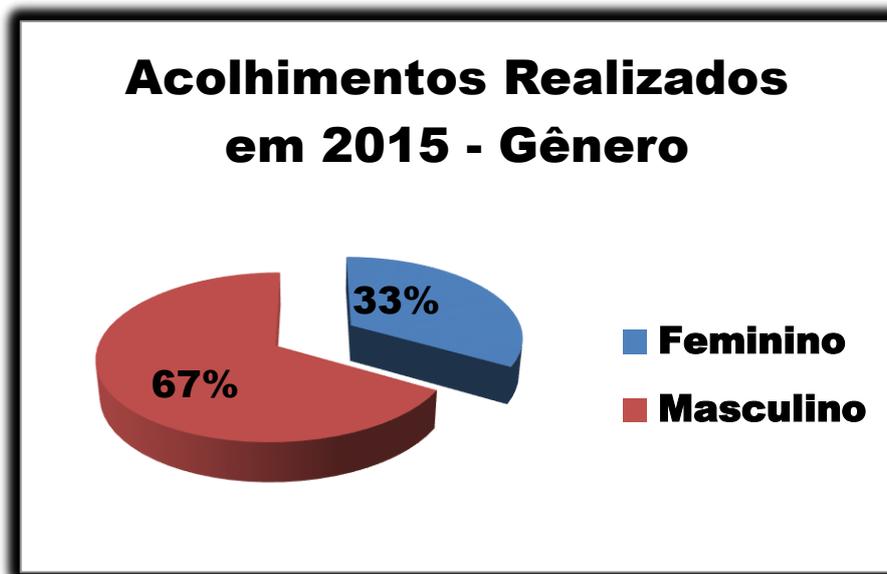
Acolhimento de Adolescentes - Lar do Adolescente

No que se refere ao Acolhimento da Criança e do Adolescente o município através da SDIS dispõe da Casa de Passagem e o Lar do Adolescente⁷ que tem por objetivo, respectivamente, acolher temporariamente o adolescente em situação de risco e encaminhar para a sua cidade de origem e, garantir os direitos dos adolescentes que necessitam de acolhimento, priorizando a convivência familiar conforme preconiza o ECA.

No Lar do Adolescente foram acolhidos no exercício de 2015, 6 adolescentes, sendo que 04 haviam sido Acolhidos em 2014 e 02 em 2015. De acordo com os dados do Lar do Adolescente, dos 6 Acolhidos, 02 retornaram a família extensa e 01 foi desligado por ter completado a maioridade.

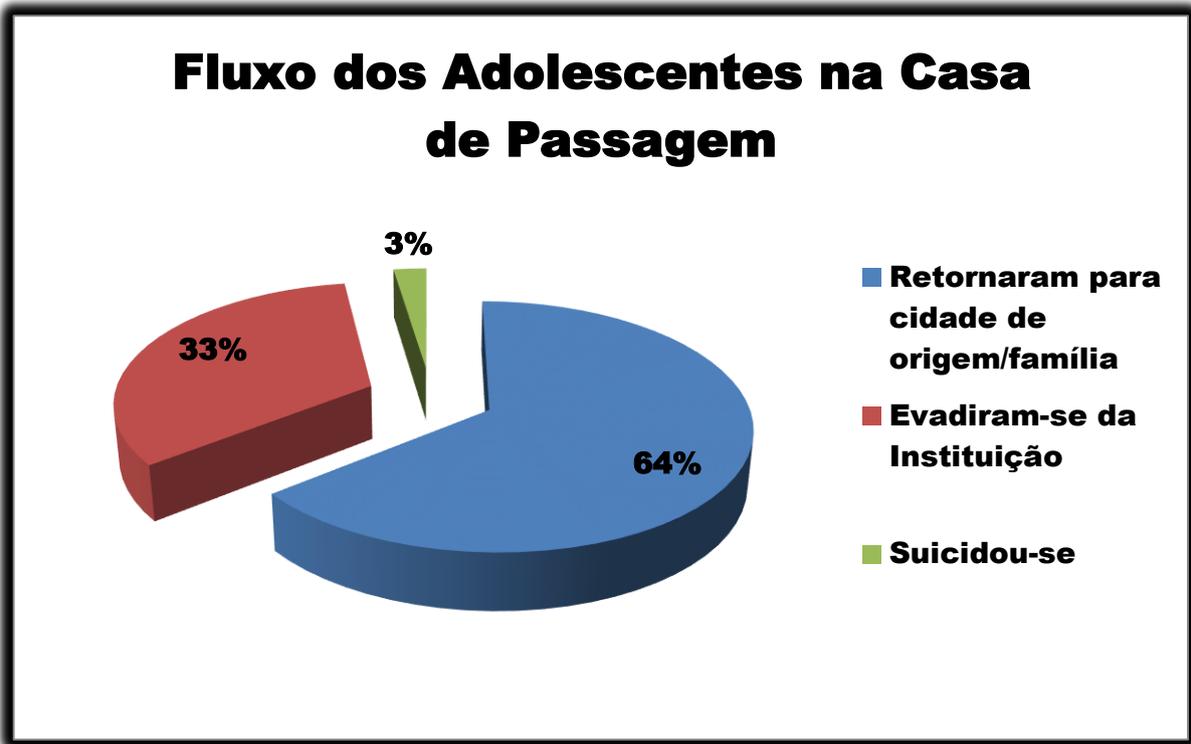
Acolhimento de Adolescentes - Casa de Passagem

No exercício de 2015 foram Acolhidos, na Casa de Passagem, 42 adolescentes sendo que 14 se tratavam de adolescentes do sexo feminino (33%) e 28 masculino (67%)



Dos 42 adolescentes Acolhidos 27 retornaram para suas famílias ou cidade de origem (64%), 14 evadiram da instituição (33%) e 01 suicidou-se (03%).

⁷ A Casa de Passagem e o Lar do Adolescente ficam localizados em sede única, na Rua Dom Miguel, número 484, no bairro Vila Real, Balneário Camboriú/SC. Contato (47) 3363-4794 e (47) 3367-6802 (FAX)



O Departamento de Resgate Social informou por meio do Ofício 275/2016 que não realiza acolhimento de crianças e adolescentes, acolhe quando necessário somente maiores de idade. O Departamento de Resgate Social ainda informou que os servidores que atuam neste segmento estão orientados à acionar o Conselho Tutelar nas situações que envolvem crianças e adolescentes.

Por meio de ofício (nº02/2016 SSFBC) a Vara da Família, Infância e Juventude, informou que a Comarca de Balneário Camboriú registrou que, os adolescentes em situação de risco são encaminhados para o Lar Do Adolescente, e as crianças, à Associação Lar Maternal Bom Pastor, localizado no município de Camboriú, por meio de convênio Municipal.

O CMDCA solicitou informações à Procuradoria do município sobre a construção da Instituição de Acolhimento para crianças. Foi informado que o local já está determinado e o termo de referência para contratação da empresa para executar o planejamento da obra, foi publicado. A gestão e a manutenção da nova Instituição Acolhedora para crianças estará ao encargo da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

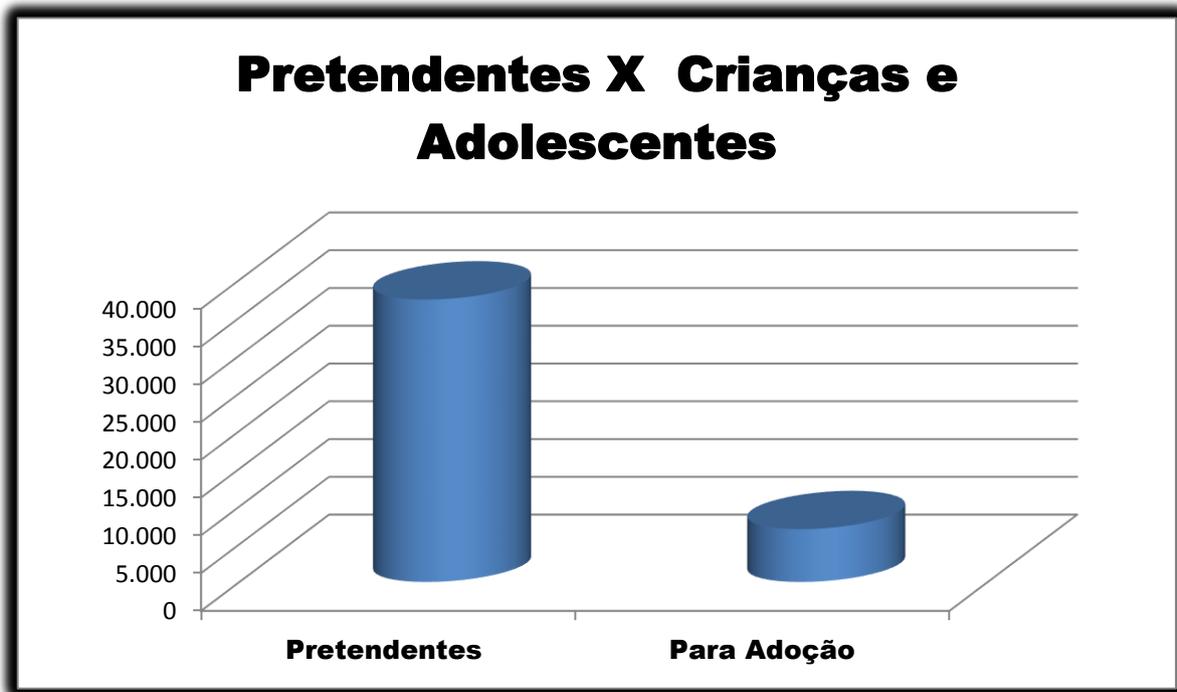
- Instituir o Programa Família Acolhedora, Casa Lar e República para Adolescentes;
- Construir o Acolhimento para crianças;
- O CMDCA deve acompanhar a construção da Instituição Acolhedora para crianças no município;

- Reformar e reestruturar a Casa de Passagem e o Lar do Adolescente, verificando a possibilidade de desmembrá-los, haja vista, as propostas diferenciadas que devem ter espaço e localização próprias;
- O CMDCA deve acompanhar a execução da obra da Instituição Acolhedora para Crianças, junto à empresa que ganhar o Termo de Referência para elaboração do projeto e execução da obra.

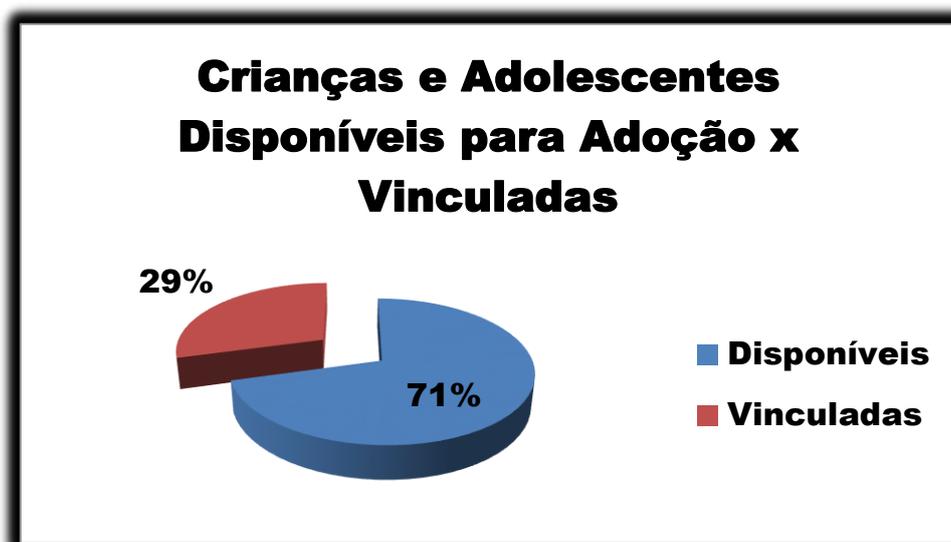
ADOÇÃO DE BEBÊS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Adoção de Crianças e Adolescentes

Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção⁸ - CNA, há cadastrados 37.388 pretendentes para adoção e 6.989 crianças e adolescentes cadastradas para adoção. Este dado revela que há mais pretendentes cadastrados do que crianças disponíveis para adoção.

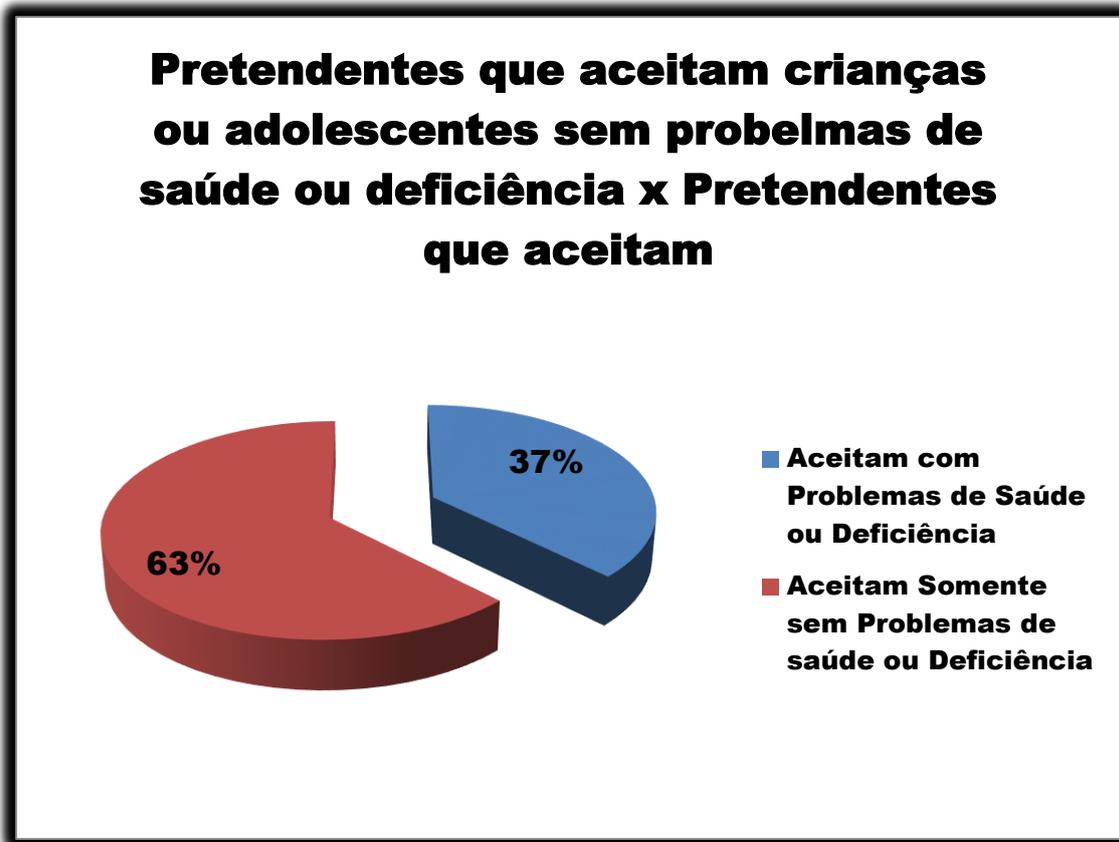


Das crianças e adolescentes cadastrados, 4.941 (71%) já estão disponíveis e 2.048 (29%) estão vinculadas.



⁸ Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf> . Acesso em 11 de setembro de 2016, às 11:00.

Dos pretendentes para adoção, 25.372 (63%) somente aceitam crianças ou adolescentes sem nenhum problema de saúde e 15.222 (37%) aceitam crianças com HIV, Deficiência Física ou Intelectual e outros tipos de problemas de saúde.



No Estado de Santa Catarina, há 2.480 (6,63%) pretendentes e 217 (3,10%) crianças/adolescentes cadastrados para adoção. Das 6.989 crianças e adolescentes cadastradas, 1.751 são crianças com deficiência ou problemas de saúde, o que corresponde a 25,05% do total de cadastros. A Adoção no Brasil é um desafio de grandes dimensões, pois como evidenciam os dados, há apenas algumas centenas de crianças e adolescentes para adoção e mais de 30.000 pretendentes. De acordo com a publicação do Senado, “Realidade Brasileira Sobre Adoção: a diferença entre o perfil desejado pelos pais adotantes e as crianças disponíveis para serem adotadas⁹” revela que:

A análise dos perfis do CNA indica que é falsa a crença comum de que o maior obstáculo às adoções no Brasil é a questão racial. Cerca de um terço (32,36%) dos pretendentes só aceita crianças brancas, que representam exatamente três em cada dez das cadastradas. Por esse viés, portanto, não existiria dificuldades. Até porque quase 100% das famílias se dispõem a acolher crianças negras ou pardas, que são duas em cada três do cadastro. Além disso, nada menos que 38,72% se declaram indiferentes em relação à raça do futuro filho ou filha. Incompatibilidade difícil de ser suplantada é, na verdade, o fato de que apenas um em cada quatro pretendentes (25,63%) admite adotar crianças com quatro anos ou mais, enquanto apenas 4,1% dos que estão no cadastro do CNJ à espera de uma família têm menos de 4 anos.

⁹ Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao.aspx>. Acesso em 11 de setembro de 2016, às 13:58.

Em 13 de março deste ano (2013), eram apenas 227 em um universo de 5.465. Por isso, cada dia que passam nos abrigos afasta as crianças ainda mais da chance de encontrar um novo lar. Tanto que é inferior a 1% o índice de pessoas prontas a adotar adolescentes (acima de 11 anos), que por sua vez respondem por dois terços do total de cadastrados pelo CNJ. Outro fator que costuma ser sério entrave à saída de crianças e adolescentes das instituições de acolhimento, de acordo com as estatísticas do CNJ, é a baixa disposição dos pretendentes (17,51%) para adotar mais de uma criança ao mesmo tempo, ou para receber irmãos (18,98%). Entre os aptos à adoção do CNA, 76,87% possuem irmãos e a metade desses tem irmãos também à espera de uma família na listagem nacional. Como os juizados de Infância e Adolescência dificilmente decidem pela separação de irmãos que foram destituídos das famílias biológicas, as chances de um par (ou número maior) de irmãos achar um novo lar é muito pequena.

A entrega do filho para a adoção é um direito assegurado às gestantes pelo parágrafo único do artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A orientação sobre como proceder deve ser fornecida pela Vara da Infância e Juventude. Ouvir as gestantes de forma qualificada e garantir um ambiente psicossocial onde possa refletir e construir de forma segura, a decisão de entregar ou não, o filho para a adoção. As mulheres que querem doar seus filhos são estigmatizadas e a censura social que as qualifica muitas vezes, como uma pessoa má, confunde a doação com o abandono. São necessárias políticas públicas específicas com equipes preparadas para esse tipo de atendimento, bem como instituição própria para acolher essas mulheres. A limitação para exercer a maternidade precisa ser vista de forma segura e responsável.

Gestantes e Bebês para Adoção

A Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Balneário Camboriú, informou por meio do Ofício 01/2016, de 31 de março de 2016, que na Comarca de Balneário Camboriú não há programa específico para acolher, acompanhar e orientar as gestantes que desejam entregar seu filho para a adoção, após o nascimento. Informou ainda, que este atendimento atualmente é feito pelo Setor Psicossocial da Vara da Família, Infância e Juventude.

Segundo a Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Balneário Camboriú, em alguns casos as gestantes procuram espontaneamente a Vara, mas também há encaminhamentos das gestantes pelo Hospital Municipal Ruth Cardoso, Conselho Tutelar, Rede de Serviços e até mesmo pela comunidade. Ressalta que a implantação de programas com este viés é importante para complementar a rede de proteção e resguardar os direitos da criança e da gestante.

Grupo de Estudos e Apoio à Adoção Anjos da Vida de Balneário Camboriú

O Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Anjos da Vida de Balneário Camboriú¹⁰ tem por objetivo garantir o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária segura.

Através do Ofício 026 de 21 de setembro de 2016, o Grupo informou que no exercício de 2015, 40 postulantes à adoção participaram do Curso de Preparação de Postulantes, sendo que 04 casais efetivaram a adoção de 03 deles adotaram crianças e 01 casal adotou 01 adolescente. No exercício de 2016, 52 postulantes à adoção participaram do Curso de Preparação de Postulantes, sendo que 06 casais efetivaram a adoção de 11 crianças.

A Vara da Família, Infância e Juventude, por meio do ofício nº02/2016 SSFBC, registrou que no exercício de 2015, foram realizadas quatro adoções nacionais, duas para pretendentes da Comarca de Balneário Camboriú e duas para outras Comarcas do Estado de Santa Catarina.

O Grupo de Estudos e Apoio a Adoção ainda informou que 179 postulantes aguardam adoção e estão cadastrados no Cadastro Único e Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA.

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Não há dados estatísticos da existência ou não de crianças e adolescentes em Situação de Rua em Balneário Camboriú. Sendo assim, há necessidade de serviços que investiguem esses dados. Conhecer quem são e porquê estão em situação de rua possibilitará acionar a rede de garantia de direitos de crianças e adolescentes, promover os direitos básicos como moradia, proteção integral, convivência familiar e comunitária que, na maioria, estão negados nestas situações.

Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos¹¹:

As crianças e adolescente em situação de rua são atendidos nos serviços da proteção social especial, que atuam sob o princípio da matricialidade sociofamiliar. Nesse sentido, devem atuar junto à rede de proteção para localizar as famílias das crianças e adolescentes e, quando não for possível, proceder encaminhamentos que garantam a essa população inclusão nos serviços de acolhimento. A identificação desses casos deve ser realizada pelo Serviço Especializado de Abordagem Social que realiza busca ativa nos espaços públicos. Este serviço encaminha os sujeitos para os demais serviços socioassistenciais e setoriais com a finalidade de apoiar a reconstrução de vínculos e facilitar-lhes o acesso a direitos sociais. Em 2012, teve início a oferta do serviço para os Municípios com mais de 200 mil habitantes, expandida, em 2013, para todos os Municípios acima de 100 mil habitantes e aqueles com população superior a 50 mil habitantes e que compõem regiões metropolitanas. O acompanhamento especializado a crianças e adolescentes é prestado nos CREAS pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, que estão presentes nos municípios com mais de 20 mil habitantes.

¹⁰ Localizado a Rua 1950, número 901, Centro, Balneário Camboriú.

¹¹ Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/campanha-respeitar-protoger-garantir/criancas-em-situacao-de-rua>. Acesso em 9 de setembro de 2016, às 11:03.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Instituir o Programa Família Acolhedora;
- Instituir o Programa de Acolhimento para Gestantes;
- Instituir o Apadrinhamento Afetivo para Adolescentes;
- Instituir a Formação do Núcleo de Adoção Tardia;
- Criar a Escola de Famílias;
- Realizar levantamento dos dados sobre as crianças em situação de rua, seus aspectos e apontamentos das necessidades a fim de instituir políticas de atuação;
- Instituir Serviço especializado em abordagem social.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

O CRAS é uma unidade pública estatal, inserido em áreas de maiores índices de vulnerabilidade e risco social e é destinado ao atendimento socioassistencial da Proteção Social Básica de famílias.

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja intenção é a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais.

Em Balneário Camboriú há 3 CRAS¹² que no exercício de 2015, apresentavam os seguintes dados:

- CONSTRUINDO CIDADANIA¹³ - localizado no bairro São Judas Tadeu, atende, além do bairro São Judas Tadeu, a Barra, o bairro Nova Esperança e as Praias Agrestes, totalizando 14.349 mil habitantes (13% população de BC), 1.055 famílias cadastradas e dessas, 251 famílias acompanhadas pelo CRAS¹⁴.
- ESPAÇO CIDADÃO¹⁵ – localizado no bairro Municípios, atende o próprio bairro, o bairro Iate Clube e Vila Real, totalizando 19.458 mil habitantes (18% da população), 1.590 famílias cadastradas e dessas, 290 famílias acompanhadas.
- NAÇÃO CIDADÃ¹⁶ – localizado no bairro Nações, atende além do bairro Nações, os bairros Pioneiros, Ariribá, Estados, Centro e Praia dos Amores, totalizando 74.195 mil habitantes (69% da população), possui 1.296 famílias cadastradas e 277 famílias acompanhadas.

Na primeira figura abaixo evidencia-se a abrangência populacional dos CRAS no município e na segunda figura o comparativo entre o número de famílias cadastradas e acompanhadas em cada um dos três CRAS, temos a seguinte configuração:

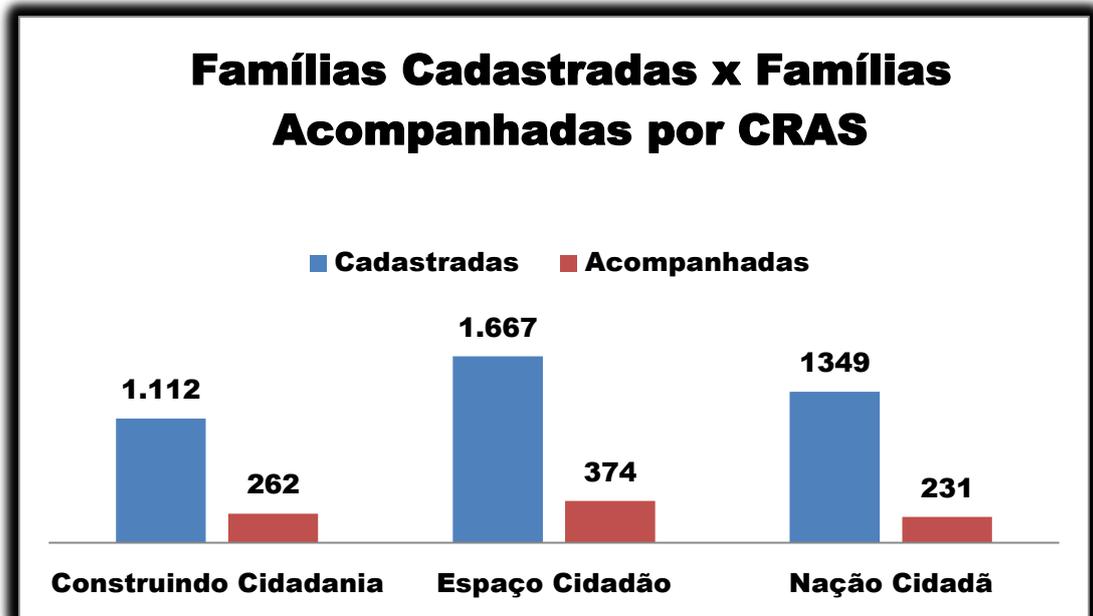
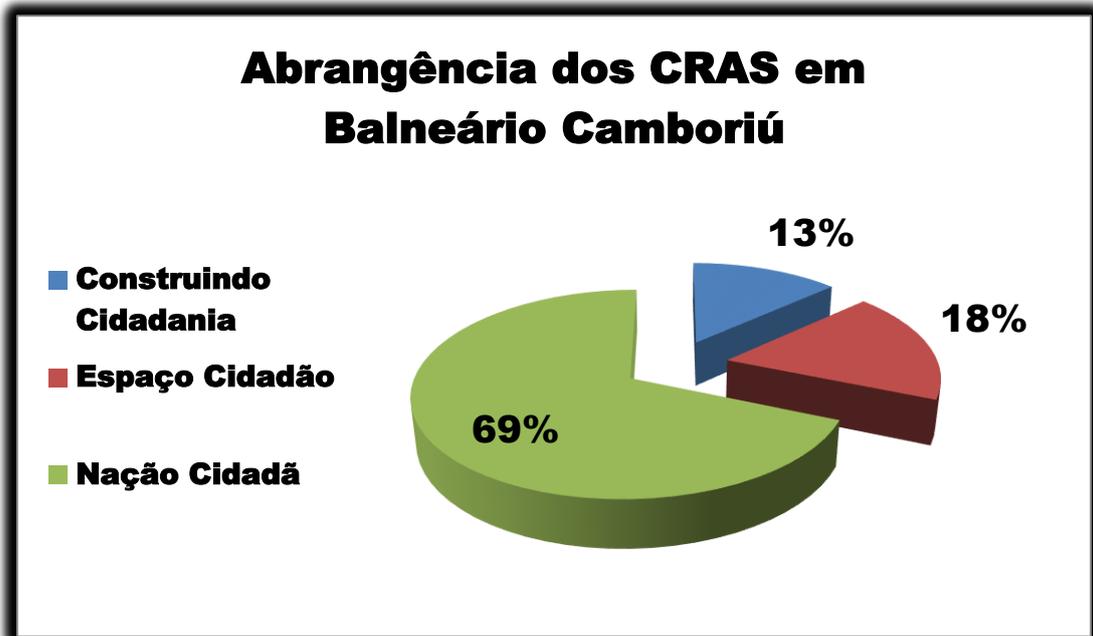
¹² Dados a partir do ofício 290/SDIS de 10 de junho de 2016, assinado pela senhora Paula Eliane Nitz Moi, Secretária Municipal Desenvolvimento e Inclusão Social.

¹³ Localizado na Rua Maurício Venâncio Cunha, número 201, São Judas Tadeu, Balneário Camboriú.

¹⁴ Estes dados foram respondidos via e-mail, no dia 12 de setembro de 2016 e referem-se a junho de 2016. O número de habitantes por bairros seguem os dados descritos na introdução deste relatório, ou seja, população segundo o IBGE de 2010.

¹⁵ Localizado na Rua Brusque, número 127, Municípios, Balneário Camboriú.

¹⁶ Localizado na Rua Paraguai, número 401, Nações, Balneário Camboriú.



O CRAS também informou o movimento do exercício de 2015, com os seguintes atendimentos realizados:

Atendimentos	CRAS Construindo a Cidadania	CRAS Espaço Cidadão	CRAS Nação Cidadã	Total
Total geral de famílias cadastradas no CRAS	1.055	1.590	1.296	3.941
Total de atendimentos individualizados em 2015	975	1.379	1.680	4.034
Total geral de famílias em acompanhamento pelo PAIF	251	290	277	818
Total de famílias que participaram regularmente de grupos nos âmbito do PAIF	Sem Informação	154	583	737
Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	116	93	95	304
Famílias com membros beneficiários do BPC-Idoso	Sem Informação	78	407	485
Famílias com membros beneficiários do BPC- Pessoa com Deficiência	Sem Informação	63	233	296
Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro ÚNICO	10	101	32	143
Famílias encaminhadas para atualização do cadastro ÚNICO	24	118	18	160
Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	6	9	11	26
Visitas domiciliares realizadas	265	702	367	1.334
Famílias e Indivíduos que participaram de palestras, oficinas e outras atividades de caráter não continuados	42	382	109	533
Total geral de famílias que receberam benefício eventual (cesta básica)	386	382	420	1.188

No exercício de 2015, no CRAS Construindo a Cidadania desenvolveu oficinas de pintura em madeira para crianças e adolescentes com parceria com a Fundação Cultural. No CRAS Espaço Cidadão foram desenvolvidas ações para adolescentes infratores (Medida Socioeducativas), Contação de Histórias, Grupo de Adolescentes: Adolescência e Trabalho, Grupo de Adolescentes: Pensando em Mim. No CRAS Nação Cidadã foram desenvolvidas oficinas de Teatro e Socioeducativa.

Os CRAS do município ainda não possuem sistema de informação.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Na continuidade da estrutura do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, há o serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, sendo que o equipamento disponível para este serviço é o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

O CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado

no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos, conforme defini a Lei nº 12.435/2011.

Os serviços ofertados pelo CREAS devem propiciar acolhida e escuta qualificada, visando, dentre outros aspectos o fortalecimento da função protetiva da família; à interrupção de padrões de relacionamento familiares e comunitários com violação de direitos; à potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social, ou construção de novas referências, quando for o caso; acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; ao exercício do protagonismo e da participação social e a à prevenção de agravamentos e da institucionalização. Nos serviços ofertados pelo CREAS podem ser atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas, tais como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, dentre outras.¹⁷

Em Balneário Camboriú, segundo a senhora Paula Cristina Lemos Leão, coordenadora do CREAS por meio do ofício nº222/2016, existem os seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Indivíduos e Famílias (PAEFI)
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Ainda sobre os serviços de Proteção de Média Complexidade, há os serviços no Centro POP que são os seguintes: Serviço Especializado para Pessoas em situação de rua e serviço especializado em abordagem social. Este equipamento Centro POP ainda não foi implantado em Balneário Camboriú, mas através da SDIS há uma equipe de média complexidade atendendo as pessoas em situação de rua.

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias Serviço destinado à promoção de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direito.

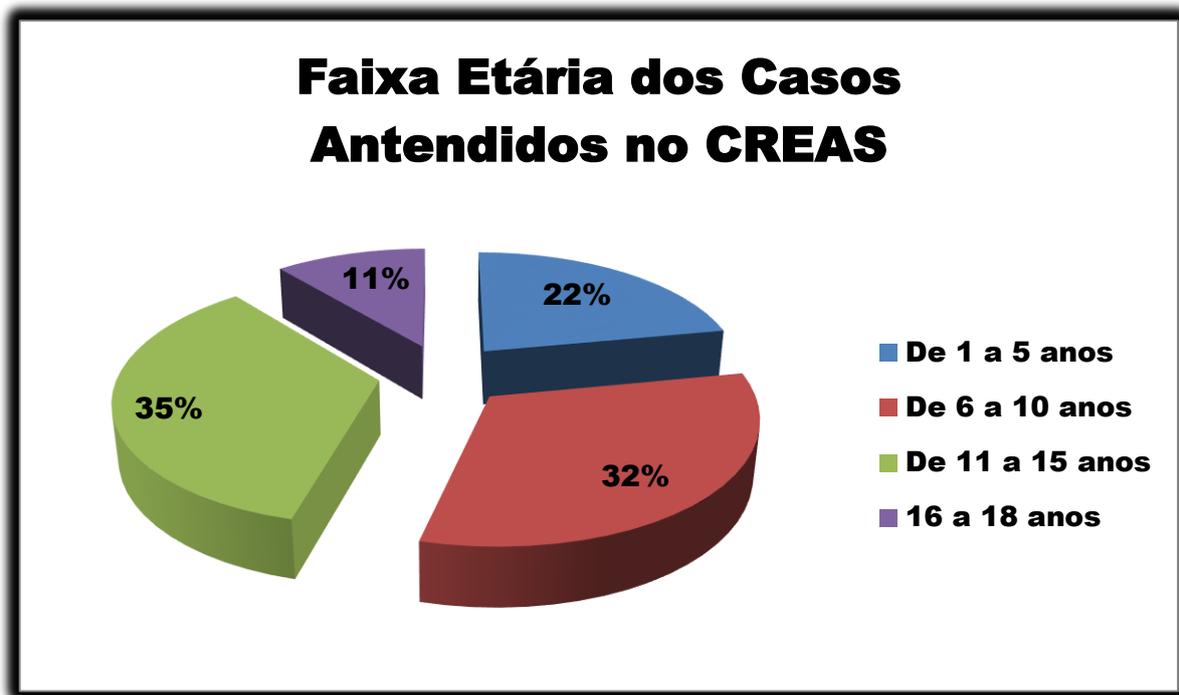
Conforme dados do CREAS, foram realizados pelos técnicos no exercício de 2015, 4.056 procedimentos relativos ao PAEFI.

Estes procedimentos referem-se a “atendimentos individuais e familiares – orientação, apoio, formulação de plano de acompanhamento para criança e adolescentes e sua família,

¹⁷ Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/creas_institucional.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2016, às 14:37

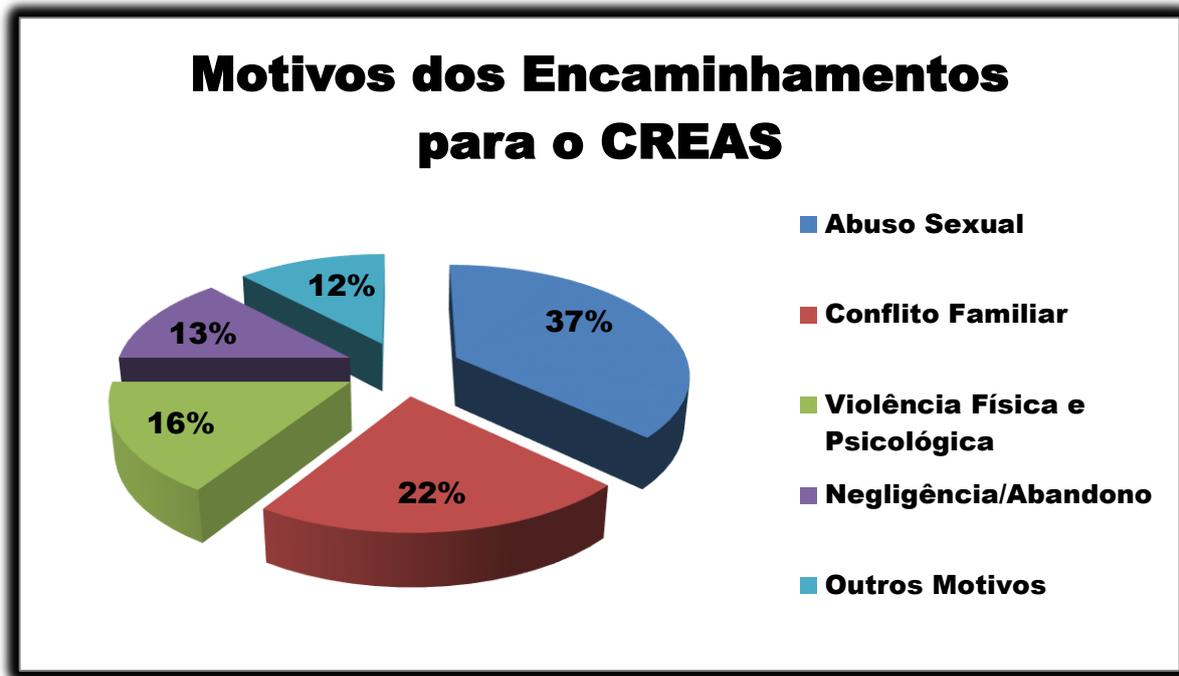
encaminhamentos, relatórios, plano de ação com a rede, prestação de informações em audiências, visitas domiciliares, institucionais, atendimento por telefone, acompanhamento PAF¹⁸.”

Conforme dados do ofício foram encaminhados ao CREAS 101 casos, sendo que 34 casos envolvendo o sexo masculino e 67 o sexo feminino. Quanto a idade, dos 101 casos, 22% envolviam crianças na faixa etária entre 1 e 5 anos, 32% dos casos envolvendo crianças entre 6 e 10 anos, 35% compreendendo a faixa etária de 11 a 15 anos e 11% adolescentes entre 16 e 18 anos.



Quanto aos motivos dos 101 encaminhamentos ao CREAS foram 33% dos casos de abuso sexual, 22% de conflito familiar, 16% de violência física e psicológica, 13% de abandono e 12% casos envolvendo outros motivos.

¹⁸ PAF - Plano Acompanhamento Familiar



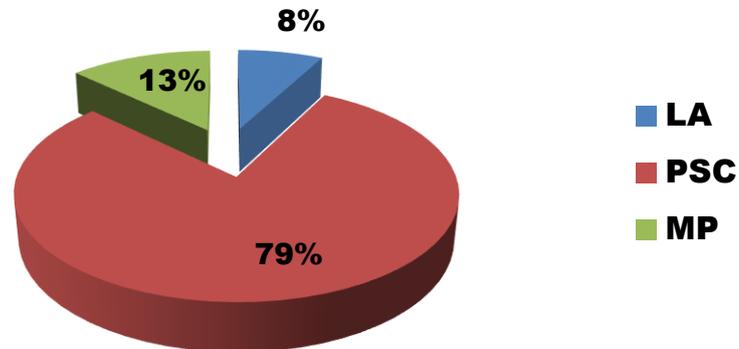
No que se refere aos dados do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa em Meio Aberto foram realizados pela equipe do CREAS, 2808 procedimentos.

Estes procedimentos visam “atendimentos individuais e familiares – orientação, apoio, formulação de plano de acompanhamento para adolescentes e sua família, encaminhamentos, relatórios, visitas domiciliares, institucionais, atendimento por telefone, acompanhamento do PIA¹⁹/PAF.”

Foram encaminhados ao CREAS, em 2015, 78 adolescentes, sendo 6 (8%) adolescentes em Liberdade Assistida (LA), 62 (79%) Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e 10 (13%) casos para Medida Protetiva (MP).

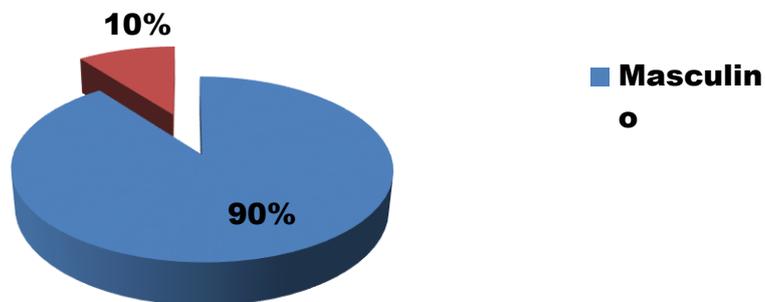
¹⁹ PIA – Plano Individual de Atendimento

Classificação dos Encaminhamentos para o CREAS da Medida Socioeducativa em Meio Aberto

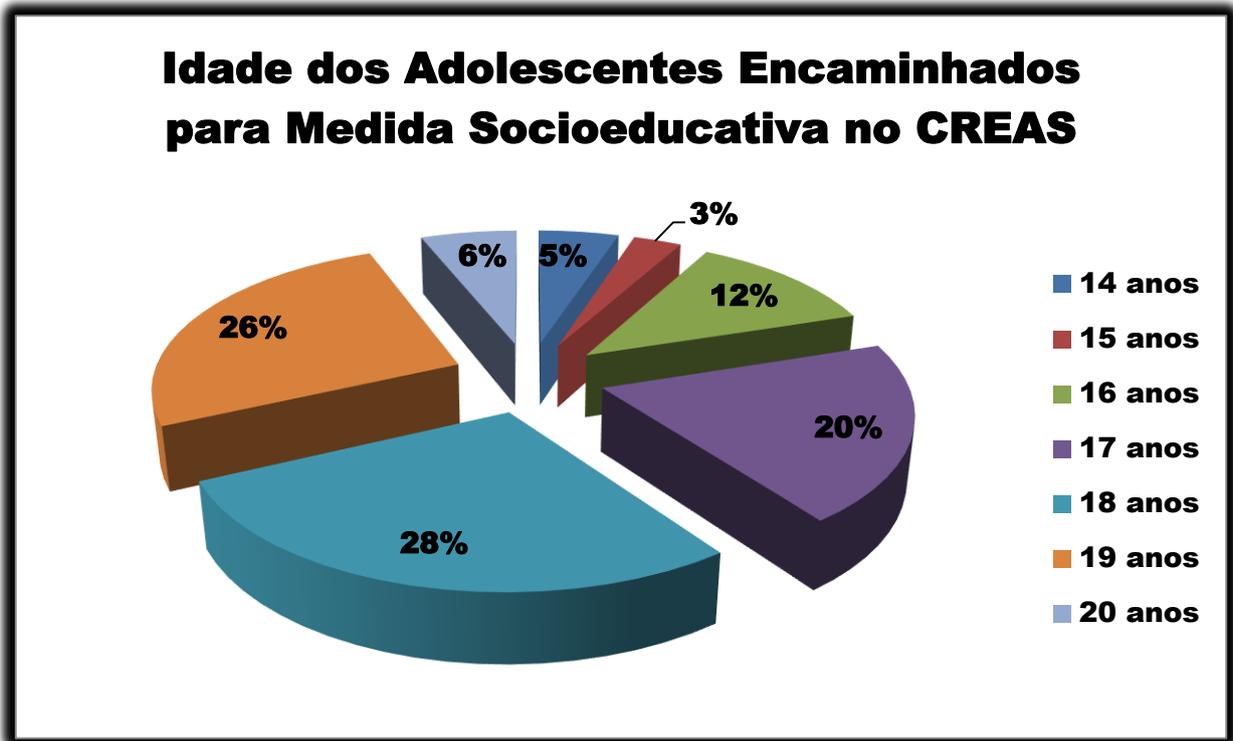


Dos 78 adolescentes encaminhados ao CREAS, 70 eram do sexo masculino e 8 do sexo feminino.

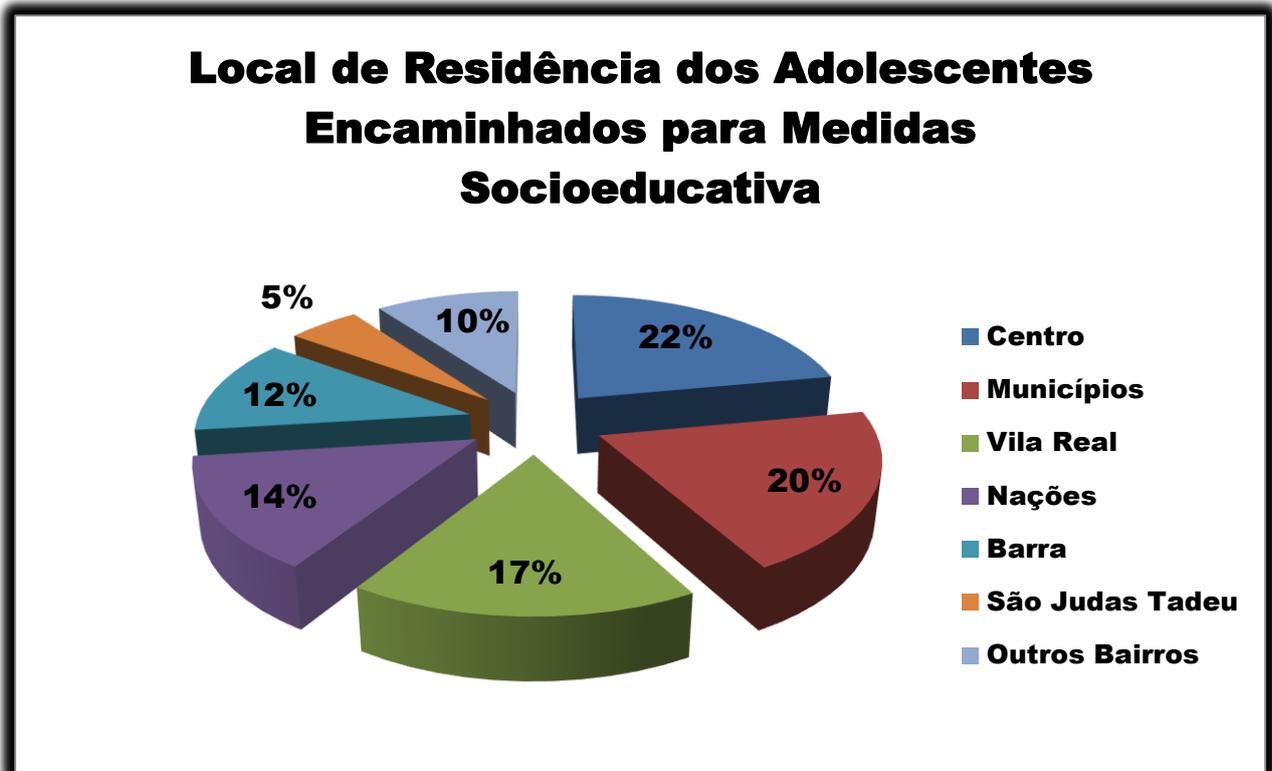
Encaminhamentos para Medidas Socieducativas X Gênero



Quanto à faixa etária dos 78 adolescentes encaminhados para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, 5% tinham 14 anos, 3% 15 anos, 12% 16 anos, 20% 17 anos, 28% 18 anos, 26% 19 anos e 6% 20 anos.

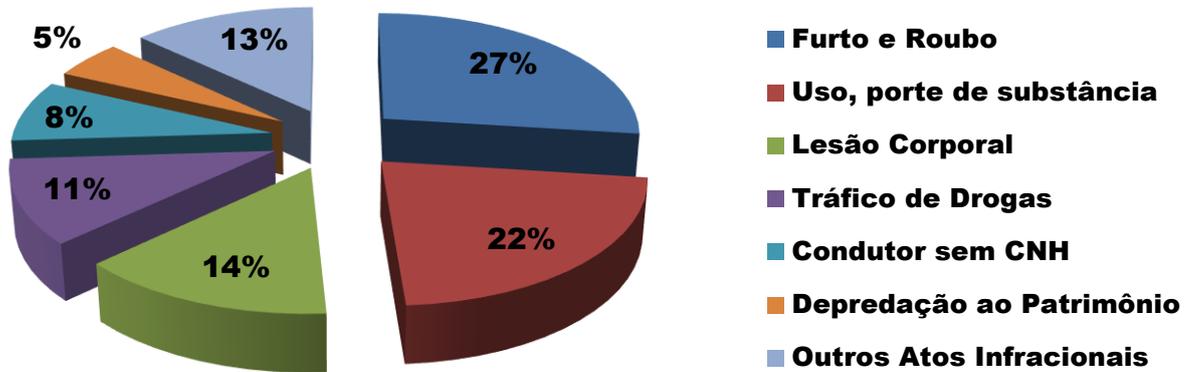


O local de residência dos 78 adolescentes, estão assim distribuídos: 22% centro, 20% Municípios, 17% Vila Real, 14% Nações, 12% Barra, 5% São Judas Tadeu, 10% outros bairros.



Os Atos Infracionais cometidos foram 27% furto e roubo, 22% uso, porte de substância, 14% lesão corporal, 11% tráfico de drogas, 8% condutor sem CNH, 5% Depredação ao Patrimônio e 13% outros atos infracionais.

Atos Infracionais Cometidos pelos Adolescentes



Ao tempo de cumprimento de medida sócio educativas, 27% cumpre entre 01 e 02 meses, 18% de 03 a 04 meses, 29% entre 05 e 06 meses e 26% cumprem menos de 01 mês (dias).

O CREAS informa que a Prestação de Serviços a Comunidade aconteceram em 2015, na Biblioteca Comunitária das Nações, Biblioteca Pública, Colégio João Goulart, CRAS, ONG Viva Bicho, Casa da Cidadania e na Gestão da Assistência Social (Secretaria de Inclusão Social).

Programa de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social / Oficinas Terapêuticas e de Geração de Renda - PAIS

O Programa de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social / Oficinas Terapêuticas e de Geração de Renda – PAIS, tem por objetivo proporcionar atendimento terapêutico individual e em grupo para famílias de Balneário Camboriú encaminhadas através dos Órgãos Competentes, bem como oferecer atendimentos multidisciplinares que visem a prevenção, o resgate e a diminuição de danos psicológicos.

Por meio de uma tabela quantitativa de atendimentos, o PAI informou que atendeu no exercício de 2015, 190 crianças entre 0 e 12 anos, 116 adolescentes entre 13 e 18 anos, totalizando 306 crianças e adolescentes atendidos e mais 258 pessoas acima de 19 anos, totalizando 564 pessoas atendidas. Segundo o PAIS cada pessoa é atendida no mínimo 1 vez ao mês.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Instalar outro CRAS – ou ampliar os já existentes - que amplie a abrangência das pessoas que residem no bairro centro, Praia dos Amores, Bairro Pioneiros;
- Fornecer computadores com sistema de informações para registro, acompanhamento e relatórios das famílias atendidas em cada um dos CRAS e pela Rede de Atenção, Apoio e Atendimento às crianças e adolescentes e suas famílias
- Intervir junto às instituições que atuam com criança e adolescentes para que referenciem as famílias com vulnerabilidade e risco social para o CRAS a fim de que este Centro possa acompanhar a família
- Sobre a Documentação Civil - a Gratuidade de taxas está acontecendo, mas no município não há gratuidade de fotos 3X4 e por não possuir sistema digital, as famílias de extrema vulnerabilidade não conseguem fazer a documentação
- Cesta Básica - Muitas famílias necessitam de benefício eventual, porém além do número ser restrito há a questão do que compõe a cesta. Sugere-se que a cesta básica (Benefício Eventual) seja fornecido em forma de cartão e não em alimento propriamente dito. Esta ação se faz necessária, pois há famílias com crianças e adolescentes com restrições alimentares ou necessidades alimentares diferentes e que a cesta básica não contempla. Por exemplo, intolerância a glúten, lactose, ou aqueles que necessitam de aveia, azeite de oliva (dieta para ganho de peso) e que não tem acesso estes alimentos por conta da carência financeira. Outras famílias não conseguem adquirir produtos de higiene e limpeza, etc. Com o cartão (dinheiro) estas necessidades podem ser supridas, conforme a decisão da família
- Solicitar a gestão da média complexidade que reestruture juntamente com a coordenação do CREAS a metodologia de atendimento, visto que os serviços que o CREAS disponibiliza não estão sendo efetivamente utilizados, visto que temos altos índices de conflito familiar como apontados pelo conselho tutelar e que não estão sendo utilizados de forma eficaz, pode ser por falta de conhecimento da rede e metodologia empregada
- Solicitar que a SDIS verifique a possibilidade de implementar um programa de dispensação de fraldas para crianças cujas famílias estão em risco social e/ou vulnerabilidade social temporária, visto que estas famílias procuram este serviço diariamente na SMS. A dispensação de fraldas pela SMS é realizada para crianças que apresentam síndromes ou deficiências que justifique o uso de fraldas

- Quanto ao Programa PAIS, informar seus serviços para que a rede possa conhecer quais serviços são ofertados pela instituição e articular com os CRAS E UBS quando não conseguir contato com família encaminhada para o serviço
- Ampliar as equipes técnicas de nível superior e ensino médio dos serviços da assistência social
- Ampliar a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES USUÁRIAS DE ÁLCOOL E DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

As crianças e adolescentes usuárias de álcool e drogas devem ser atendidas por tratamento ambulatorial. Este tratamento seria realizado pelo Centro de Atendimento Psicossocial Infantil – CAPSi, que atualmente não existe no município de Balneário Camboriú.

A implantação do CAPSi no município foi pactuado na Comissão Intergestora Bipartite – CIB para ser executado até 2018, pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. Para suprir esta demanda o CMDCA faz convênio com o Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC para desenvolver o PROJETO VIDA.

Para os adolescentes que não aderem ao Tratamento Ambulatorial, mas desejam fazer a reabilitação, o município oferece a internação voluntária no Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE.

Para a internação involuntária, ou seja, sem o consentimento do adolescente, mas a pedido de terceiros (responsáveis) não há serviço que atenda esta demandas, apenas há a internação compulsória, quando por determinação judicial a Secretaria de Saúde contrata serviços de clínicas particulares.

Tratamento Ambulatorial - Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC

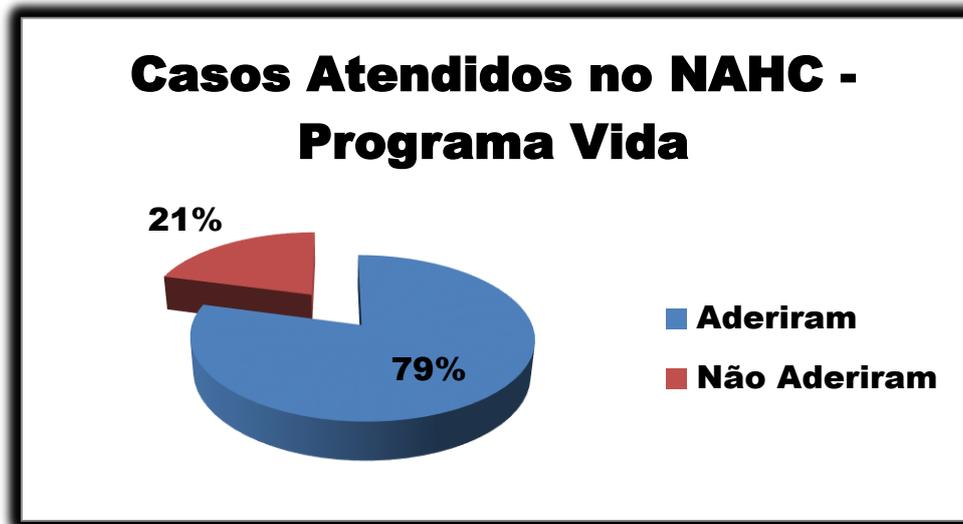
O Núcleo Assistencial Humberto Campo - NAHC desenvolve o Programa Vida com o objetivo de oferecer atendimento multidisciplinar ambulatorial gratuito a crianças e adolescentes dependentes e codependentes de substâncias psicoativas, com ênfase na reestruturação familiar.

Segundo dados do NAHC, através do ofício 039, de 07 de abril de 2016, os encaminhamentos ao Núcleo são oriundos da rede de atendimento e proteção e também por demanda espontânea.

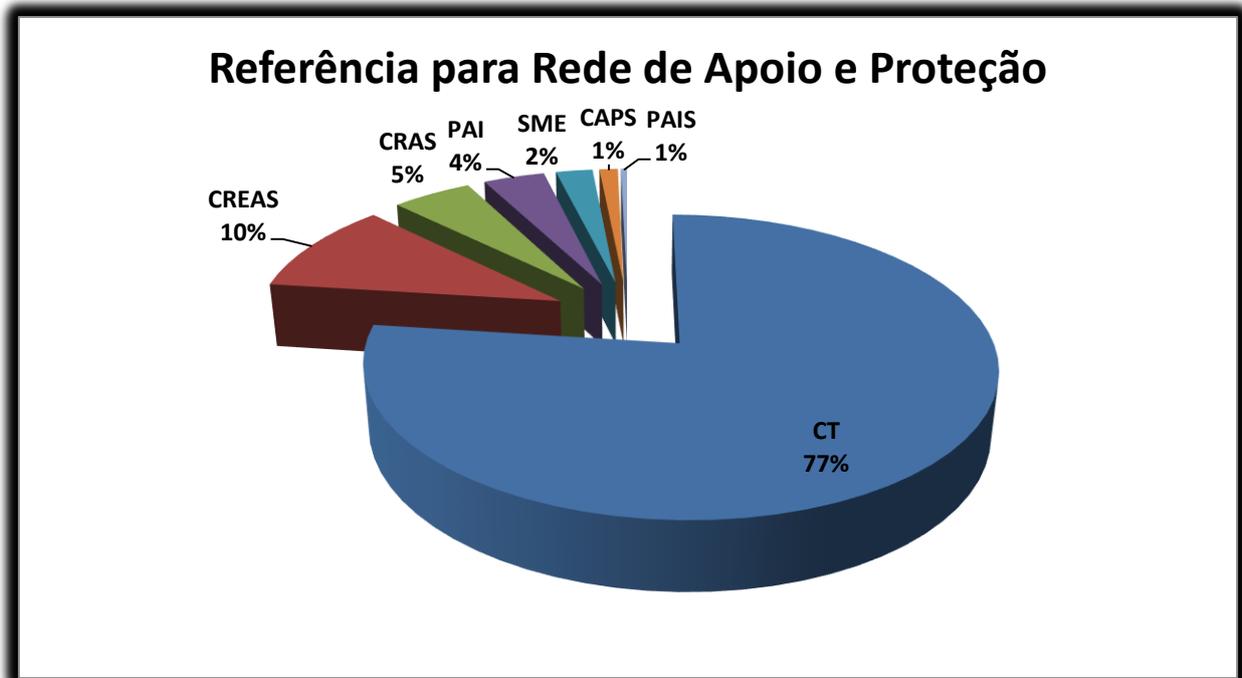
A metodologia utilizada pelo NAHC é assim descrita:

[...] O primeiro contato com a família é feito via telefone para agendamento da triagem, entrevista com a Assistente Social. Caso a família não compareça é realizada visita domiciliar para agendamento. Se ocorrer nova falta ao agendamento outras tentativas de contato são realizadas por no mínimo 2 meses. Após a triagem o paciente é agendado com psicólogo clínico semanalmente. Este profissional, após avaliação, encaminha para o médico, psicólogo educacional, mediação familiar ou agente de resgate dependendo da demanda do paciente, dando início ao trabalho multidisciplinar. Em caos mais graves, que não respondem ao tratamento ambulatorial, o paciente pode ser encaminhado ao CAPS AD desde que seja adulto. Quando se trata de adolescente o Programa entra em contato com a rede (Conselho Tutelar) para que seja feito encaminhamento para a internação clínica. O tempo de tratamento ambulatorial clínico é contínuo e depende da evolução de cada paciente, por isto o tempo de tratamento é indeterminado.

No exercício de 2015, o NAHC atendeu 361 casos, sendo que 75 (21%) não aderiram ao tratamento e foram desligados e 286 (79%) casos foram atendidos.



No exercício de 2015, o NAHC recebeu 261 encaminhamentos da rede, sendo que destes 201 foram do Conselho Tutelar, 27 para CREAS, 13 para o CRAS, 10 para o Posto de Atenção - PAI, 06 para Secretaria Municipal de Educação, 03 para o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e 01 para a Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social - PAIS.



Internação Voluntária - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE

Para o atendimento do adolescente que faz uso de substâncias psicoativas e que após ter sido realizado o atendimento ambulatorial no Projeto Vida – NAHC, não conseguir se livrar da

dependência, o CMDCA firmou convênio com o Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE, cuja sede é no município de Blumenau.

De acordo com a resposta do CERENE, a mesma tem por objetivo, um ambiente protegido técnica e eticamente orientado, bem como suporte e atendimento para dependentes de substâncias psicoativas, através de processo de ensino-aprendizagem sobre o próprio eu, o relacionamento com os outros, com o mundo, com Deus, e um estilo de vida em sobriedade. Atendeu no exercício de 2015, 04 adolescentes e de janeiro à julho de 2016, 05 adolescentes.

Internação Compulsória – Clínicas Particulares

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – SMS, no exercício de 2015, 13 adolescentes foram internados compulsoriamente em Clínicas Particulares, sendo 06 na Clínica Ouro Verde e 07 na Harmony Centro Terapêutico.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

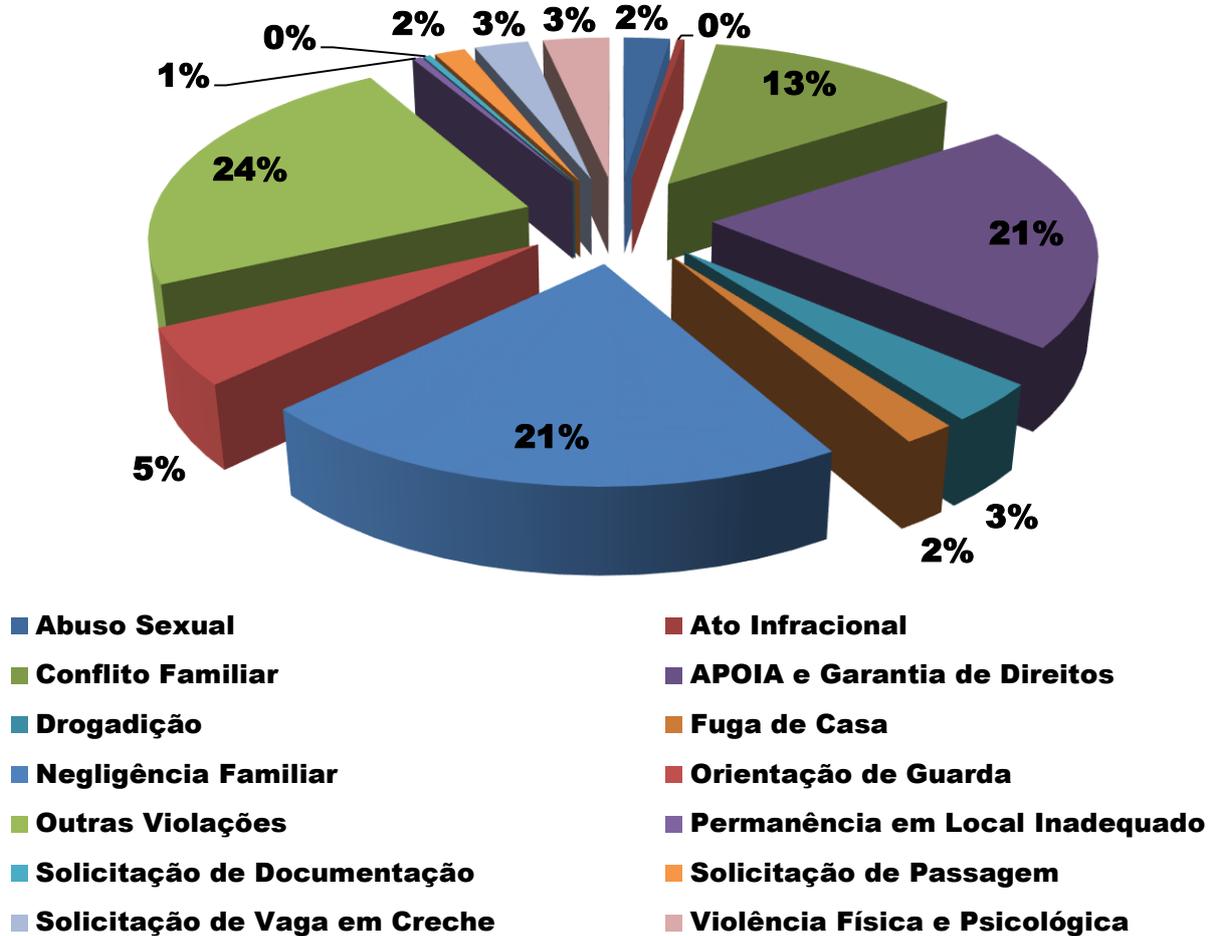
- Investir em políticas de sensibilização quanto aos malefícios do uso de substâncias psicoativas
- Reestruturar o Serviço ofertado pelo Programa Vida, para que efetivamente faça tratamento ambulatorial prioritariamente para crianças e adolescente e co-dependentes de substâncias psicoativas para suprir a ausência de um CAPSi, tendo dentre a equipe técnica um médico psiquiatra
- Estabelecer rede de apoio entre Programa Vida e demais órgãos que atendem crianças e adolescentes em uso de substâncias psicoativas, como CRAS, CREAS, PAI
- Manter a oferta de serviço de internação voluntário
- Rever a oferta de serviço de internação involuntária e compulsória tanto para adolescentes do sexo masculino como para adolescentes para o sexo feminino
- Solicitar a GERED, SEDUC ações educacionais para combater a evasão escolar, a diminuição do uso de substâncias psicoativas e tráfico de drogas e prevenção entre o Programa Educavida, Proerd, COMAD, CRAS, Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública e outros órgãos em rede
- Formar grupo de trabalho nas escolas que acompanhem os adolescente em risco para uso de substâncias psicoativas
- Solicitar ao PROERD, Polícia Militar que ampliem sua abrangência em mais faixas etárias

CONSELHO TUTELAR - CT

O Conselho Tutelar com a finalidade de zelar para que crianças e adolescentes tenham acesso efetivo aos seus direitos, bem como: fiscalizar se a família, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando, com prioridade absoluta, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, cobrando se assim se fizer necessário, o cumprimento do ECA e a Constituição Federal - CF, registraram, em 2015, 1282 atendimentos assim classificados:

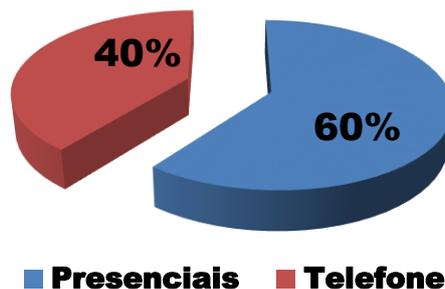
- Abuso Sexual = 30 (2%)
- Ato Infracional = 5 (0%)
- Conflito Familiar = 167 (13%)
- Demanda Escolar: APÓIA, maus tratos, negligência e conflitos = 263 atendimentos (21%)
- Drogadição = 44 (3%)
- Fuga de Casa = 24 (2%)
- Negligência Familiar = 273 (21%)
- Orientação de Guarda = 65 (5%)
- Outras Violações = 302 (24%)
- Permanência em local inadequado = 6 (1%)
- Solicitação de Documentação: Declaração de Nascido Vivo e Certidão de Nascimento = 5 (0%)
- Solicitação de Passagem = 20 (2%)
- Solicitação de vaga em Creche = 35 (3%)
- Violência Física e Psicológica = 43 (3%)

Atendimentos Realizados pelo Conselho Tutelar em 2015

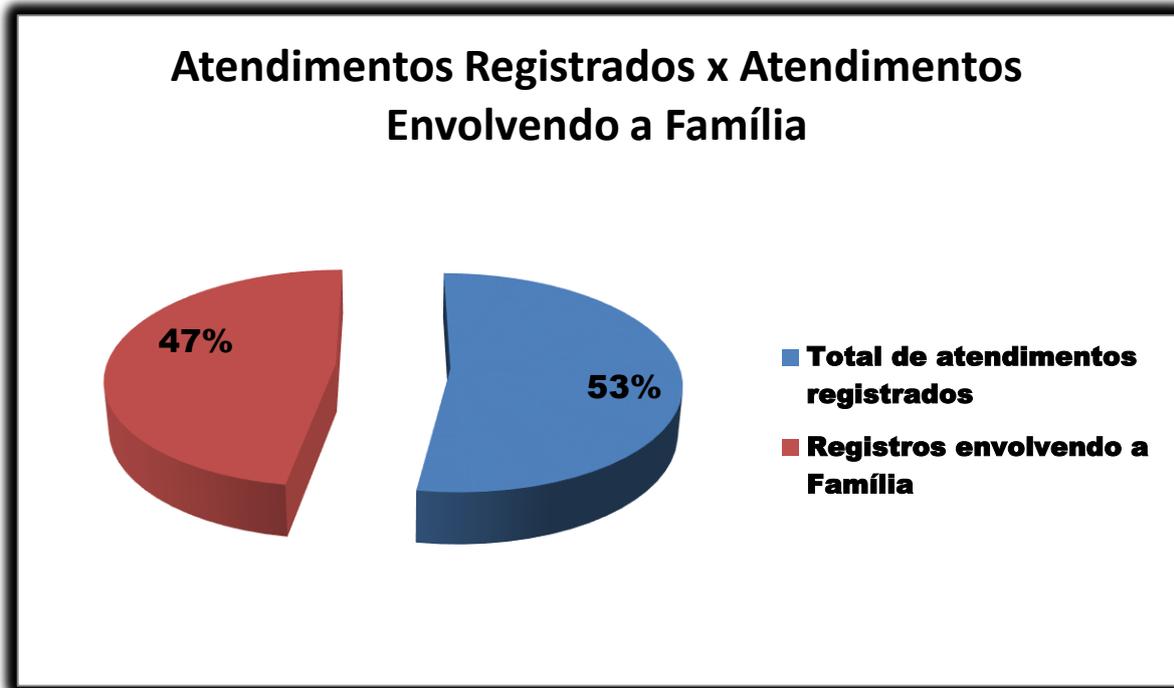


O Conselho Tutelar também informou que no exercício de 2015 foram efetuados 1.294 novos cadastros e 838 atendimentos por telefone, em horário de plantão, totalizando 2.132 atendimentos.

Atendimentos Presenciais x Atendimentos em Plantão

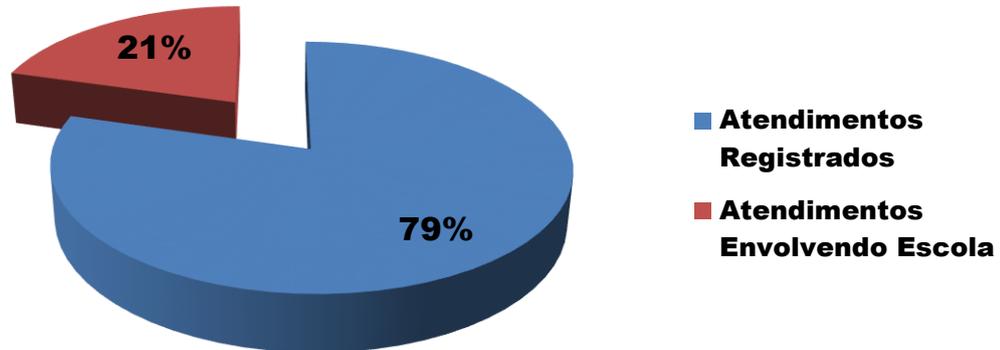


Os dados evidenciaram que 47% (608) dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar, 53% (1282) envolvem diretamente a família ou responsáveis pela criança e/ou adolescente.



As informações apresentadas pelo Conselho Tutelar no que se refere à Escola (21%) não são claras, pois reúnem dados diferentes na mesma classificação: evasão escolar, infrequência escolar, conflitos, maus tratos e negligências. Os três últimos registros são dirigidos, ao que tudo indica, a atos cometidos entre alunos ou por profissionais da educação e, portanto deveriam ser classificados em outra categoria a fim de garantir à criança e ao adolescente uma educação de qualidade, sob o olhar atento de um profissional qualificado.

Atendimentos Registrados x Atendimentos Envolvendo Escola



No que se refere aos atendimentos registrados sobre Abuso Sexual, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça e Cidadania, nos mostram os seguintes dados estatísticos:

A violência sexual é a quarta violação mais denunciada no Disque 100 contra crianças e adolescentes, atrás somente de negligência, violência física e violência psicológica. Em 2015, a violência sexual foi relatada em 21,3% das 80.437 denúncias no módulo crianças e adolescentes. No total, foram registrados mais de 17 mil casos. Em cada denúncia é possível a notificação de mais de um tipo de violação. As meninas representam 68,12% das vítimas. Na análise por faixa etária, as denúncias de violência sexual envolvem principalmente adolescentes de 12 a 14 anos, que totalizam 29,11% das vítimas. Em relação ao perfil do suspeito, os homens correspondem a 64,38% dos agressores. A maior parte tem entre 25 e 30 anos. O principal local da violação é a casa da própria vítima, onde ocorreram 39% dos casos de violência sexual relatados no Disque 100. Em seguida está a casa do suspeito, com 31,6% das denúncias.²⁰

Caracteriza-se por violência sexual a “submissão da criança ou do adolescente, com ou sem consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta financeira, favores ou presentes, independente do valor e natureza, podendo até ser um prato de comida”.²¹

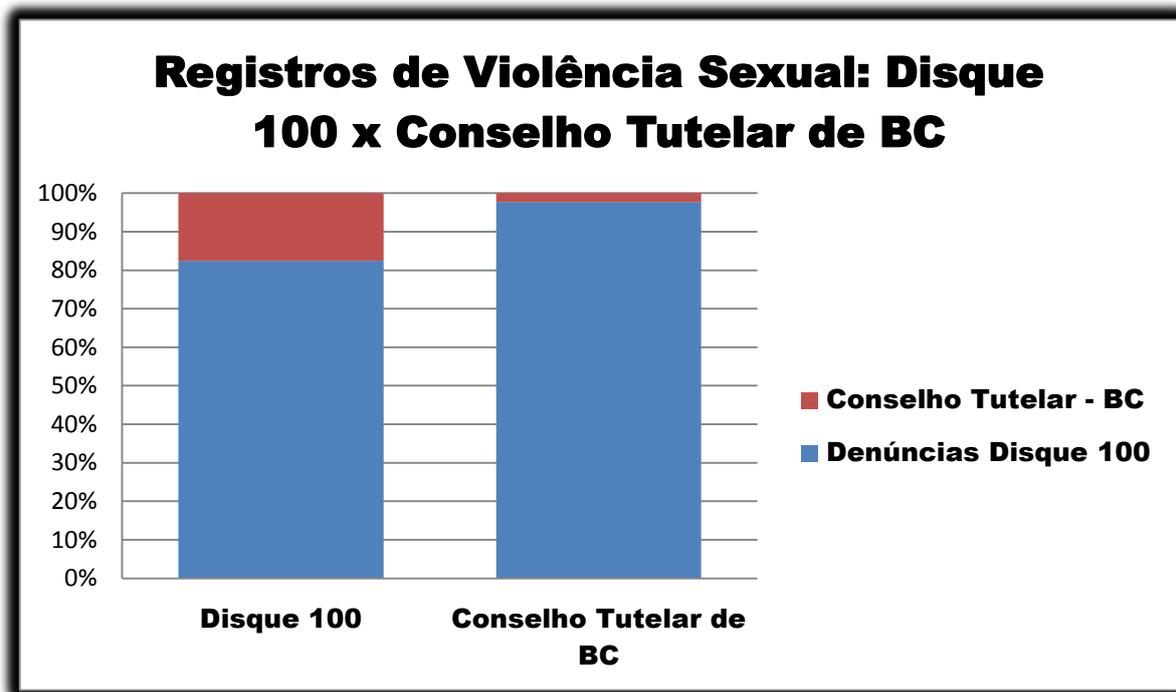
Embora não haja diferenciação nos registros dos atendimentos pelo Conselho Tutelar, cabe ressaltar que a violência sexual pode acontecer de diferentes formas, sendo classificadas da seguinte

²⁰ Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/campanha-respeitar-protoger-garantir/violencia-sexual>. Acesso em 9/9/2016, às 16:52).

²¹ Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/campanha-respeitar-protoger-garantir/violencia-sexual>. Acesso em 9 de setembro de 2016, às 9:22.

maneira: estupro, abuso²² ou exploração sexual²³, pornografia infantil²⁴ e com as mídias, através do *grooming*²⁵ e *sexting*²⁶.

De acordo com as estatísticas, as denúncias de violência sexual somam-se um total de 2% no município de Balneário Camboriú, sendo assim levanta-se a seguinte reflexão: as denúncias de Violência Sexual estão de fato acontecendo? A sociedade civil tem clareza do que se configura violência sexual? A sociedade sabe do dever moral de denunciar uma suspeita? A sociedade tem clareza de como proceder?



Segue outro dado referente a atos infracionais e de drogadição envolvendo adolescentes, que somaram apenas 3%.

²² **Abuso sexual:** É qualquer ato de natureza sexual cometido contra crianças ou adolescentes, imposto pela força física, pela ameaça ou por outras formas de coerção. Pode também acontecer entre adolescentes ou entre um adolescente e uma criança. É nessa categoria que geralmente estão associados crimes como o estupro, o assédio sexual, dentre outros

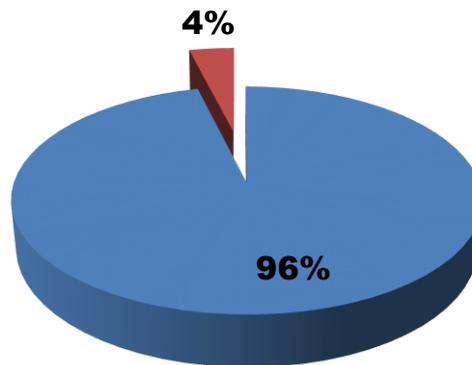
²³ **Exploração sexual:** Pressupõe uma relação de mercantilização, em que a utilização sexual da criança é permeada por uma troca, seja ela financeira, de favores ou presentes. Esse tipo de violação é mais visivelmente presente nos contextos de prostituição

²⁴ **Pornografia infantil:** Qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança ou adolescente envolvida em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais

²⁵ **Grooming:** Assédio sexual na Internet (por meio de chats, comunicadores instantâneos, comunidades de relacionamento ou mesmo SMS) e que vai do assédio inicial à exploração ou abuso sexual de crianças e adolescentes.

²⁶ **Sexting:** Consiste na troca de fotos e vídeos de nudez, eróticas ou pornográficas, de si mesma (as) ou de outras pessoas, por meio de aparelhos de telefonia celular, webcams ou outros meios eletrônicos. Se as imagens produzidas envolverem crianças e adolescentes, pode ser caracterizada a pornografia infantil. Se as imagens envolverem adultos, para caracterizar uma violação de direitos humanos deve haver a troca não autorizada de fotos e vídeos de terceiros.

Atendimentos Registrados x Atendimentos Envolvendo Drogadição e Atos Infracionais



■ **Total de Atendimentos**

■ **Atendimentos Envolvendo Drogadição e Atos Infracionais**

Nos dados fornecidos pelo Conselho Tutelar, não há classificação específica para o consumo de Bebida Alcoolica para menores de 18 anos, nem mesmo de autuação de infração por venda de bebidas.

É importante salientar que a partir de março de 2015, entrou em vigor a Lei 13.106/15, que alterou o ECA, criminalizando a venda, fornecimento, o servir, ministrar ou entregar, mesmo que gratuitamente, de qualquer forma, bebidas alcólicas para menores de 18 anos. O mesmo teor vale para outros produtos que possam causar dependência física ou psíquica, tais como: armas, explosivos, munições, bilhetes lotéricos.

Neste aspecto não há denúncias no Conselho Tutelar ou não há registros específicos para estes itens. Dessa forma não há dados que possam ser analisados para estabelecer ações de enfrentamento. No mesmo viés do Abuso Sexual, observa-se que talvez a sociedade não percebe a prática de vender, fornecer, ministrar ou entregar produtos que possam causar dependência física ou psíquica a crianças e adolescentes, como atos infracionais.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Estabelecer classificações de registro no CT
- Informatizar o CT
- CT informar a gestão do CRAS e CREAS e das UBS para que em conjunto desenvolvam ações de fortalecimento de vínculos familiares, sensibilização sobre os malefícios da violência e da diminuição da negligência familiar

- Campanhas de prevenção contra violência sexual, produtos que causem dependência física ou psíquica
- Implementar o sistema SIPIAWEB
- Solicitar ações efetivas da Polícia Militar, Guarda Municipal contra o uso de álcool entre adolescentes
- Enviar comunicação à síndicos de prédios, ao sindicato de bares e similares que proíbam o consumo de álcool por adolescentes
- Ofertar formação continuada ao Conselho Tutelar
- Solicitar ao Secretário a implementação do SIPIA com a compra de computadores e a ampliação da capacidade da internet

JOVEM APRENDIZ

O ECA, Lei nº 8.069, de julho de 1990²⁷, no Capítulo V, trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, permitindo que o adolescente trabalhe na condição de aprendiz, desenvolvendo-se pessoal e socialmente. A Lei define o que considera aprendizagem a formação técnico-profissional segundo as diretrizes e bases da legislação de educação.

Para que o adolescente esteja na condição de aprendiz e receba a bolsa aprendizagem (maiores de quatorze anos), deve estar matriculado e frequentando o ensino regular, exercendo uma atividade condizente com o seu desenvolvimento, com horário especial para o exercício da atividade.

Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

No município o Jovem Aprendiz²⁸ é desenvolvido, desde 2009, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com apoio do Conselho da Criança e do Adolescente (CMDCA) e parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e tem por objetivo apoiar e orientar o jovem (entre 14 a e18 anos) que inicia o seu primeiro emprego na categoria aprendiz.

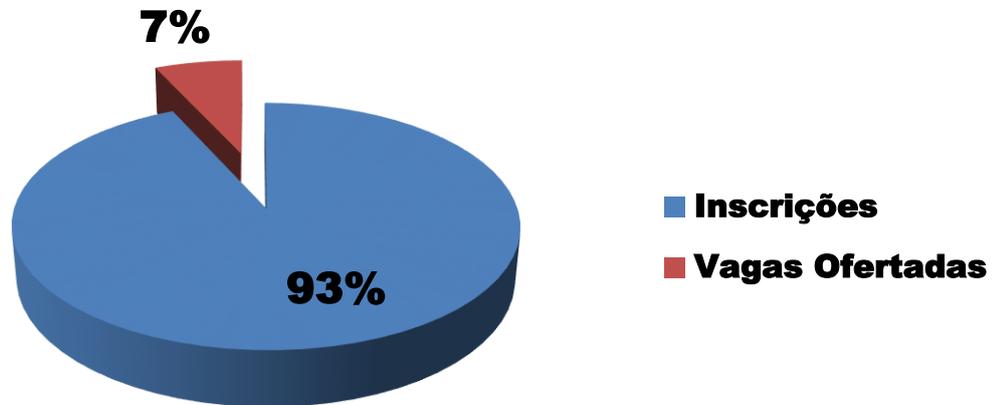
A formação pessoal e social realizada em doze meses, compreende aulas teóricas e práticas, com carga horária de 880 horas. Desde a sua implantação em 2009, já foram inseridos mais de 700 adolescentes no mercado de trabalho, uma média de 116 adolescentes por ano.

No exercício de 2015, foram realizadas 412 inscrições de adolescentes para realizar formação no Jovem Aprendiz, e 30 (7%) foram contemplados e inseridos no mercado de trabalho, ou seja, 382 (93%) adolescentes ficaram sem a possibilidade de realizar a formação e conseqüentemente não foram inseridos no mercado de trabalho.

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 23 de setembro de 2016, às 9:34.

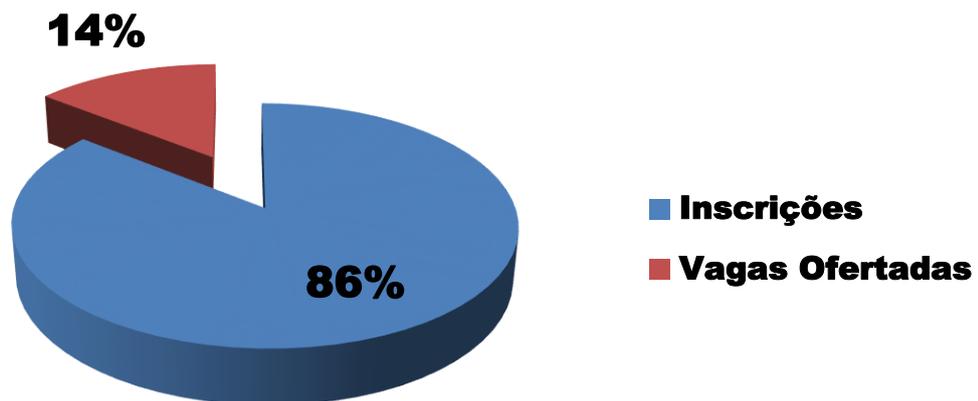
²⁸ Atualmente o Jovem Aprendiz acontece na Rua Estados Unidos, número 156, bairro das Nações, Balneário Camboriú.

Procura x Oferta de Vagas no Programa Jovem Aprendiz - 2015



Em 2016, o Programa teve 386 inscritos, e destes 64 (14%) realizaram o curso e foram inseridos no mercado de trabalho, evidenciando novamente a grande demanda reprimida.

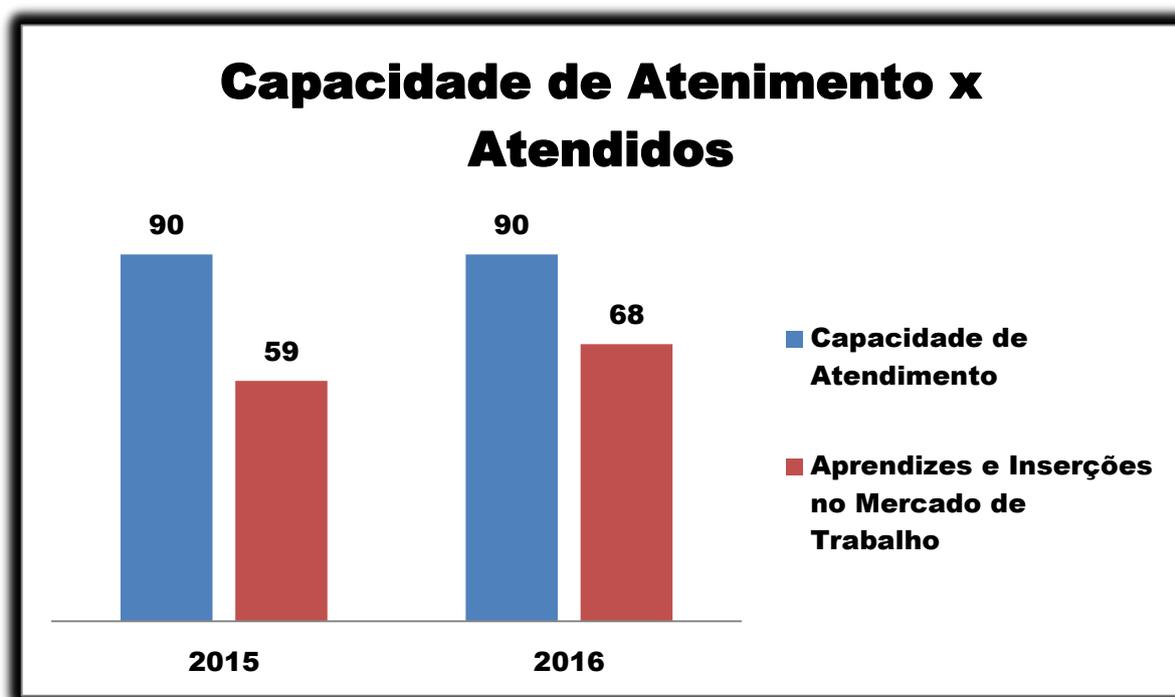
Procura x Oferta de Vagas no Programa Jovem Aprendiz - 2016



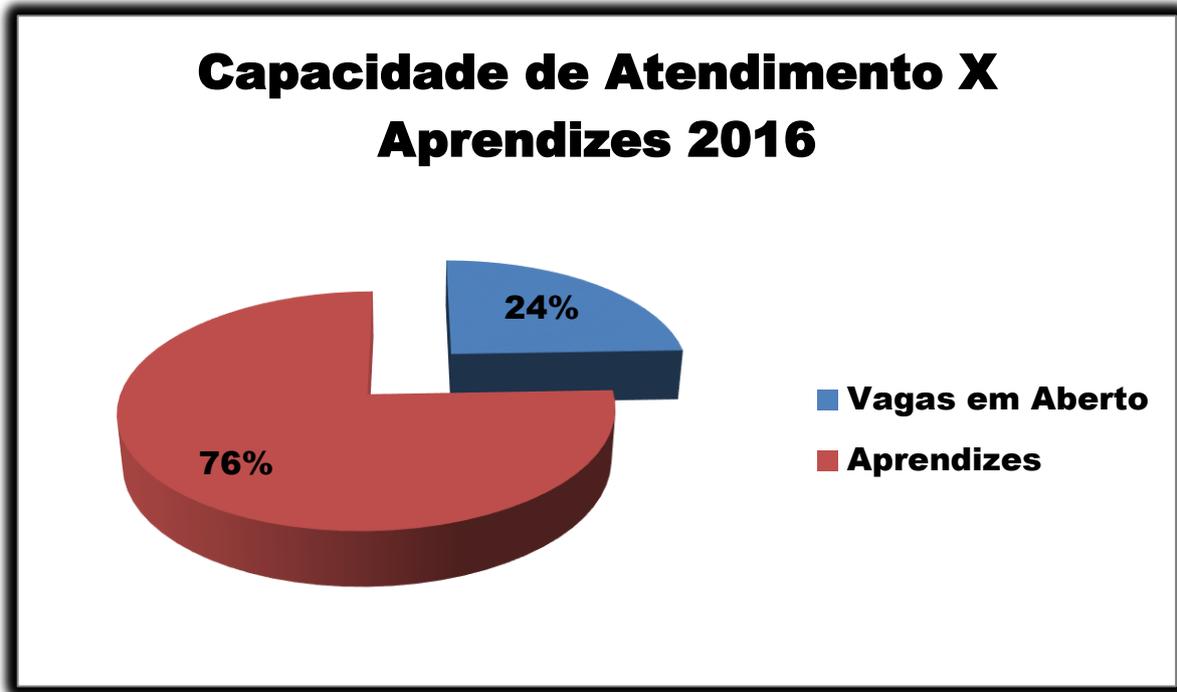
Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional - GERAR

Há também atuando no município a Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional - GERAR²⁹ cujo objetivo é promover o desenvolvimento de competências dos jovens para que sejam capazes de buscar soluções que respondam aos diferentes desafios de sua vida pessoal e profissional e de exercer criticamente a sua cidadania. A entidade atende adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

Segundo o relatório de atividades fornecido ao CMDCA pelo GERAR, no exercício de 2015 foram realizadas, na unidade de Balneário Camboriú, 59 aprendizagens e inserções no mercado de trabalho. No 1º semestre de 2016, foram 45 aprendizagens e 23 no 2º semestre, totalizando 68 aprendizes da capacidade total de 90 aprendizes/ano. Portanto, sobraram 22 vagas para curso no Programa, o que equivale a 24% de vagas.



²⁹ Localizado na Avenida Santa Catarina, número 151, Bairro Estados, Balneário Camboriú.



Registra-se que o Jovem Aprendiz desenvolvido pela SDIS em parceria com o SENAC deixou de atender mais de 80% dos adolescentes inscritos que ficaram sem a possibilidade de realizar a formação e conseqüentemente não foram inseridos no mercado de trabalho, o que evidencia falha na comunicação entre a rede de atendimento.

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

A Comissão de Diagnóstico não encaminhou ofício solicitando dados à Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, pois na época do levantamento de dados a mesma não estava conveniada com o FMDCA. Entretanto, no decorrer do processo, a UNIVALI repassou que atendem 90 jovens aprendizes, realizando a formação pessoal e profissional.

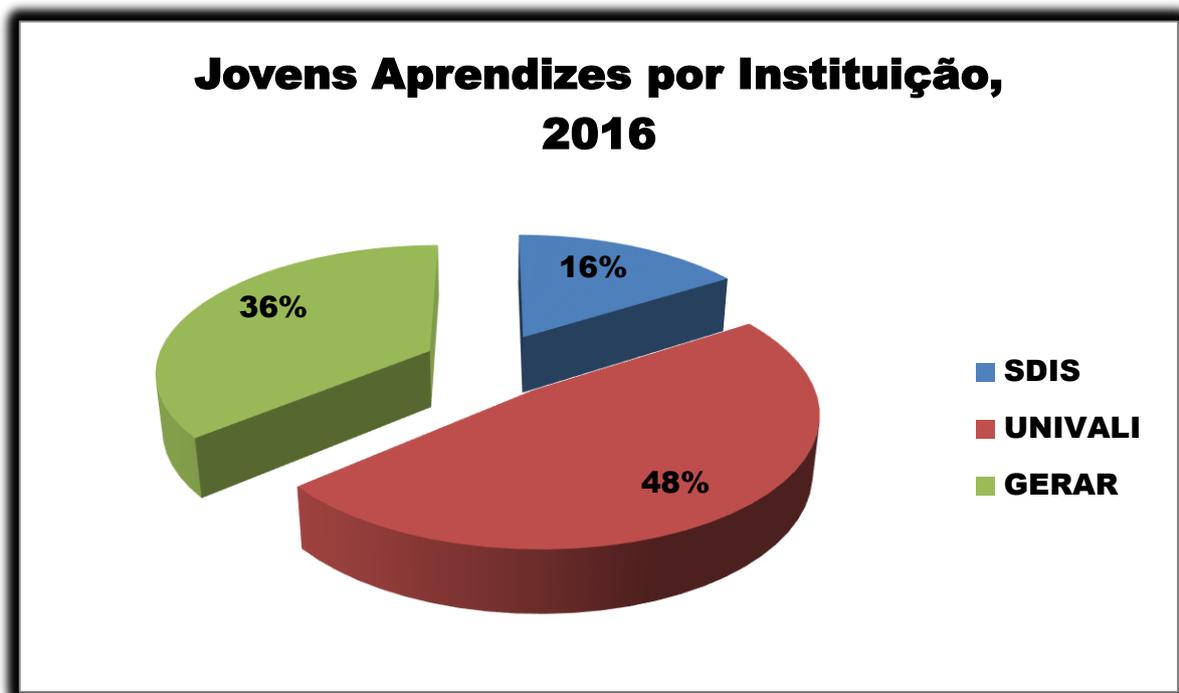
Jovem Aprendiz – Pessoas com Deficiência

Constata-se a ausência de dados no que se refere à inserção no mercado do trabalho de pessoas com deficiência. Segundo a Associação Amor Pra Down, Associação de Pais e Amigos do Autista - AMA Litoral, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE e Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos -AFADEFI, atualmente não há, no município um programa que contemple a crescente demanda de adolescentes e adultos com deficiência para inserção no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o combate à exclusão social das pessoas com deficiência, requer além da conscientização da sociedade sobre as potencialidades dessa parcela da população, a implantação e o cumprimento de políticas afirmativas³⁰, tais como a Lei nº 8.213/91 (Lei de Costas), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

As associações acima citadas, informam que atualmente cerca de 38³¹ adolescentes e/ou adultos com deficiência (sejam estas transtornos do espectro do autismo (TEA), síndromes, etc.) poderiam realizar um trabalho específico de aprendizagem profissional e serem inseridos no mercado de trabalho.

Reunindo as informações das instituições que trabalham com o Jovem Aprendiz em BC, há 188 adolescentes/jovens aprendizes, assim distribuídos: 30 aprendizes SDIS – 16%, 90 aprendizes UNIVALI – 48% e 68 aprendizes GERAR – 36%



Importante registrar que das instituições acima citadas, apenas a UNIVALI recebe recursos do FMDCA.

³⁰ Segundo Joaquim Barbosa Gomes (...) as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. – 2. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007. P. 17)

³¹ Este dado foi informado via whatsapp, no mês de setembro de 2016: Afadefi 12 pessoas com deficiência física, Amor Pra Down 10 pessoas com síndrome de Down, AMA 6 pessoas com TEA e APAE 10 pessoas com deficiência intelectual.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Ofertar serviços na modalidade Jovem Aprendiz para adolescentes com e sem deficiência
- Capacitar as empresas para ofertar o trabalho ao jovem aprendiz com e sem deficiência
- Formar um centro de referência e conclusão produtiva
- Solicitar que o Departamento do Jovem Aprendiz / SDIS unificar o serviço de jovem aprendiz no município. O cadastro poderia ser efetuado no Departamento e este encaminharia para os programas existentes no município
- Solicitar que o Departamento do Jovem Aprendiz se capacite para atender o Jovem Aprendiz com deficiência

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA

Considera-se deficiência pessoas que apresentam deficiência física, intelectual e sensorial. Segundo o Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009³², que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 em seu artigo 1:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoa.

O mesmo texto, categorizando as deficiências, consta na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015³³, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Capítulo I, Das Disposições Gerais, Art. 2º.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999³⁴, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção, e dando outras providências.

Este Decreto (3.298) além de definir o que se considera deficiência, deficiência permanente e incapacidade, define os tipos de deficiência para os termos da Lei, caracterizando-as no Capítulo I, Das Disposições Gerais:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

³² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm . Acesso em 11 de setembro de 2016, às 19:32.

³³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em 11 de setembro de 2011, às 20:9

³⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm . Acesso em 11 de setembro de 2016, às 19:57.

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004), e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Além das deficiências acima citadas, criou-se a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012³⁵, que Institui a Política dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Sendo a partir de então considerada, conforme o Art. 1º, § 2º pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

No que se refere às crianças e adolescentes com laudo diagnóstico de Síndromes, como a Síndrome de Down, são consideradas com deficiência para fins deste relatório.

Realizam atendimentos às pessoas com deficiência em Balneário Camboriú:

- Associação Amor Pra Down, para crianças, adolescente, jovens, adultos e idosos com Síndrome de Down;
- Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos (AFADEFI), para crianças, adolescente, jovens, adultos e idosos com deficiência física;
- Associação de Pais e Amigos dos Autistas (AMA LITORAL), para crianças, adolescente, jovens, adultos e idosos com Transtornos do Espectro Autista (TEA);
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), para crianças menores de 5 anos e 11 meses que apresentam com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor com etiologia desconhecida, síndromes, deficiências e transtornos do espectro autista e crianças acima de 6 anos, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual associada ou não a outras deficiências.

Além das entidades acima citadas o Posto de Atenção Infantil - PAI, atende crianças e adolescentes com deficiência, sendo muitas vezes a entrada na rede atendimento da criança com suspeita ou com o diagnóstico de deficiência, no município. Quando realizado o diagnóstico, o PAI pode encaminhá-los para a rede de atendimento ou realizar o atendimento em sua sede.

³⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm . Acesso em 11 de setembro de 2016, às 19:46.

Da mesma forma que o PAI, o Centro de Reabilitação em Fisioterapia - CEFIR realiza atendimento fisioterápico para crianças e adolescentes com alterações motoras, como a paralisia cerebral, dentre outras.

O PAI e o CEFIR são unidades de ações especializadas do poder público, não recebem investimento do FMDCA. A quantidade de crianças e adolescentes com deficiências atendidas nessas unidades, não foi informada sendo assim, não contabilizam os dados que seguem.

Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação Amor pra Down

A Associação Amor Pra Down (Ofício nº031/2016, de 18 de abril de 2016) informou que atende 18 crianças e adolescentes que recebem atendimento de terapia ocupacional, fonoaudiologia, psicologia, psicoterapia e fisioterapia. Conforme dados do relatório os atendimentos são semanais, ofertados são de acordo com as necessidades de cada criança e adolescentes.

Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação de Apoio as Famílias dos Deficientes Físicos - AFADEFI

A AFADEFI (Ofício nº0032/2016, de 31 de março de 2016 e Ofício nº 045/2016, de 16 de junho de 2016) informou que atende 31 crianças e adolescentes. Estes recebem atendimento por sessão semanal de fisioterapia e psicologia.

Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação de Pais e Amigos dos Autistas - AMA LITORAL

A AMA Litoral (Ofício nº033/2016, de 29 de março de 2016), informou que atende, 54 crianças e adolescentes entre 3 e 18 anos. Oferecer atendimento de fisioterapia, fonoaudiologia, pedagogia, terapia ocupacional, musicoterapia, psicologia (e atendimento psicossocial) e educação física.

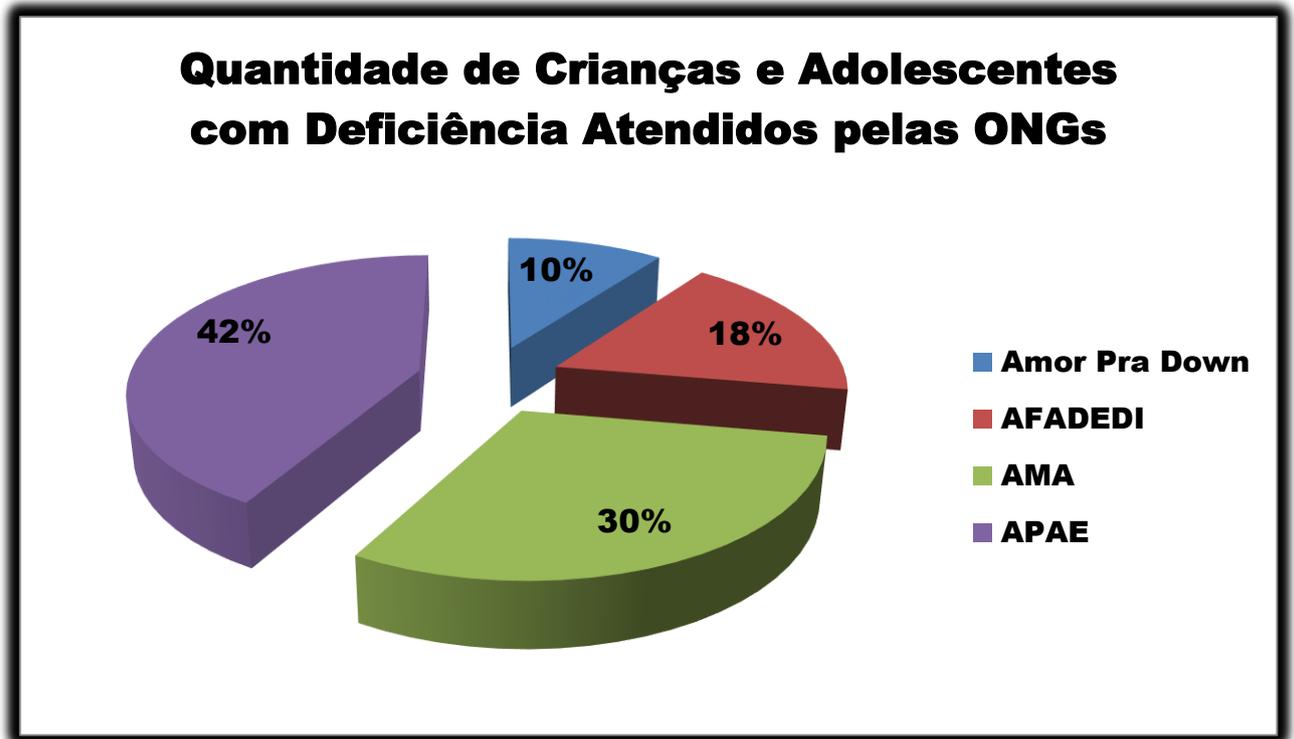
Atendimento a Crianças e Adolescentes com Deficiência – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

A APAE (ofício APAE nº 055/2016, de 31 de março de 2016) informou que são atendidas um total de 74 crianças e adolescentes³⁶, sendo 67 crianças (0 a 11 anos e 11 meses) e 07 adolescentes

³⁶ O Projeto da APAE conveniado pelo CMDCA - Avaliação, acompanhamento e atendimentos complementares a crianças com atraso significativo no desenvolvimento neuropsicomotor ou deficiência matriculadas no Programa de Prevenção de Deficiências: Ações em Rede – PDEAR - contempla 30 das 74 crianças atendidas pela ONG.

(12 a 17 anos e 11 meses). Os alunos inseridos no Serviço de Estimulação Essencial recebem atendimento por sessão semanal de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia na piscina, pedagogia, psicologia e acompanhamento sistemático do serviço social, neuropediátrico e de terapia ocupacional.

Diante dos dados, verifica-se que as ONGs citadas atendem 177 crianças e adolescentes com deficiências.



Este Relatório evidencia a ausência de Serviço Especializado para o atendimento das deficiências sensoriais – deficiência visual e deficiência auditiva. As crianças e adolescentes que apresentam suspeita de deficiência auditiva são avaliados no PAI e se confirmado o diagnóstico, são referenciados para o Serviço de Atenção a Saúde Auditiva - SASA³⁷, ambos na UNIVALI, em Itajaí. As crianças com diagnóstico no SASA até ser contra referenciado para o PAI para reabilitação auditiva.

Já as crianças e adolescentes com Deficiência Visual, não estão amparados por serviço especializado multidisciplinar.

Outro ponto a ser considerado pelas políticas municipais é o fato de não haver estatística no número de crianças e adolescentes com deficiência no município, o mesmo fato é percebido para jovens, adultos e idosos com deficiência.

³⁷ Este Serviço do Curso de Fonoaudiologia, considerado um laboratório de aprendizagem para os alunos envolvidos com o curso, realiza avaliações auditivas em pessoas de todas as idades.

Equoterapia

A Equoterapia é um dos raros métodos, ou melhor, talvez o único que permite ao paciente vivenciar muitos conhecimentos ao mesmo tempo e que no qual as ações, reações e informações são bastante numerosas. O cavalo é utilizado como recurso terapêutico, ou seja, como instrumento de trabalho.

O movimento rítmico preciso e tridimensional do cavalo que ao caminhar se desloca para frente/trás, para os lados e para cima/baixo, pode ser comparada a ação da pelve humana ao andar, permitindo a todo instante entradas sensoriais em forma de propriocepção profunda, estimulações vestibulares, olfativas, visuais e auditivas.

Durante toda a sessão os terapeutas também ajudam a estimular a autoconfiança, autoestima, fala, linguagem, estimulação tátil, lateralidade, cor, organização e orientação espacial e temporal, memória, percepção visual e auditiva, direção, análise e síntese, raciocínio e vários outros aspectos.

A Equoterapia é indicada no tratamento dos mais diversos tipos de comprometimentos motores, como paralisia cerebral, problemas neurológicos, ortopédicos, posturais, comprometimentos mentais e sociais, tais como: distúrbios de comportamento, autismo, esquizofrenia, psicoses, comprometimentos emocionais, deficiência visual, deficiência auditiva, problemas escolares tais como: distúrbio de atenção, percepção, fala, linguagem, hiperatividade e pessoas isentas de necessidades especiais, mas que tenham problemas de postura, insônia e estresse.

Atualmente o CMDCA faz convênio com a APAE para 20 vagas para crianças e adolescentes que frequentam os serviços da APAE.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Ampliação da oferta de vagas de Equoterapia para crianças e adolescentes com deficiência que frequentam as demais ONGs;
- Ofertar serviço com equipe multidisciplinar para crianças e adolescente com deficiência visual e auditiva;
- Fazer um levantamento estatístico para identificar quantas crianças e adolescentes com deficiência e também com dificuldades de aprendizagem há no município, especificando por patologias e atendimentos/especialidades recebidas;
- Inserir no cadastro do usuário no Olostech um campo onde será inserido o laudo diagnóstico do usuário;
- Ofertar um centro de avaliação diagnóstica que faça avaliação e conduta para todas as crianças e adolescentes que apresentam intercorrência em seu desenvolvimento. Este

serviço seria responsável em avaliar e encaminhar, após o diagnóstico para a rede de atendimento especializada;

- Ampliação de vagas para atendimento de crianças e adolescentes diagnosticados com TEA;
- Verificar se a ASBAC está funcionando no município;
- Discutir a forma de atendimento da pessoa com deficiência no município;
- Ofertar serviço com equipe multidisciplinar para a pessoa com deficiência sensorial (visual e auditivo);
- Levantar junto a SEDUC o número de crianças e adolescentes com deficiências.

SAÚDE E SANEAMENTO

Unidades Básicas de Saúde

Como mencionado anteriormente o CMDCA enviou um único ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando todas as informações da rede de atendimento. Embora a Secretaria não tenha respondido o ofício, as informações da área da saúde foram recolhidas pelo senhora Karina Dias Heil, presidente deste Conselho.

Os dados referentes às Unidades Básicas de Saúde – UBS, que foram solicitados à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento foram cedidos pela coordenadora da Estratégia Saúde da Família - ESF, senhora Ilva Belinski Martins.

A ESF está presente nos Bairros dos Municípios, Barra, Nações, Vila Real, Ariribá, Nova Esperança e Estados. Abaixo segue um quadro demonstrando o número de equipes ESF em cada um dos Bairros atendidos e a quantidade de habitantes atendidos³⁸.

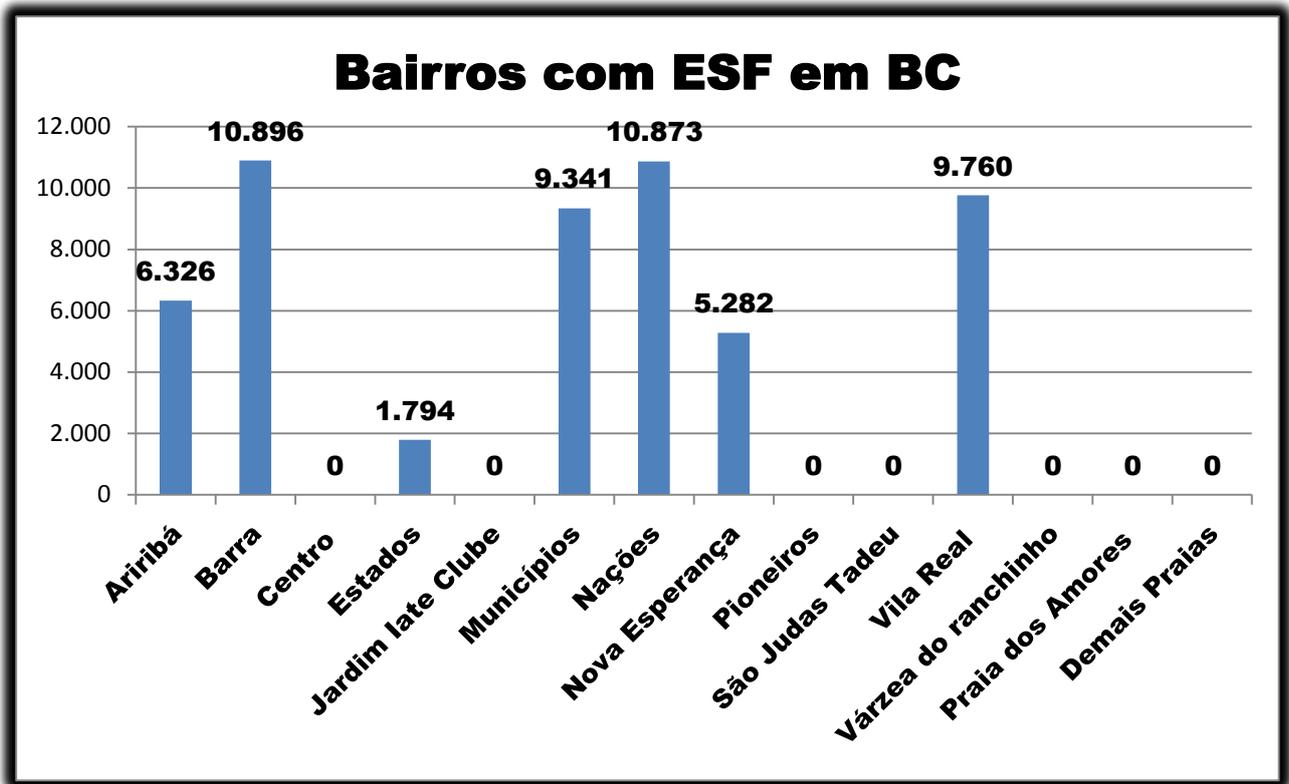
Bairro	Municípios	Barra	Nações - CAS	Vila Real	Ariribá	Nova Esperança	Estados
Equipes	Equipe 1 3.147	Equipe 1 3.979	Equipe 1 3.540	Equipe 1 3.027	Equipe 1 6.326	Equipe 1 5.282	Equipe 1 1.794
	Equipe 2 2.603	Equipe 2 3.125	Equipe 2 3.757	Equipe 2 3.622			
	Equipe 3 3.591	Equipe 3 3.792	Equipe 3 3.576	Equipe 3 3.111			
Total	9.341	10.896	10.873	9.760	6.326	5.282	1.794

As 15 Equipes de ESF cobrem um total de 54.272 habitantes. A orientação é para que cada Equipe ESF seja responsável por, no máximo, 4.000 habitantes, mas a média recomendada é de 3.000 habitantes. Conforme demonstrado, nos bairros atendidos o Bairro Ariribá e Nova Esperança necessitam de mais uma Equipe ESF.

Os habitantes das Praias Agrestes e bairro São Judas Tadeu tem como referência a ESF do bairro da Barra. Os habitantes do bairro Iate Clube tem como referência a ESF do bairro Vila Real e a Várzea do Ranchinho tem como referência o bairro dos Estados. Os habitantes do Centro, Praia dos Amores e Pioneiros são atendidos no Posto de Saúde Central sem cobertura da ESF, mas com Atenção de Básica. O Posto de Saúde Central – PSC tem 43.461 cadastros, sendo estes coberto pela Atenção Básica de Saúde, como dito anteriormente.

³⁸ Os número informado das Equipes não seguem a numeração da Secretaria Municipal de Saúde – ESF, mas sim para compreensão do quadro demonstrativo.

Segue abaixo o quadro demonstrando a coberturas da ESF.

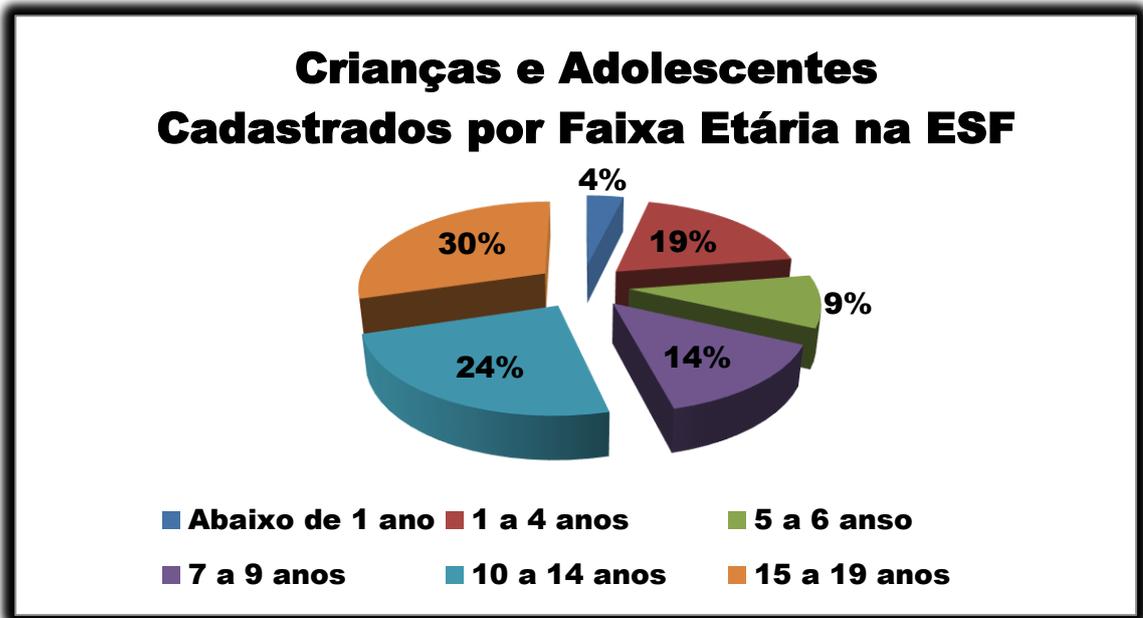


No que se refere à faixa etária das crianças e adolescentes cadastrados na ESF, o Olostech³⁹ os seguintes dados de agosto de 2016 são:

- 563 (4%) crianças com menos de 01 ano de idade
- 2.799 (9%) entre 01 e 04 anos
- 1.420 entre 05 e 06 anos
- 2.122 (14%) crianças entre 07 e 09 anos
- 3.621 (24%) entre 10 e 14 anos e
- 4.451 (30%) adolescentes entre 15 e 19 anos.

Abaixo segue um quadro evidenciando o cadastro de crianças e adolescentes na ESF.

³⁹ Sistema de dados utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.



Das 10.525 crianças e adolescentes cadastrados na ESF e Atenção Básica até 14 anos, apenas 41 cadastros informam deficiências ou doenças, sendo assim categorizadas: 01 caso de Tuberculose, 03 casos de diabetes e 38 deficiências não especificadas.

Com relação a gravidez precoce a ESF e Atenção Básica informou que foram cadastradas 40 gestantes entre 10 e 19 anos.

Departamento de Vigilância Epidemiológica

De acordo com Departamento de Vigilância Epidemiológica – DEVE, e segundo a Lei nº8.080 o conceito de Vigilância Epidemiológica é um “conjunto de ações que proporciona o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos”⁴⁰

Tem por função a coleta, o processamento, a análise e interpretação dos dados, a recomendação das medidas de prevenção e controle apropriado, a promoção das ações de prevenção e controle indicado, a avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas e a divulgação das informações pertinentes.

O DEVE de Balneário Camboriú conta com uma equipe de 19 profissionais especializados. O processamento dos dados coletados é realizado através de sistemas do Ministério da Saúde – MS, conforme abaixo citados:

⁴⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm . Acesso em 23 de setembro de 2016, às 9:48.

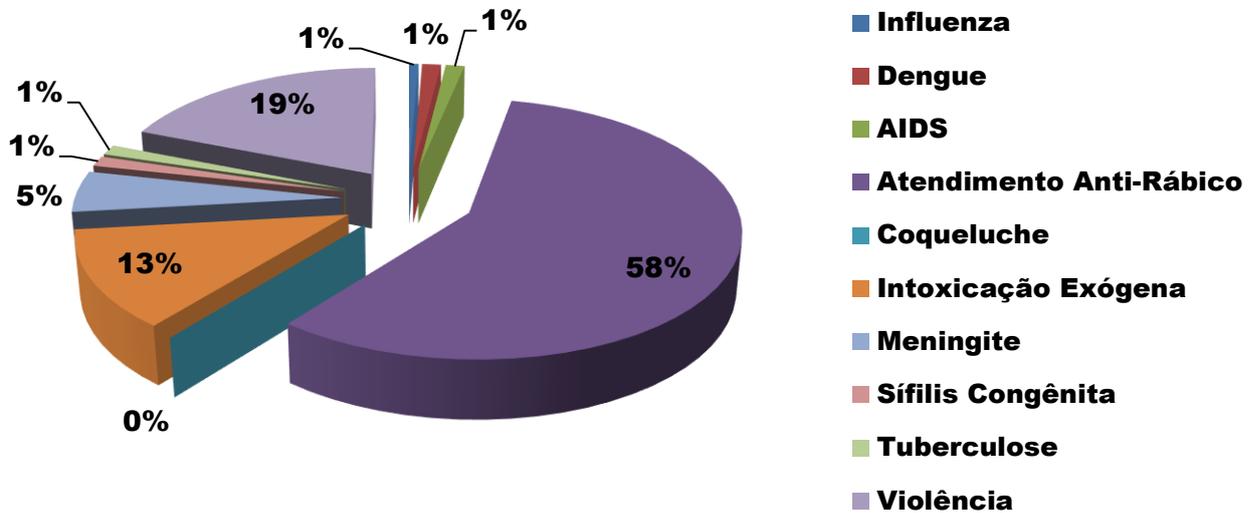
- SIM - Sistema de Mortalidade
- SINASC- Sistema de nascidos vivos
- SINAN- Sistema de notificação de agravos
- SISVAN- Sistema de vigilância alimentar e nutricional
- SIPNI- Sistema de informação programa nacional de imunização

No exercício de 2015, a Vigilância Epidemiológica confirmou os seguintes agravos envolvendo crianças e adolescentes no município de Balneário Camboriú:

- Influenza – 01 caso positivo
- Dengue – 02 casos positivos
- AIDS - 02 casos positivos
- Atendimento Anti-Rábico – 88 casos, sendo 84 espécie canina
- Coqueluche – nenhum caso confirmado
- Intoxicação Exógena – 19 casos confirmados
- Meningite – 8 casos confirmados
- Sífilis Congênita – 02 casos confirmados
- Tuberculose – 02 casos confirmados
- Violência – 29 casos, sendo que 21 desses casos são de crianças e adolescentes do sexo feminino

Segue figura demonstrativa dos agravos envolvendo crianças e adolescentes:

Agravos envolvendo Crianças e Adolescentes em 2015



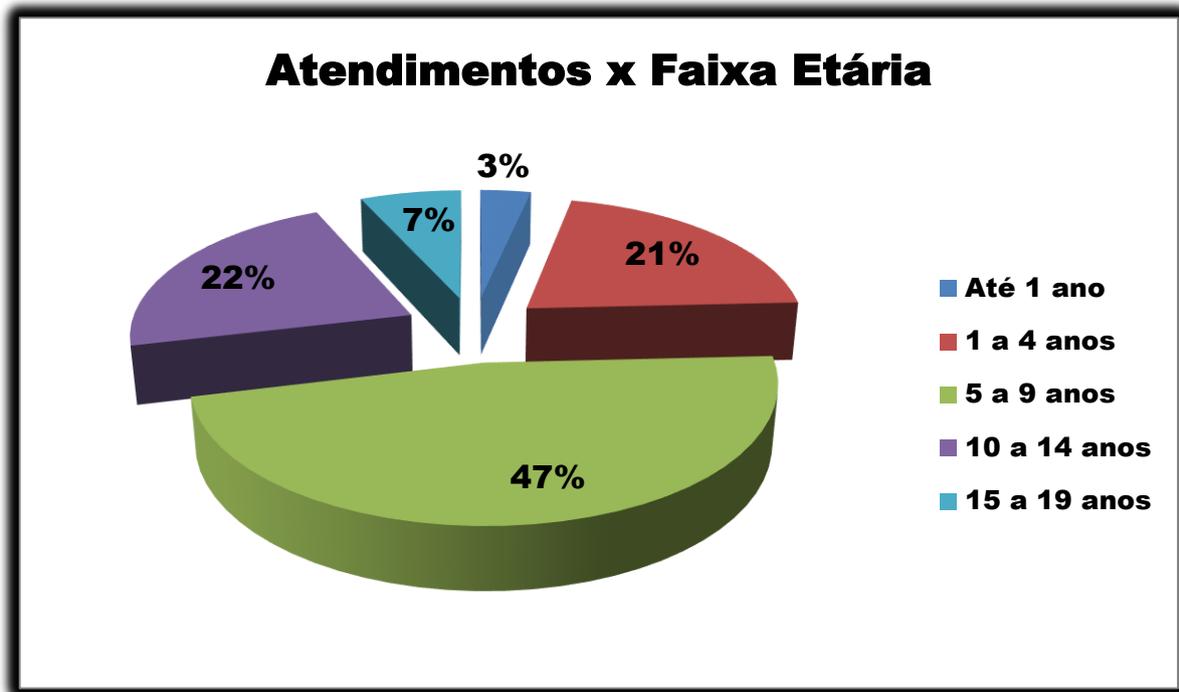
Departamento de Ações Especializadas

Posto de Atenção Infantil – PAI⁴¹

O Posto de Atenção Infantil é uma Unidade Especializada de referência no atendimento especializado para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que são encaminhados da atenção básica e da rede de atendimento.

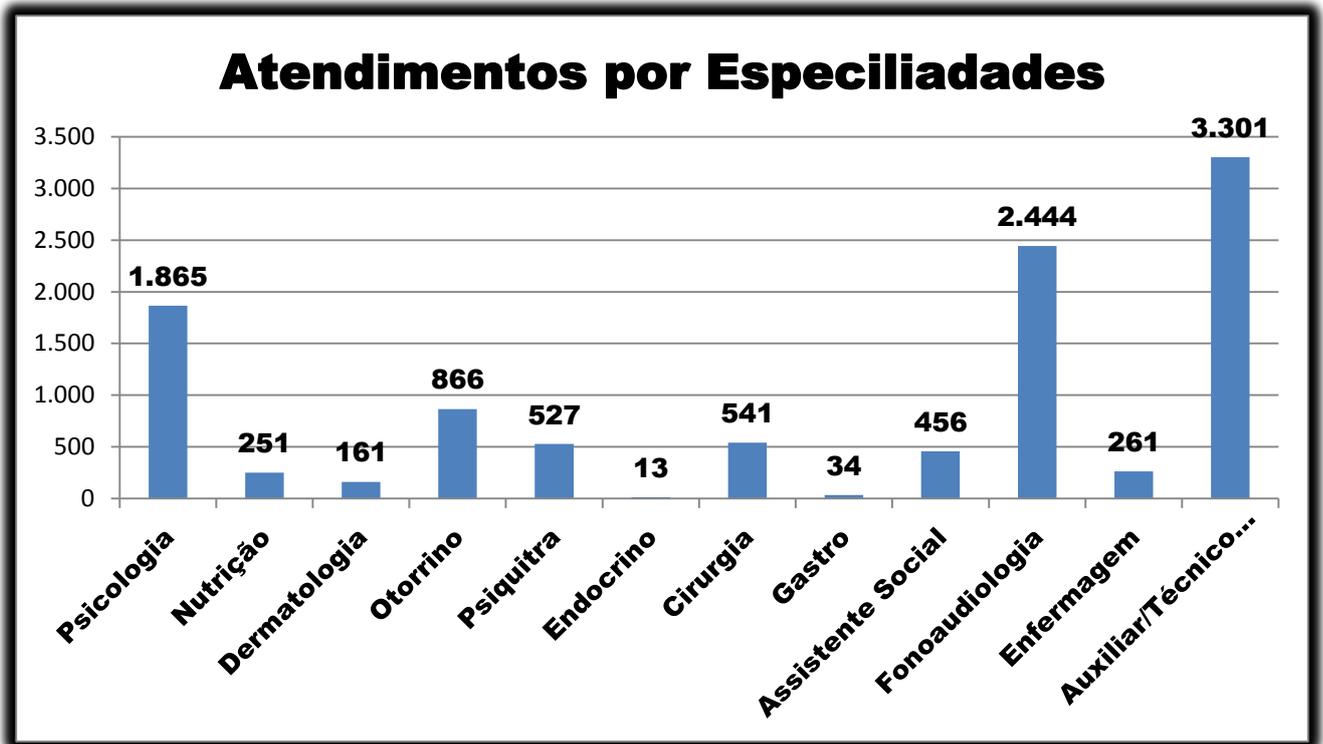
Segundo Ofício nº 068/2016 SSSM, de 26 de agosto de 2016, o Posto de Atenção Infantil – PAI informou que foram realizados 10.747 atendimentos, distribuídos nas seguintes faixas etárias:

⁴¹ Localizado na rua Angelina, s/nº, Municípios, atende de segunda à sexta-feira, das 7h às 19h. Telefone: (47) 3360 8821.



O PAI também informou, que pelo sistema de dados OLOSTECH os especialistas realizaram 10.720 atendimentos, assim distribuídos:

- Assistência Social = 456 (4%) - realizados por 1 assistente social
- Auxiliar e Técnico de Enfermagem = 3301(31%) - realizados por 2 auxiliar/técnico de enfermagem
- Cirurgia Pediátrica = 541 (5%) - realizados por 1 cirurgião
- Dermatologia Pediátrica = 161(1%) - realizados por dois dermatologistas
- Endocrinologia Pediátrica = 13 (menor que 1%) - realizados por 01 endocrinologista
- Enfermagem = 261(3%) - realizados por 2 enfermeiros
- Fonoaudiologia = 2.444 (23%) - realizados por 6 fonoaudiólogas
- Gastroenterologia Pediátrica = 34 (menor que 1%) - realizados por 01 gastroenterologista
- Nutrição = 251 (2%)- realizados por 1 nutricionista
- Otorrinolaringologista Pediátrico = 866 (8%) - realizados por 01 otorrinolaringologista
- Psicologia = 1865 (17%) - realizados por 3 psicólogas
- Psiquiatria Infanto-Juvenil = 527 (5%) - realizados por 01 psiquiatra



O PAI também informou que 43 crianças recebem fórmulas alimentares e ou Suplemento alimentar. As crianças que recebem as fórmulas e/ou o suplemento podem apresentar quadro de desnutrição ou baixo peso, apresentam alergias, intolerância a lactose, estão em vulnerabilidade ou risco social.

Para 75 crianças e ou adolescentes são fornecido fraldas. A cedência de fraldas leva em consideração famílias carentes, crianças e adolescente em vulnerabilidade ou risco social ou com deficiência, diarreias crônicas e outras patologias.

Centro Integrado Solidariedade e Saúde (CISS) - Programa Municipal DST/AIDS

O Centro Integrado Solidariedade e Saúde - CISS⁴² é a Unidade de Saúde especializada no atendimento de HIV/DST e co-infecções, tais como: tuberculose, hepatites e doenças sexualmente transmissíveis. De acordo com o Ofício nº095/2016, de 05 de abril de 2016, também realiza acompanhamento dos casos de violência sexual.

No exercício de 2015, foram atendidos 10 casos de crianças e adolescentes do município de Balneário Camboriú, sendo 08 casos com crianças e 02 casos com adolescentes.

⁴² Localizado na Rua 2350, número 560, esquina com a 4ª Avenida, Centro, Balneário Camboriú. Atende de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h. Contato (47) 3360-0309.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú - PMBC⁴³, a unidade possui equipe multidisciplinar formada pelos seguintes especialistas: clínicos gerais, ginecologistas, infectopediatra, infectologista, dermatologista, urologistas, enfermeiros, psicólogos e assistente social.

O CISS atende encaminhamentos advindos do Hospital Municipal Ruth Cardoso, PAI, Delegacia, Conselho Tutelar e CREAS. Todos os casos são notificados através do SINAN⁴⁴ e encaminhados para o DEVE⁴⁵ e Conselho Tutelar.

O Programa Municipal DST/AIDS desenvolve o Projeto Educa Vida, que objetiva ampliar a parceria na prevenção contra DST/HIV/AIDS entre o Programa Municipal DST/HIV/AIDS e a Rede de Ensino público e privado de Balneário Camboriú. Busca através de intervenções pontuais e contínuas, por meio de palestras, oficinas, dinâmicas e atividades lúdicas, desenvolver o projeto que tem como público alvo a educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio.

Para o diagnóstico, não há fornecimento de dados referentes aos atendimentos de crianças e adolescentes, exceto sobre a violência sexual.

Núcleo de Atenção a Mulher – NAM

O Núcleo de Atenção a Mulher – NAM⁴⁶, conforme dados do site da PMBC é uma Unidade de Referência para gestação de alto risco, com atendimento pré-natal, puerpério (pós-parto), prevenção do câncer de cólio de útero e de mama, colposcopia, apoio ao climatério (menopausa) e planejamento familiar.

Conforme o NAM, por meio do ofício n°34 SSS/NAM, de 06 de abril de 2016, de acordo com o SISPRENATAL⁴⁷, informa que no período de 01/01/2015 à 31/12/2015 o número de acompanhamentos de gestantes nesta unidade com idade entre 10 e 14 anos foi de 01 gestante e entre 15 e 19 anos foram 20 gestantes.

⁴³ Dados retirados site oficial da PMBC.

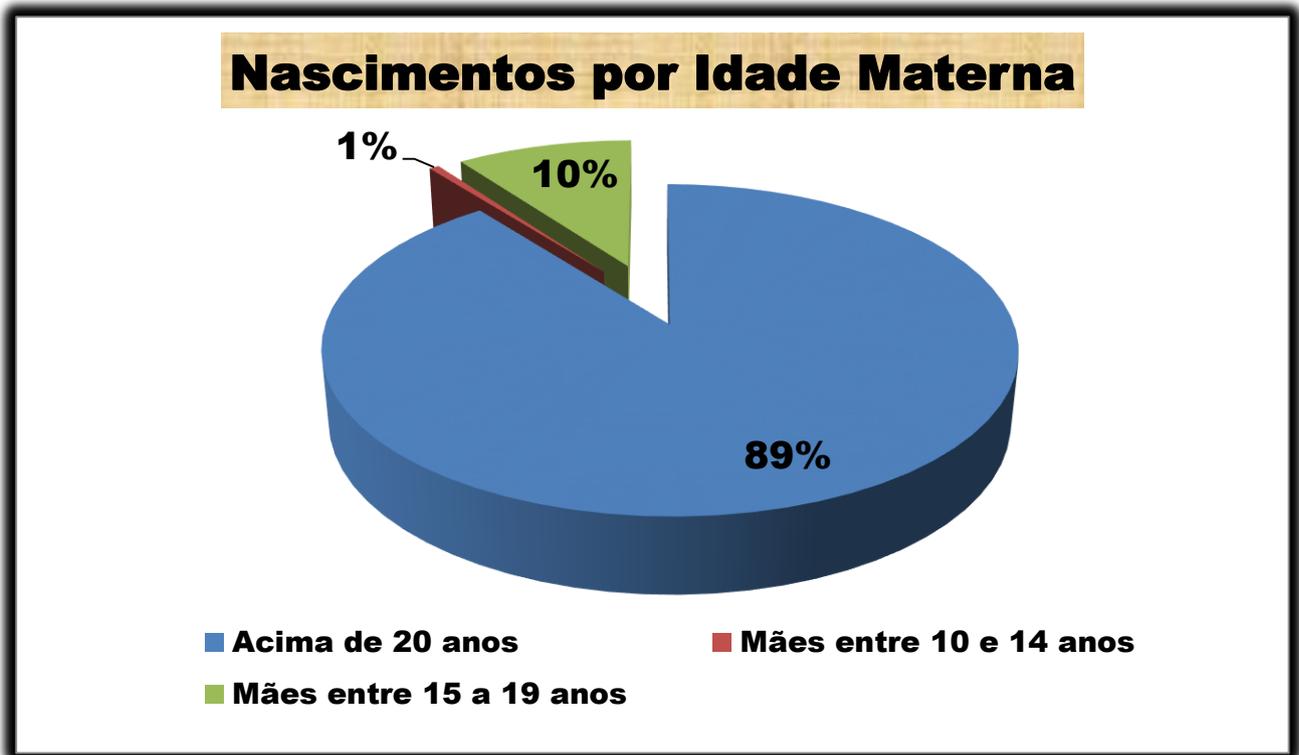
⁴⁴ Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/>

⁴⁵ A Vigilância Epidemiológica atua na vigilância das doenças individuais e coletivas da população cujas notificação são obrigatórias, além de prestar atendimentos de consultas para doenças, tais como hepatites virais, dengue, tuberculose, entre outras. Está localizada na Rua 915, número 535, Centro Balneário Camboriú, das 7h às 19h. Contato (47)3363-4170.

⁴⁶ Localizado na rua México, ao lado do n°875, Nações, funciona de segundas a sextas-feiras, das 7h às 19h. Contato: (47) 3361-5482.

⁴⁷ O SisPreNatal é um software desenvolvido para acompanhamento adequado das gestantes inseridas no Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), do Sistema Único de Saúde. Apresenta o elenco mínimo de procedimentos para uma assistência pré-natal adequada, ampliando esforços no sentido de reduzir as altas taxas de morbimortalidade materna, perinatal e neonatal. Disponível em: <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/sisprenatal>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

Os dados coletados a partir do SINASC⁴⁸ registram que em Balneário Camboriú, no exercício de 2015, 1.607⁴⁹ crianças nasceram com vida, sendo que 1.598 crianças nasceram no HMRC, 08 em domicílio e 01 definido como Outros. Foram registrados 09 casos de nascidos vivos⁵⁰, cuja mãe tinha entre 10 e 14 anos e, 160 nascidos vivos⁵¹ de adolescentes entre 15 e 19 anos.



Segundo o NAM não é realizada nenhuma atividade ou ação específica para adolescentes nas áreas de sua abrangência, mas a Unidade oferece, [...] atendimento de psicologia mediante

⁴⁸ O Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc), foi implantado oficialmente a partir de 1990, com o objetivo de coletar dados sobre os nascimentos informados em todo território nacional e fornecer dados sobre natalidade para todos os níveis do Sistema de Saúde. A Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS é gestora no Nível Nacional, sendo de sua responsabilidade, mais especificamente da Coordenação Geral de Informações e Análise Epidemiológica e Departamento de Análises e Situação em Saúde - CGIAE/DASIS as alterações de layout bem como providências para impressão e distribuição dos documentos de Declaração de Nascido Vivo - DN e dos manuais do Sistema. A implantação do Sinasc ocorreu de forma gradual em todas as unidades da Federação e já vem apresentando em muitos municípios, desde o ano de 1994, um número maior de registros do que o publicado pelo IBGE com base nos dados de Cartório de Registro Civil. O Sistema possibilita, também, a construção de indicadores úteis para o planejamento de gestão dos serviços de saúde. O documento de entrada do sistema é a Declaração de Nascido Vivo - DN, padronizada em todo o país. A DN é impressa em três vias previamente numeradas, pelo Ministério da Saúde, através da CGIAE/DASIS/SVS/MS. É distribuída gratuitamente às Secretarias Estaduais de Saúde que as fornecem às Secretarias Municipais de Saúde. Essas Secretarias, por sua vez, repassam aos estabelecimentos de saúde e cartórios. (Disponível em: <http://svs.aids.gov.br/cgiae/sinasc/> . Acesso em: 15 de setembro de 2016, às 8:44.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc.def> . Acesso em 15 de setembro de 2016, às 8:27.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc.def> . Acesso em 15 de setembro de 2016, às 8:32.

⁵¹ Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinasc.def> . Acesso em 15 de setembro de 2016, às 8:36

encaminhamento das unidades básicas, mas durante o ano de 2015 não foi realizado acompanhamento de nenhuma paciente nesta faixa etária referida [...].

Centro de Fisioterapia e Reabilitação – CEFIR

O Centro de Fisioterapia e Reabilitação tem como objetivo promover o tratamento de pacientes acometidos de dor e disfunções no sistema músculo-esquelético. Dispõe de atendimento fisioterapêutico especializado nas áreas de fisioterapia traumato-ortopédica, neurofuncional, respiratória, com equipamentos de alta tecnologia⁵².

Através do sistema de informações Olostech o CEFIR informou que realizou no exercício de 2015, 793 atendimento de fisioterapia neurofuncional, respiratória e traumato-ortopédica, para crianças e adolescentes menores de 17 anos.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Solicitar a SMS que seja efetivado um projeto, ação ou programa de prevenção, especialmente de gravidez precoce e de planejamento familiar;
- Qualificar a rede de atendimento para que seja otimizado o potencial de atendimento de cada uma delas;
- Notificar crianças e adolescentes grávidas para serem acompanhadas pelo NAM;
- Solicitar que a Secretaria Municipal de Saúde tenha uma equipe no mínimo de Estratégia Saúde da Família no Centro da cidade;
- Ampliação da equipe ESF do bairro Vila Real;
- Estruturar o Programa de Triagem Auditiva Neonatal, para que além de ser realizado o teste da orelhinha no HMRC os bebês possam ser acompanhados no ambulatório com equipamento específico (PEATE) de avaliação auditiva;
- Solicitar priorização para crianças e adolescentes da lista de consulta com especialistas e na realização de exames;
- Criar Programa de Triagem oftalmológica na rede municipal de ensino;
- Criar programa de triagem auditiva e oftalmológica em escolares, a fim de identificar crianças com dificuldades de audição e de visão que acarretam dificuldades de aprendizagem, e comportamento entre outros;

⁵² Disponível em: http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br/sec_saude/unidade.cfm?codigo=36. Acesso em 23 de setembro de 2016, às 10:02. O CEFIR está localizado na rua México, nº 875 – Nações – de segunda à sexta-feira, das 7h às 19h. Telefone (47) 3367 9300.

- Solicitar a SMS a contratação de médicos especialistas com formação para atendimento de crianças e adolescentes como por exemplo Oftalmologia pediátrica, Neurologia Pediátrica, Psiquiatria Pediátrica, Endocrinologia Pediátrica, Gastroenterologia Pediátrica, Pneumologia Pediátrica entre outros;
- Solicitar a SMS a abertura de um CAPSi estipulando prazo até 2018;
- Solicitar a SMS que estruture atendimentos do Programa Saúde em casa para atender crianças e adolescentes nos atendimentos especializados de fisioterapia, fonoaudiologia entre outros, quando estão impossibilitadas de sair de casa por restrição médica;
- Estruturar(credenciar) Clínicas e laboratórios para serem realizados exames genéticos, exames de imagem com e sem sedação;
- Criar o PROTOCOLO MUNICIPAL DE FÓRMULAS INFANTIS, com intuito de organizar e estabelecer diretrizes para fornecimento destas fórmulas e suplementos à bebês e crianças. A responsabilidade será da SMS;
- Fortalecer campanhas de aleitamento materno, principalmente no período de pré-natal e na puericultura realizado pelas unidades básicas de saúde e pelo NAM, buscando parcerias entre Conselho da Mulher e CMDCA;
- Fomentar a abertura de um banco de leite humano;
- Fomentar a (re) estruturação do serviço de psicologia na SMS/terceiro setor que atenda os responsáveis pelas crianças e adolescentes que são encaminhados para atendimento psicológico que não se enquadram nos atendimentos ofertados pela rede de atendimento;
- Fomentar a criação de um programa de acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil;
- Solicitar que a DEVE faça formação com a rede de atendimento e de apoio sobre os Sistemas de Informação do Ministério da Saúde;
- Solicitar a SMS que o sistema Olostech contemple informações sobre o número de atendimento por pessoa e não apenas atendimentos realizados;
- Reestruturar o Posto de Atenção Infantil – PAI (torná-lo referência no diagnóstico da criança e do adolescente).

ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - PUERICULTURA⁵³

Hospital Municipal Ruth Cardoso – HMRC

O Hospital Municipal Ruth Cardoso – HMRC informou por meio do Ofício nº285 HMRC/PMBC/ADM, de 29 de março de 2016, que atualmente não desenvolve um programa de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, nem mesmo em parceria com a ESF, e esclarece que “[...] após atendimento neste nosocômio⁵⁴, os pacientes são orientados quando da necessidade de acompanhamento junto às respectivas Unidades Básicas de Saúde, porém, sem comunicação direta com estas Unidades”.

Ainda ressalta que [...] somente realizam a notificação aos órgãos competentes, quando da ocorrência de situações graves/críticas, conforme legalmente previstas.”

O HMRC menciona também a importância em ter um Programa que “integre a assistência básica e hospitalar para a promoção da saúde da criança e prevenção de agravos, voltando às ações à melhoria da saúde infantil”.

No que se refere às triagens neonatais, que se constituem em métodos para detecção precoce de doenças nos recém-nascidos, o HMRC informa que realiza o Teste do Pezinho, Teste da Orelhinha, Teste do Coraçozinho, Teste da Linguinha e Teste do Olhinho.

Unidades Básicas de Saúde

Segundo dados fornecidos pela SMS, no exercício de 2015, as equipes de ESF realizaram o acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento Infantil (Puericultura), de 4.996 crianças, efetivamente.

Bebê Essencial – APAE de BC

A APAE de Balneário Camboriú desenvolve o Programa Bebê Essencial em parceria com o Hospital Municipal Ruth Cardoso. Neste Projeto realiza-se o Acolhimento de bebês com intercorrências que encontram-se na UTI NEO, Maternidade e Pediatria. Esta Acolhida é feita a partir da família do bebê que apresentou intercorrência antes, durante ou após o nascimento, esclarecendo-a sobre as possibilidades de acompanhamento do desenvolvimento infantil, logo após a alta

⁵³ Puericultura: ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia) suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade.

⁵⁴ Nosocômio = local onde se recebe e se trata doenças.

hospitalar. Se a família aderir ao programa, a APAE acompanha o desenvolvimento neuropsicomotor da criança até os seus 24 meses na sua sede.

No exercício de 2015, o Programa Bebê Essencial acolheu mais de 100 bebês que apresentaram intercorrências, realizando os encaminhados necessários. Dos bebês que residiam em Balneário Camboriú e que aderiram ao programa, 15 fora, acompanhados em seu desenvolvimento neuropsicomotor na sede da APAE.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Ampliar programas que realizem a puericultura, em conjunto com a ESF;
- Solicitar notificação dos casos de alterações nas triagens neonatais para UBS /ESF e Bebê Essencial;
- Estabelecer rede de apoio e acompanhamento dos casos em que aparecem alteração nas triagens neonatais.

ATENDIMENTO NO CONTATURNO ESCOLAR

Atendimento no Contaturno Escolar – Projetos e Ações desenvolvidas pelo poder municipal

Secretaria Municipal de Educação - SME

Segundo Ofício nº062, de 31 de março de 2016, a Secretaria Municipal de Educação – SME informou que, no exercício de 2015, 1155 crianças e adolescentes, entre 6 e 15 anos, foram atendidos no Mais Educação e 541 forma atendidas no Reforço Escolar.

No que se refere ao atendimento de crianças em Núcleos de Educação Infantil – especialmente para crianças abaixo de 4 anos, a SME tinha registro de que 466 crianças aguardavam em Lista de Espera, vaga nos Núcleos de Educação Infantil – NEIs. Das crianças que aguardavam vagas, 99 eram crianças entre 0 e 1 anos de idade (Bercário I), 185 entre 1 e 2 anos de idade (Bercário II), 100 entre 2 e 3 anos (Maternal I) e 82 entre 3 e 4 anos (Maternal II).

A SME informou ainda que 4.328 crianças estavam sendo atendidas em 26 NEIS, sendo assim distribuídas: 126 crianças em Bercário I (0 a 1 ano), 566 em Bercário II (1 a 2 anos), 765 em Maternal I (2 a 3 anos), 864 em Maternal II (3 a 4 anos), 953 em Jardim I (4 a 5 anos) e 1.054 em Jardim II (5 a 6 anos).

O Departamento Técnico Pedagógico da SME, informou por através de planilhas que 5.729 crianças estavam matriculadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 3.740 nos anos Finais do Ensino Fundamental, totalizando 9.469 crianças e adolescentes matriculados no Ensino Fundamental da rede Municipal de Ensino.

A SME informou também que realiza Atendimento Educacional Especializado – AEE para 232 crianças e adolescente com deficiência nas 29 Salas de Recursos implantadas em NEIs e Centros Educacionais Municipais - CEM, em contraturno escolar.

Quanto a matrícula no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA que visa a conclusão do Ensino Fundamental, 130 pessoas para os anos iniciais e 318 para os anos finais. Desta matrículas, abandonaram os estudos no decorrer do ano, 54 (41,5%) alunos nos anos iniciais e 103 (32,4%) nos anos finais.

Núcleo de Atendimento no Contraturno: Projeto Oficinas – Secretaria Municipal de Educação

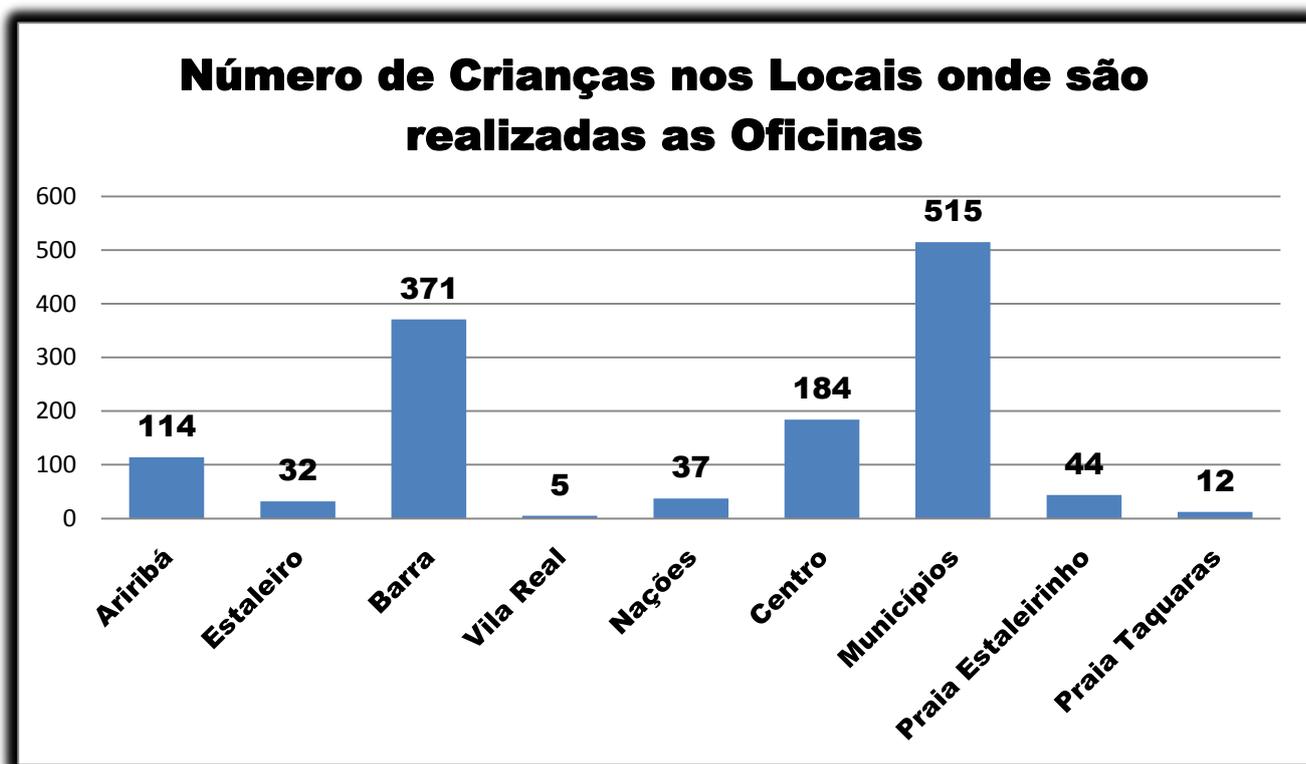
O Projeto Oficinas tem como objetivo atender crianças e adolescentes no período do contraturno escolar através de oficinas artísticas, culturais, esportivas, tecnológicas e de sustentabilidade. Desenvolve atividades com crianças e adolescentes entre 05 a 17 anos e 11 meses.

Através do Ofício nº053/2016, o Projeto Oficinas informou que 1.414 crianças e adolescentes participam de atividades, tais como: capoeira, patinação, pintura, desenho, artesanato, danças, ginástica rítmica, xadrez, violão, violino, teclado, canto, informática, ensino de línguas, banda, teatro, surf, atletismo.

As oficinas, são realizadas nos seguintes locais:

- Sede do Projeto Oficinas, no bairro dos Municípios = 515 alunos
- CEM Ariribá, no bairro Ariribá = 114 alunos
- CEM Dona Lila, na Praia Estaleiro = 32 alunos
- Barra G3, no bairro da Barra = 255 alunos
- CEM Professor Armando Cesar Ghislandi, no bairro Vila Real = 05 alunos
- Taquaras, praia de Taquaras = 12 alunos
- CEM Presidente Médici, no bairro das Nações = 26 alunos
- CEM Vereador Santa, no bairro Centro = 70 alunos
- CEM Giovânia de Almeida, na praia do Estaleirinho = 44 alunos
- Praia Central, no bairro Centro = 114 alunos
- CEM Dona LILLI, no bairro da Barra = 36 alunos
- Atletismo, no bairro Barra = 80 alunos
- CEM Antônio Lúcio, no bairro das Nações = 11 alunos

O Projeto Oficinas informa que no exercício de 2015, 2.000 crianças e adolescentes participaram do “Projeto Nossa Escola Nossa Praia”. Estas crianças e adolescentes não estão contabilizados nas 1.414 crianças e adolescentes que fazem parte das estatísticas que seguem, pois não são atendimentos sistemáticos, algumas participando dessa atividade apenas uma vez.



Dos 12 Bairros e 08 Praias que pertencem ao município de Balneário Camboriú, o Projeto Oficinas contempla, 05 Bairros e 04 Praias.

Centro de Treinamento Comunitário – CTC / Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social

Conforme informações recebidas pelo Centro de Treinamento Comunitário - CTC⁵⁵, através do Ofício nº0043/2016, de 31 de março de 2016, os projetos desenvolvidos pelo Centro são: “Recriando Com Saber” e “Espaço Criativo - Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo”.

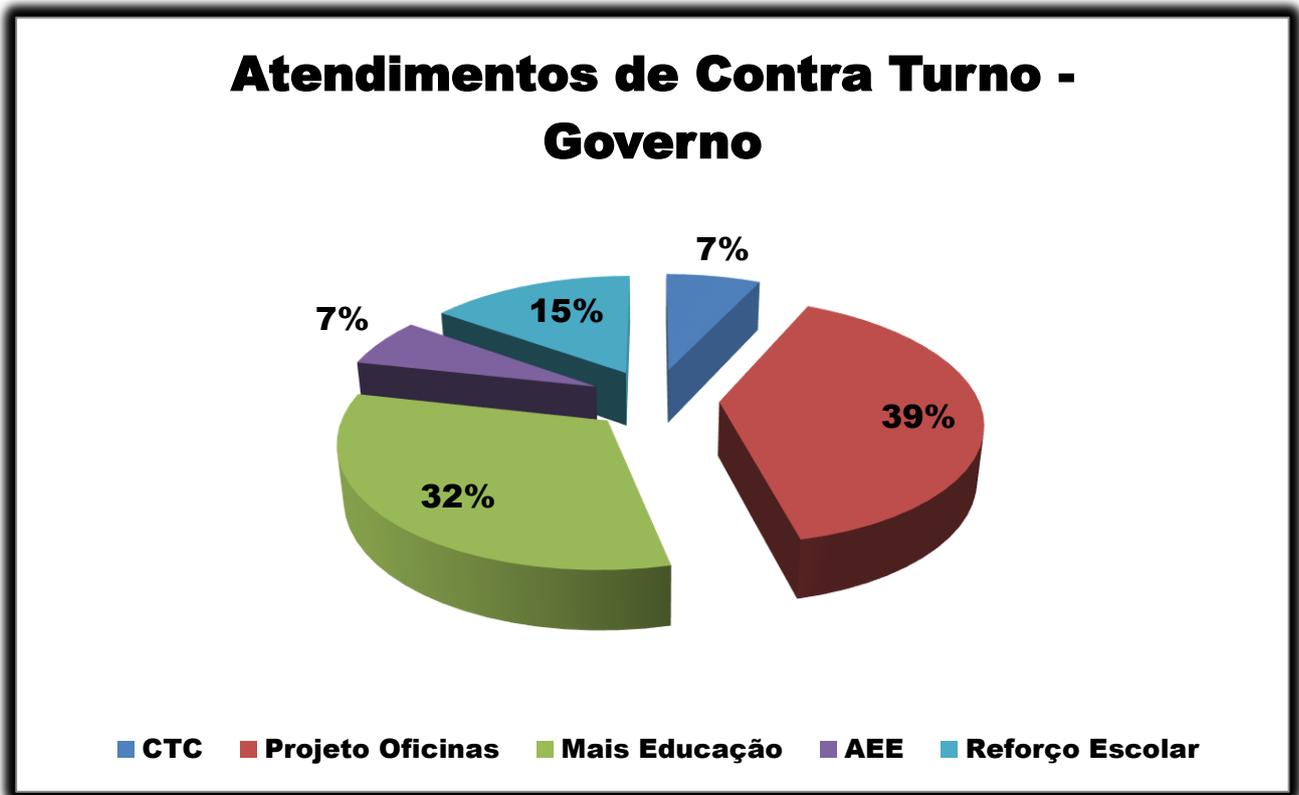
As atividades desenvolvidas nos projetos citados incluem oficinas de artesanato, apoio pedagógico, artes marciais, oficinas de jogos educativos, informática, teatro e culinária. Estas atividades acontecem de duas a três vezes na semana.

No exercício de 2015, atenderam em período de contra turno, 150 crianças entre 08 e 11 anos e 100 adolescentes entre 12 e 15 anos, totalizando 250 crianças e adolescentes.

No exercício de 2016, atendem 160 crianças entre 07 a 11 anos e 110 adolescentes entre 12 a 15 anos. Além dos projetos desenvolvidos na sede do CTC, estende-se os mesmo projetos para 60 crianças entre 07 e 12 anos no bairro da Barra. Os atendimentos neste período somam-se 330 crianças e adolescentes.

⁵⁵ Localizado na rua 2000, número 1380, Centro, Balneário Camboriú. Contato: (47) 3363-2745 ou 3364-6802.

Diante dos dados apresentados, em relação ao atendimento de contraturno por segmentos do governo, no exercício de 2015, verifica-se que o CTC atendeu 250 crianças e adolescentes (9%), o Projeto Oficinas 1.414 (53%) e Mais Educação 1.155 (32%), AEE 232 (7%) Reforço Escolar 541 (15%), totalizando 3.592 crianças e adolescentes atendidas.



Atendimento no Contraturno Escolar – Projetos e Ações desenvolvidas por Entidades Não Governamentais

Biblioteca Comunitária Bem Viver do Bairro Das Nações

A Biblioteca Comunitária Bem Viver do Bairro Das Nações por meio do ofício nº029/16, de 17 de junho de 2016, a entidade informou que anualmente atendem 20 adolescentes entre 07 e 18 anos, desenvolvendo atividades como: reforço escolar, aulas de inglês e francês, aulas de teatro, atendimento medida socioeducativas.

A entidade informou também que atendeu a população haitiana, ofertando cursos de pedreiro, garçom, higiene pessoal e de etiqueta.

Associação Beneficente Cristã Real Esperança – Pepe Vida

Por meio de parecer, a Associação Beneficente Cristã Real Esperança – Pepe Vida, informou que atende 45 crianças entre 04 e 06 anos de idade, no contra turno escolar (matutino e vespertino), diariamente.

A Associação informou também a existência de outros projetos, como: “Escolinha de Futebol Mais que Vencedores” e “Encontro Informal”, desenvolvidos sem a parceria do CMDCA, atendendo 19 crianças e 24 adolescentes. A Escolinha acontece aos sábados e o Encontro Informal nas quartas-feiras à noite e visam ensinar valores morais e orientar alunos contra drogas e violência.

Associação Dragão Negro de Taekondo JTF

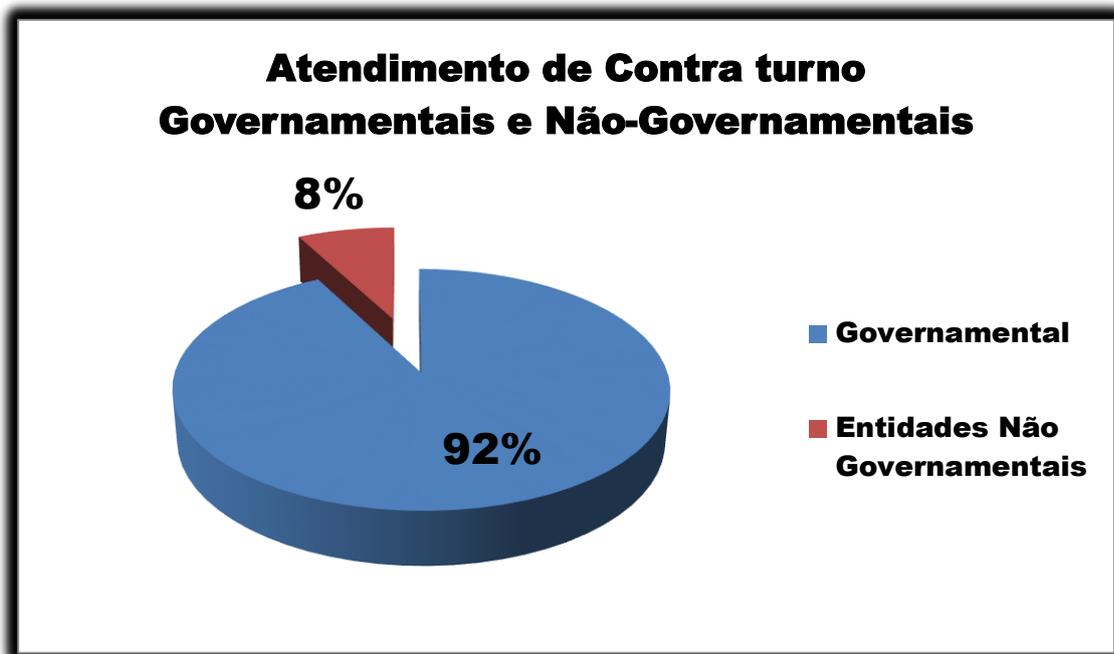
A Associação Dragão Negro de Taekondo JTF, através Ofício nº213/ADNT/16, de 10 de junho de 2016, informou que em 2015 atenderam 175 crianças e 16 adolescentes em aulas de Taekwondo, beneficiando 191 crianças e adolescentes.

As aulas de Taekwondo acontecem no período noturno nos bairros: Nações, Municípios, Nova Esperança e São Judas Tadeu.

Diante dos dados ao CMDCA, em relação ao atendimento de contra turno das entidades não governamentais, verificou-se o atendimento a 220 crianças e 79 adolescentes, totalizando 299 atendimentos:



Somando os atendimentos ofertados, governamentais (3.592 crianças e adolescentes) e não-governamentais (299 crianças e adolescentes), oferta-se atendimento de contra turno para 3.891 crianças e adolescentes no município de Balneário Camboriú.



Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Aumentar a oferta de atividades para crianças e adolescentes no contraturno escolar, podendo criar parcerias com organizações não governamentais utilizando-se de espaços públicos;
- Colocar transporte para os alunos do contraturno escolar;
- Ampliar os locais de atendimento no contraturno nos bairros.

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

Secretaria de Gestão Em Segurança e Incolumidade Pública

A Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública, por meio do Ofício nº242/2016, de 31 de março de 2016 informou que realiza em parceria com a SME, os Projetos “Guarda Municipal Mirim” e “Agente de Trânsito Mirim”, envolvendo crianças e adolescentes.

Os projetos são realizados em parceria com o Departamento Técnico Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, iniciando com um concurso de redação entre os alunos dos quintos anos de todos os Centros Educacionais Municipais de Balneário Camboriú, desenvolvendo o tema “Educação também se faz com Segurança”.

São 16 alunos selecionados, que participam anualmente dos projetos, onde recebem uniformes de Agentes de Trânsito Mirim e Guardas Municipais Mirins, além do direito de participar, ao longo do ano letivo, das atividades de palestras e visitas técnicas aos órgãos públicos e pontos turísticos do município.

Segundo a Secretaria os projetos são desenvolvidos nos meses de abril a dezembro, com o objetivo de aproximar e oportunizar a interação entre os Agentes da Segurança Pública Municipal e os alunos da Rede Municipal de Educação, bem como, estimular que os alunos sejam agentes multiplicadores de condutas preventivas e de cidadania no âmbito escolar e na comunidade onde vivem.

Também desenvolvem o Projeto “Ciclo de Palestras”, em parceria com a SME, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Núcleo de Prevenção de Drogas e Combate à Pedofilia de Camboriú.

Este projeto oportuniza a todas as escolas do município o acesso a palestras educativas e preventivas ministradas por especialistas na área de segurança, no intuito de criar uma interação entre os órgãos desenvolvidos pelo projeto, visando repercutir positivamente na formação dos futuros cidadãos.

Em 10 de junho de 2016, a Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública informou que cerca de 6.000 alunos da Rede Pública Municipal de Educação assistiram as palestras.

A Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública criou também, a partir das necessidades verificadas, os projetos “Ronda Escola” e Projeto “*Bulling*, O Mal Pode Ser Evitado”.

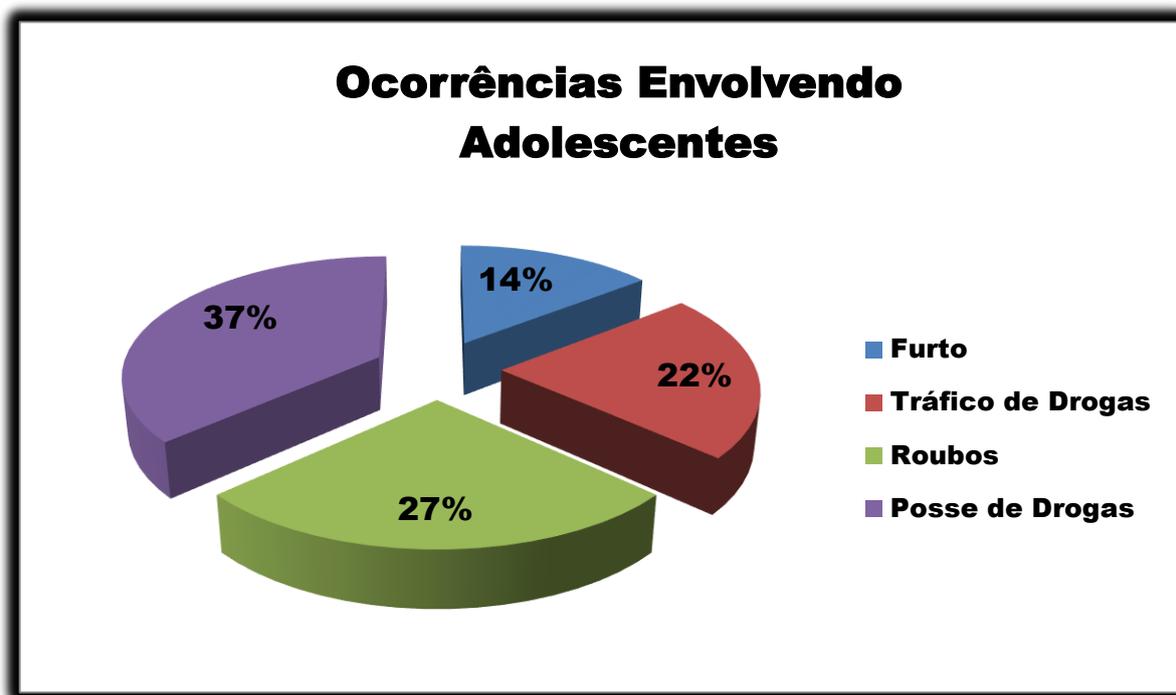
O projeto Ronda Escola, prevê aproximação entre guardas municipais, pais, alunos e professores. Realizam rondas diariamente com uma guarnição formada por um homem nas escolas municipais, onde mediam conflitos, identificam pontos vulneráveis, realizam levantamento dos principais problemas da comunidade escolar, participam de sessões cívicas e proferem palestras sobre segurança e drogas.

O Projeto “*Bulling*, O Mal Pode Ser Evitado”, atua junto com o Projeto Ronda Escolar, que por meio de palestras procuraram fazer com que os alunos reflitam sobre questões envolvendo a prática da violência causada pelo *Bullying*.

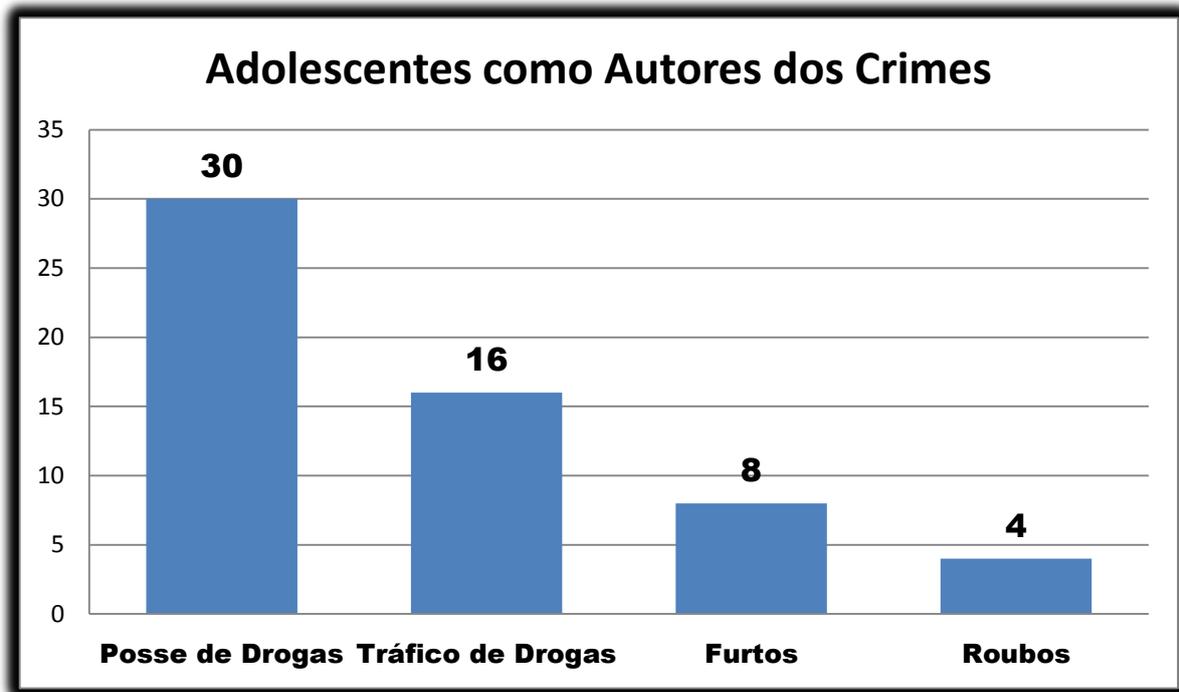
12º Batalhão de Polícia Militar

Em Ofício nº124/12ºBPM/2016, entregue pelo 12º Batalhão de Polícia Militar, de 03 de maio de 2016, evidenciou-se as ocorrências envolvendo crianças e adolescentes registradas, no ano de 2016 “[...] quinze (15) ocorrências com a participação de crianças de até 12 anos como vítima/comunicante e uma (1) ocorrência envolvendo o adolescente como autor, totalizando assim dezesseis (16) participações de crianças e 1 adolescente em ocorrências policiais neste ano [...]”.

No que envolve adolescentes, o 12º Batalhão de Polícia Militar repassou que foram registrados, na faixa etária de 12 a 18 anos, 173 ocorrências, sendo Posse de Drogas (33), Roubos (24), Tráfico de Drogas (20) e Furto (13), dentre outros delitos, como demonstrado na figura abaixo.



Das 173 ocorrências registradas, 100 ocorrências tiveram a participação de menores como autores dos crimes: Posse de Drogas (30), Roubos (04), Tráfico de Drogas (16) e Furtos (08), dentre outros delitos.



O número de ocorrências registradas que envolve adolescentes como autores dos crimes, é notório, assim como o índice de crimes envolvendo tráfico ou posse de drogas.

Segundo o Batalhão, os bairros com maior incidência de ocorrências envolvendo menores autores, são: bairro dos Municípios 32,95%, bairro Centro 21,59% e bairros das Nações 9,09%.

Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Ampliar o monitoramento pela Secretaria Municipal de Segurança e Polícia Militar nos bairros, principalmente Municípios e Centro para diminuir ou coibir o tráfico de drogas entre adolescentes nesses locais;
- Fortalecer as ações de combate ao uso de drogas nas escolas do município tendo a participação intersetorial das secretárias municipais como a saúde, educação, esportes, cultura, segurança pública, bem como polícia militar entre outros;
- Articular uma força tarefa ou ação incidindo primariamente no bairro dos Municípios, entre os órgãos municipais, ongs, conselhos municipais, órgãos do governo do estado, para combater ofensivamente o tráfico de drogas nesta região, diminuindo a evasão escolar, o número de adolescentes que cometem atos infracionais, envolvimento em crimes por adolescentes apontados nos dados coletados, como roubos e furtos;
- Ampliação do programa PROERD para o sexto ano, atualmente é desenvolvido somente no quinto ano.

CULTURA, ESPORTE E LAZER

Fundação Cultural

Através do Ofício nº217/2016, a Fundação Cultural de Balneário Camboriú, em 14 de abril de 2016, informou que “[...] não desenvolve ações regulares às crianças e adolescentes [...]”.

Fundação Municipal de Esportes

A Fundação Municipal de Esportes – FM encaminhou relatório contendo a descrição dos projetos desenvolvidos. O relatório informa que:

[...] oferece diversas modalidades esportivas gratuitas para a comunidade local, de segunda a sexta-feira, em vários horários e bairros da cidade. As principais modalidades oferecidas são: Atletismo, Basquetebol, Boxe, Bocha, Biccross, Beach Tennis, Ciclismo, Futsal, Futebol, Futevôlei, Ginástica Artística, Handebol, Judô, Jui-jitsu, Karatê, Rugby, Surf, Taewondo, Tênis de Mesa, Tênis de Campo, Tênis Adaptado, Voleibol, Vôlei de Praia, Xadrez.

Em parceria com a AFADEFI, também oferece modalidades do paradesporto: Basquete de Cadeira de Rodas, Tênis de Campo, Atletismo, Bocha, Futsal para deficiência auditiva, entre outros.

No que se refere às escolinhas e equipe de rendimento esportivo, a FME informa o número de atletas em cada categoria.

Modalidade	Total de Atletas
Atletismo	80
Basquetebol	90
Boxe	18
Bocha	15
Biccross	20
Beach Tennis	15
Ciclismo,	12
Futsal	165
Futebol	360
Futevôlei	10
Ginástica Artística	20
Handebol	120
Judô	110
Jui-jitsu	15
Karatê	30
Muay Thai	12
Rugby	40
Surf	60
Taewondo	20
Tênis de Mesa	40
Tênis de Quadra	10

Tênis Adaptado	5
Voleibol	110
Vôlei de Praia	20
Xadrez	30
Total	1427

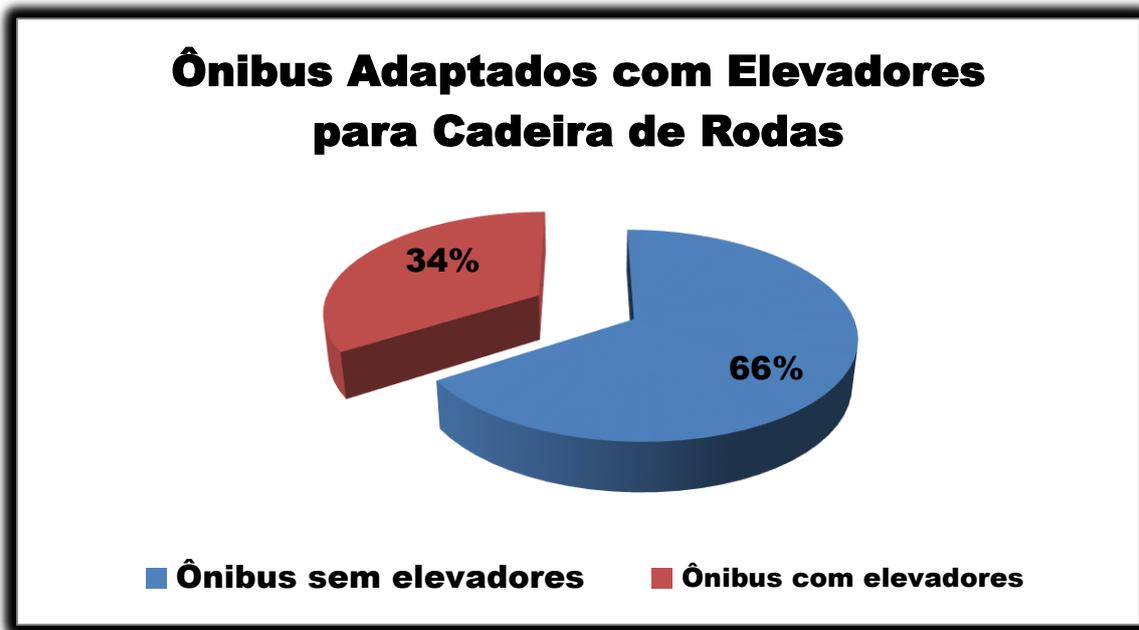
Possibilidade de Atuação e Investimento Público

- Ampliar a oferta de atividades esportivas para crianças e adolescentes, principalmente no bairro dos municípios e no centro onde os índices de adolescentes que cometeram atos infracionais está concentrada nestes bairros;
- Solicitar que a FME informe a rede de atendimento sobre as escolinhas disponíveis nos bairros e a forma de acesso.

TRANSPORTE PÚBLICO

Viação Praiana

Por meio de e-mail, de 17 de junho de 2016, a Viação Praiana informou o link de acesso dos horários de ônibus nos bairros e entre municípios, especialmente Itajaí. Informou também que a empresa possui 41 ônibus todos com acessibilidade e que 14 deles possuem plataformas com elevadores para cadeira de rodas.



Expressul - Londpart S/A Transportes Urbanos

A referida empresa não respondeu aos questionamentos deste Conselho.

Passe Livre Interestadual

Segundo o Ministério de Transportes, Portos e Aviação⁵⁶, o Passe Livre é:

[...] um programa do Governo Federal que proporciona a pessoas com deficiência e carentes, gratuidade nas passagens para viajar entre os estados brasileiros. O Passe Livre é um compromisso assumido pelo governo e pelas empresas de transportes coletivos interestadual de passageiros para assegurar o respeito e a dignidade das pessoas com deficiência.

⁵⁶ Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/direto-ao-cidadao/passe-livre.html> . Acesso em 15 de setembro de 2016, às 10:17

A pessoa com deficiência possui o direito a requerer o Passe Livre Interestadual⁵⁷ que permite a pessoa com deficiência física, intelectual, auditiva ou visual comprovadamente carentes (com renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo) viajar por todo o país gratuitamente.

Passe Livre Intermunicipal

Segundo a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), o Passe Livre Intermunicipal, É a gratuidade no transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dos serviços de navegação interior de travessias no Estado de Santa Catarina às pessoas com deficiência conforme estabelecido no Decreto nº 1792 de 21 de outubro de 2008 (33 KB) .

Passe Livre Municipal

Atualmente o Passe Livre Municipal é concedido às crianças e adolescentes com laudo diagnóstico de deficiência, tendo a família gratuidade para acompanhá-lo.

Possibilidade de atuação e investimento público

- Gratuidade de transporte público para familiares de pessoas com deficiência que dependem de terapias semanais, consultas a médicos e outros tipos de tratamento.
- Transporte público para alunos que frequentam atividades no contraturno escolar.
- Colocação de bicicletários em toda a cidade.
- Continuação das ciclo faixas.
- Campanhas de incentivo ao uso de locomoção sustentável, como as bicicletas.
- Campanhas de respeito aos pedestres e ciclistas.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/passe-livre> . Acesso em 15 de setembro de 2016, às 10:11.

CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO DIAGNÓSTICO

Os membros do CMDCA trabalham de forma voluntária e apesar do diagnóstico sobre a situação da criança e do adolescente ser uma necessidade e um dos assuntos amplamente discutido nas reuniões da plenária, a falta de tempo e a demanda extensa para esse trabalho foram alguns dos fatores que impediram concretizá-lo anteriormente. A discussão sobre a formação de uma comissão para realizar a tarefa deu início em 2015 e após eleita, a comissão organizou o planejamento, traçando metas e definindo as etapas para melhor organização do trabalho.

A **Comissão de Diagnóstico** formada no CMDCA, no exercício de 2015, foi composta por quatro conselheiras e um conselheiro, todos com experiência na área da criança e do adolescente e representantes dos seguintes segmentos: Secretaria da Saúde: Karina Dias Heil; APAE: Patrícia Debrassi; Secretaria de Educação: Noemí Maria Löser e Associação Dragão Negro: Clóvis Nunes Ribeiro.

Um dos desafios assumidos por essa Comissão, foi o de buscar o envolvimento e contar com o comprometimento no envio de informações de todas entidades governamentais e não governamentais que atendem crianças e adolescentes. A dificuldade enfrentada, além da falta de tempo para que a comissão pudesse se reunir devido as funções de cada um, foi na falta de resposta aos ofícios enviados os quais solicitaram informações sobre os atendimentos realizados e/ou ações desenvolvidas com crianças e adolescentes. A partir das informações respondidas, foi possível levantar dados e contextualizar o município de Balneário Camboriú.

Sem dúvida, o facilitador durante todo o transcurso do trabalho foi a metodologia adotada. Na primeira etapa, o envio dos ofícios às entidades solicitando informações; posteriormente a compilação dos dados no programa excel - processo que permitiu a categorização e a criação de gráficos - e por último, a análise que possibilitou a descrição e a criação das possibilidades de atuação e investimento público.

A forma de trabalho adotada pela **Comissão de Diagnóstico** mostrou-se eficaz durante todo o processo, e na medida em que foi se familiarizando com os dados, as reuniões de trabalho também ficavam mais produtivas com mais ideias e debates. Nem sempre presenciais, a internet foi uma ferramenta largamente utilizada para o trabalho.

No decorrer das diversas fases do trabalho, ficou evidente as diversas políticas existentes, mas também a inconsistência e a carência em algumas áreas. Ao analisar a situação da criança na rua, por exemplo, não obtivemos dados para conhecimento dessa realidade em nosso município, o jovem

aprendiz ainda não atende a necessária contratação para o mercado de trabalho, as áreas que compreendem o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem da criança e do adolescente, o planejamento familiar, as vagas em creche, o acolhimento institucional, dentre outros.

São ações promotoras dos direitos de cidadão de uma parcela da população que nem sempre é vista ou lembrada. Crianças e adolescentes que necessitam de diversos olhares para que possam viver em sua plenitude. Estão no ápice da sua formação, conhecendo o mundo e a si mesmo. O impacto que o outro tem sobre esta formação é imensurável.

Nesta direção, o CMDCA tem um papel decisivo, uma vez que, analisa, propõe, fiscaliza, escuta as vozes, muitas vezes silenciadas.

E ao finalizar este diagnóstico, pode-se dizer o documento não está concluído e necessita de atualização constante. A falta de políticas públicas e as possibilidades de atuação e investimento nas entidades atuantes, sinalizam estratégias para criar um sistema de garantia dos direitos e trazer como prioridade absoluta a criança e o adolescente em Balneário Camboriú.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Disponível em: <http://www.datacras.com/sobre-nos2/> . Acesso em 7 de setembro de 2016, às 16:14.

http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF9D75166284/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf . Acesso em 7 de setembro de 2016. – sobre lei do mercado de trabalho para pessoas com deficiência

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/07/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-25-anos> . Acesso em 7 de setembro de 2016, às 16:49 – sobre lei de cotas

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420200&search=santa-catarina|balneario-camboriu>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Balne%C3%A1rio_Cambori%C3%BA – dados de balneário Camboriú

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente> - SOBRE GARANTIA DE DIREITOS . Acesso em 9 de setembro de 2016, às 8:53

Regimento Interno do CMDCA

<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf> - dados sobre adoção Cadastro Nacional de Adoção onde peguei os dados estatístico sobre adoção.

ANEXOS

ANEXO I
COMPOSIÇÃO DO CMDCA (BIÊNIO 2015/2017) QUE DELIBEROU SOBRE
A NECESSIDADE DA PESQUISA



Rua 1822, esq. Com Marginal Leste

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL

SECRETARIA DE SAÚDE

Karina Dias

Kareen Koehler

SDIS

Patricia Humenhuk

Angelina Dutra Werner

Secretaria de Educação

Dayane Masselai

Noemi Maria Loser

Fazenda

Jamile Faccio Demoliner

Adriana Vieira Crescencio

FME

Thiago França

Sandro K. S. Rocha

Meio Ambiente

Kamila F. Emerenciano

Luciano Jacinto Reis

Procuradoria Jurídica

Thaís de Medeiros

Natalia de Cidral

Ass. De Com. Social

Amanda Elisa Webber

Silvia Cristina Boom

APAE

Patricia Debrassi

Terezinha Lenita Noaves

UNIVALI

Yolanda Irene Keller Boia

Mirian Teresinha Pinheiro

AFADEFI

Valdeci Matias

Rafaela Sandri

Real Esperança

Aline Rocha

Dario Levi Vitor Zelli

PAIS

João Carlos Alves Passos

Tatiane Marafon

Amor pra Down

Wilson Reginato Júnior

Luciano Pedro Estevão

Dragão Negro

Clóvis Nunes Ribeiro

Fernando Mazzola

NAHC

Germana Koroll Camacho

Cintia Barroso Paschoal

ANEXO II**MINI CURRÍCULO DOS CONSELHEIROS QUE COMPÕE A COMISSÃO DO DIAGNÓSTICO - AUTORES DESTA PESQUISA.****KARINA DIAS HEIL**

FONOAUDIÓLOGA FORMADA PELA UNIVALI 1997/II

FORMAÇÃO NA ÁREA DE AUDIOLOGIA CLÍNICA

COORDENADORA DO POSTO DE ATENÇÃO INFANTIL DE JANEIRO DE 2009 À DEZEMBRO DE 2016.

CONSELHEIRA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE 01/2009 À 09/2012 E DE 10/2014 À 12/2016.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOELSCENTE NO ANO DE 2016

NOEMÍ MARIA LÖSER

PROFESSORA EFETIVA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ desde 2002 / GRADUADA EM PEDAGOGIA (1997)

MESTRE EM EDUCAÇÃO (2008) / ESPECIALISTA EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (1999)

PESQUISADORA DA INFÂNCIA PELO PROGRAMA DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO UNIVLI

ÁREAS DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA

COORDENADORA PEDAGÓGICA GRUPO DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO ANJOS DA VIDA DE BALNEÁRIO CAMBORIU 2010/2015

DIRETORA CENTRO EDUCACIONAL DE ATENDIMENTO NO CONTRATURNO – PROJETO OFICINAS (2016)

CONSELHEIRA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE 01/2004 até a presente data

CONSELHEIRA DAS POLÍTICAS CULTURAIS – CMPC DE 2012 até a presente data

PATRÍCIA DEBRASSI

GRADUADA EM PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO SÉRIES INICIAIS COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (2001).

ESPECIALIZADA EM PSICOPEDAGOGIA PELO INSTITUTO CATARINENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO (2003) E MESTRE EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (2010).

PROFESSORA DE ADULTOS E IDOSOS COM DEFICIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE BRUSQUE (SC). (1997)

ESPECIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS. COORDENAÇÃO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS: AÇÕES EM REDE - PDEAR - DA APAE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC). (2012-2015)

DESDE JANEIRO DE 2016, AUXILIA O MÉDICO GENETICISTA, DOUTOR JOÃO MONTEIRO DE PINA NETO, EM UM PROJETO QUE VISA CONHECER A ETIOLOGIA DAS DEFICIÊNCIAS ENCONTRADAS NA APAE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E, A PARTIR DESTES LEVANTAMENTOS, SUGERIR POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO DE DEFICIÊNCIAS.

CLÓVIS NUNES RIBEIRO

GRADUAÇÃO: GRÃO MESTRE 8º DAN E INSTRUTOR CERTIFICADO DE TAEKWONDO JTF

PROFISSÃO: POLICIAL MILITAR E GRÃO MESTRE DE TAEKWONDO E HAPKIDO
CERTIFICAÇÕES E FORMAÇÕES ARTES MARCIAIS:

WTF - WORLD TAEKWONDO FEDERATION

STF - SONGAHN TAEKWONDO FEDERATION

HTF - HWARANGDO TAEKWONDO FEDERATION

SMAF - SANDO MARTIAL ARTS FEDERATION

JTF - JWA WOORYANG WOO TAEKWONDO FEDERATION

- Certificado a Faixa Preta 1º Dan na Cidade de Porto Alegre/RS pela Associação Brasileira de Taekwondo – WTF.
- Certificado Internacional de Faixa Preta 1º Dan da KUKKIWON WTF, localizada na Coreia do Sul.
- Certificado a Faixa Preta 1º Dan da STF em exame realizado na Cidade de Santa Maria/RS.
- Certificado a Instrutor em Treinamento pelo Taekwondo STF na Cidade de Porto Alegre/RS.
- Certificado a Faixa Preta 2º Dan pelo Taekwondo STF, na Cidade de Santa Maria/RS.
- Certificado de Árbitro Nível 1 de Taekwondo STF, na Cidade de Santa Maria/RS.
- Certificado a Faixa Preta 3º Dan pela Sando Martial Arts Federation – SMAF.
- Certificado de Árbitro Nível 2 de Taekwondo pela Sando Martial Arts Federation – SMAF.
- Certificado a Instrutor Certificado pela JTF na Cidade de Cachoeira do Sul/RS.

- Certificado de Árbitro Nível 3 de Taekwondo JTF na Cidade de Cachoeira do Sul/RS.
- Certificado a Mestre e Faixa Preta 4º Dan de Taekwondo JTF na Cidade de Balneário Camboriú/SC.
- Certificado a Mestre e Faixa Preta 5º Dan de Taekwondo JTF na Cidade de Balneário Camboriú/SC.
- Certificado a Mestre e Faixa Preta 4º Dan de HAPKIDO e Juiz Internacional, no 6º Seminário Internacional de Hapkido, na Cidade de Curitiba/PR.
- Certificado a Grão Mestre e Faixa Preta 6º Dan de Taekwondo JTF, na Cidade de São Marcos/RS.
- Certificado a Grão Mestre e Faixa Preta 7º Dan de Taekwondo JTF na Cidade de Balneário Camboriú/SC.
- Certificado a Grão Mestre e Faixa Preta 8º Dan de Taekwondo JTF na Cidade de Balneário Camboriú/SC.
- Formado Cabo no Exército Brasileiro
- Formado como Policial Militar no Estado de Santa Catarina.

Condecorações e Monções:

- Condecorado com a Medalha de Mérito pelos 10 anos de bons serviços pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.
- Condecorado com a Medalha de Mérito Centésimo Septuagésimo Aniversário da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.
- Condecorado com Placa Honra ao Mérito pelo 1º Lugar no Curso de Soldado da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

ANEXO III

GERAIS

Possibilidades de atuação e investimento

- Campanha de divulgação na mídia sobre o **Proteja Brasil** - Proteja Brasil é um aplicativo gratuito que permite a toda pessoa se engajar na proteção de crianças e adolescentes. É possível fazer denúncias direto pelo aplicativo, localizar os órgãos de proteção nas principais capitais e ainda se informar sobre as diferentes violações. As denúncias são encaminhadas diretamente para o Disque 100, serviço de atendimento do governo federal. O aplicativo também recebe denúncias de locais sem acessibilidade, de crimes na internet e de violações relacionadas a outras populações em situação vulnerável. O aplicativo funciona em celulares e tablets, com tecnologia iOS ou Android. Está disponível em português, inglês e espanhol. (Disponível em: <http://www.protejabrasil.com.br/br/> .Acesso em 9 de setembro de 2016, às 17:12).
- Campanhas de divulgação na mídia falada e escrita, bem como unidades escolares (particulares, estaduais e municipais), unidades básicas de saúde, hospitais, estabelecimentos comerciais, prédios, etc. do **Disque 100** - É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade. O serviço inclui ainda a disseminação de informações sobre direitos humanos e orientações acerca de ações, programas, campanhas e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal. A Ouvidoria e o Disque Direitos Humanos - Disque 100 são responsáveis por receber, examinar e encaminhar as denúncias de violações de direitos humanos, sem as informações para registro, a verificação da situação de violação só poderá ser averiguada pelos órgãos competentes da rede de direitos humanos, com informações suficientes de onde encontrar a vítima e de como é a violação. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização em direitos humanos, no prazo máximo de 24 horas, respeitando a competência e as atribuições específicas, porém priorizando qual órgão intervirá de forma imediata no rompimento do ciclo de violência e proteção da vítima. (Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos> . Acesso em 9 de setembro de 2016, às 17:17).